

António Miguel da Silva Santos

Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto (1754-1924).

A memória dos doentes e profissionais de saúde

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, Ramo A: Estudos
Locais e Regionais – Construção de Memórias, orientada pela
Professora Doutora Helena Osswald

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

Título da dissertação

António Miguel da Silva Santos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património Ramo A: Estudos
Locais e Regionais – Construção de Memórias orientada pela
Professora Doutora Helena Osswald

Membros do Júri

Professora Doutora Inês Amorim
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Marta Lobo de Aarújo
Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho

Professora Doutora Maria Helena Cardoso Osswald
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Dedicatória (facultativo)

Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Índice de tabelas.....	12
Lista de abreviaturas e siglas.....	13
Introdução	14
Capítulo 1 – Dimensões do estudo.....	16
1.1. Objeto.....	16
1.2. Objetivos e hipótese de trabalho	17
1.3. As fontes e o seu potencial.....	18
Capítulo 2 – Irmandade dos Clérigos do Porto: funções no âmbito da cura.	21
2.1. Formação da Irmandade dos Clérigos do Porto	21
2.2. Noção de Doente	23
2.3. Os Clérigos e a prática da Medicina.....	24
2.4. Cura do corpo versus Cura da Alma	27
2.5. Pobreza.....	29
2.6. Hospitais existentes na cidade do Porto	31
Capítulo 3 – Hospital da Irmandade dos Clérigos.....	34
3.1. Requerimento para ser admitido no Hospital	36
3.2. Pedido de Nicolau Nasoni para receber assistência da Irmandade.....	40
3.3. Enfermeiro-Mor, Ajudante de Enfermeiro e Médico	42
3.4. Recursos para financiamento da atividade hospitalar	46
Capítulo 4 – Hospital da Irmandade dos Clérigos após 1828	48
4.1. Enfermo Francisco Moreira Carvalho em 1843	50
4.2. Médico Manoel Joaquim dos Santos.....	53
4.3. Médico Luís António Pereira da Silva	56
4.4. Médico-Cirurgião António José de Sousa.....	59
4.5. Médico Ayres Borges.....	63
4.6. Médicos com pagamento de jóia.....	64
4.7. Obras de renovação no Hospital em 1856.....	66

4.8. Hospital e assistência nos novos Estatutos de 1871	68
4.9. Hospital como instrumento fiscal.....	71
4.10. Fase final da existência do Hospital dos Clérigos	71
Conclusão (ou Considerações finais)	75
Referências bibliográficas	77
5.1. Fontes arquivísticas	77
5.2. Bibliografia	79
Anexos.....	84
Anexo 1 Assistência Domiciliária ao Irmão Nicolau Nasoni.....	85
Anexo 2 Lista de todos os Enfermeiros-Mor e Médicos entre 1802 e 1871	90
Anexo 3 Lista de ordenados de Ajudantes de Enfermeiro entre 1792 e 1816 de acordo com os Recibos Enfermaria.	93
Anexo 4 Salários dos Ajudantes Enfermeiro que estavam noutros Recibos	97
Anexo 5 Referência ao Hospital em 1837.....	99
Anexo 6 Irmão Francisco Moreira de Carvalho. Súplica de 1841	100
Anexo 7 Pedido de Admissão no Hospital 1843.....	101
Anexo 8 Ofícios pelo Irmão Francisco Moreira de Carvalho.	103
Anexo 9 Ofícios Religiosos pelo Médico Manoel Joaquim dos Santos.....	104
Anexo 10 Retrato do Doutor Luís António Pereira da Silva.....	105
Anexo 11 Pedido formal de Admissão do Médico António José de Sousa.	106
Anexo 12 Admissão do Doutor José Frutuoso Aires de Gouveia Osório como Irmão da Irmandade dos Clérigos do Porto.	108
Anexo 13 Pagamento da Jóia de Admissão pelo Doutor José Frutuoso Aires de Gouveia Osório.....	109
Anexo 14 Retrato do Doutor José Frutuoso Gouveia de Osório	110
Anexo 15 Pagamento de jóia e esmola para ser admitido como Irmão. Em 1771 pelo Médico natural do Brasil.	111
Anexo 16 Recibos das obras de beneficiação do Hospital em 1856.	112
Anexo 17 Confirmação do montante total das obras de 1856.....	116
Anexo 18 Ofício emitido pela Irmandade dos Clérigos do Porto a argumentar a continuação da isenção do pagamento da décima de juro.	117

Agradecimentos

A minha Mãe Ana Maria Lopes da Silva Santos e ao meu Pai António Manuel Pinho Santos Baptista. Possuo uma enorme dívida de gratidão não só pelo apoio para a elaboração da Dissertação de Mestrado, mas também por todo o apoio ao longo da minha vida. Este é certamente um momento importante para ambos, porque no seu tempo, apesar de possuírem muitas capacidades, a vida não lhes permitiu que prosseguissem os estudos académicos como gostariam. Por esse motivo, esta Dissertação possui um significado muito relevante.

As minhas Avós Ana Celeste da Silva Lopes e Deolinda Pinho dos Santos a título póstumo. Acompanharam o meu percurso académico durante o primeiro ano do Mestrado e teriam muito gosto em ler esta obra. Considero que iriam sentir muito orgulho por este momento. Apesar de não poderem estar aqui presentes nesta altura tão significativa, estou-lhes profundamente grato por todo o seu afeto, carinho, ternura que me ofereceram ao longo de toda a sua vida.

A minha Tia Irene Baptista. Aos meus familiares Vitor Santos, Fátima Marques, ao meu afilhado Rafael, a Sara, ao Santiago e a Marta Santos.

Agradeço a Doutora Rosa Viana uma mulher inteligentíssima que me ofereceu um inexcedível apoio. É uma pessoa muito generosa e humilde e é a prova de que a grandeza de uma pessoa reside na sua humildade.

Agradeço a Doutora Ana Celeste Mesquita. Representa o que de melhor existe em Medicina e é a prova de que a Medicina Portuguesa tem e terá sempre excelentes representantes. Adicionalmente, é uma pessoa dotada de elevadas qualidades humanas. Agradeço-lhe a sua preciosa ajuda, as suas palavras, o apoio que me ofereceu durante o inverno mais rigoroso da minha existência. É a demonstração de que uma amizade pode ser inesquecível e insubstituível.

Para a Professora Doutora Helena Osswald, orientadora desta dissertação, pela sua enorme sapiência, altruísmo e generosidade ao longo do meu percurso académico.

Para a Professora Doutora Inês Amorim pelos seus conselhos e apoio.

Agradeço a Maria Luísa, ao Henrique Coelho, a Joana Seymour, ao Manuel Moutinho, a Luzia Teixeira, ao Carlos Ranginha, a Joana Deusdado, a Raquel Marques.

Resumo

Este trabalho pretendeu estudar como a Irmandade dos Clérigos se interessou pela função assistencial, designadamente através do respetivo Hospital da Irmandade dos Clérigos, e de que forma esse Hospital se manteve em funcionamento e congregou profissionais de Saúde da época.

Palavras-chave:

Hospital dos Clérigos

Porto

Médicos

Doentes

Abstract

The aim of this dissertation is to find out some possibilities to understand how a brotherhood, named Irmandade dos Clérigos do Porto, developed an interest in healing and supporting the sick people through its own Hospital and how assembled physicians, nurses, among other professionals to work in it.

Keywords:

Hospital dos Clérigos

Porto

physicians,

patients

Índice de tabelas

Tabela 1 Número total de eleições de Enfermeiro-Mor	Página 43
Tabela 2 Número total de eleições de Médicos para a Mesa	Página 45
Tabela 3 Cálculo dos Juros dos Empréstimos entre 1813 e 1822	Página 47
Figura 1 Pedido de assistência do Irmão Luís António Soares de Albergaria em 1767	Página 38
Figura 2 Diagnóstico do Médico ao Irmão Luís António Soares de Albergaria em 1767	Página 39
Figura 3 Pedido de Nicolau Nasoni para ser assistido pela Irmandade	Página 41
Figura 4 Despesa de três costelas quebradas em 1841	Página 49
Figura 5 Custo do Tratamento de duas costelas em 1841	Página 50
Figura 6 Registo de óbito no Hospital dos Clérigos em 1843	Página 52
Figura 7 Rubrica registada como Despesas não classificadas	Página 53
Figura 8 Espólio do Irmão Reverendo Francisco Moreira de Carvalho	Página 53
Figura 9 Admissão como Irmão do Médico Manoel Joaquim dos Santos	Página 54
Figura 10 Registo de Óbito do Doutor Manuel Joaquim dos Santos	Página 55
Figura 11 Outro Registo de Óbito do Doutor Manuel Joaquim dos Santos	Página 56
Figura 12 Registo como Irmão Doutor Luís António Pereira da Silva	Página 57
Figura 13 Registo de Óbito do Médico Luís António Pereira da Silva	Página 59
Figura 14 Termo de Falecimento do Irmão Reverendo António José de Sousa	Página 62

Lista de abreviaturas e siglas

A.U.C: Arquivo da Universidade de Coimbra

IC: Irmandade dos Clérigos

ICP: Irmandade dos Clérigos do Porto

Coord: Coordenação

Fl.: Fólio

N.º: Número

Sr.: Senhor

Dr.: Doutor

Introdução

O tema da dissertação de Mestrado que pretendo desenvolver no âmbito do Mestrado em História e Património está relacionado com a História da Medicina. Considero que dentro dos vários conteúdos que se podem estudar em História, nos programas académicos tem sido dada pouca ênfase à História das Ciências. No interior dessa História interessa-me particularmente a História da Medicina em Portugal e no interior deste contexto possuo um grande interesse pela História da Medicina no Porto. Por esse motivo, tendo em consideração como se articulava o tecido social, administrativo e político em Portugal, tentarei perceber se eventualmente possam existir traços ligados a um espaço urbano em específico, como o Porto, que possibilitem divisar estratégias diferenciadas no desenvolvimento do conhecimento da ciência médica. Na análise que pretendo efetuar, a primeira consideração que tive de ter em conta são as contingências económicas e de tempo disponível. Por outro lado necessitei de ter em consideração a designação deste Mestrado que é denominado Mestrado em História e Património ramos de Estudos Locais e Regionais – Construção de Memórias. Por esse motivo, procurei estudar um tema e um local para a minha Dissertação de Mestrado que pudesse ir de encontro ao propósito deste ramo do Mestrado. Por essa razão, decidi que o objeto do meu trabalho iria incidir sobre uma instituição hospitalar existente na cidade do Porto. Escolhi o Hospital da Irmandade dos Clérigos. Numa fase embrionária do meu trabalho de investigação, ponderei um horizonte temporal que se centrasse na época moderna, por ser não só a época que prefiro em termos históricos, mas também por considerar que existem poucos trabalhos académicos, científicos, realizados sobre este período de tempo, sobre unidades hospitalares. Esta constatação é confirmada pela seguinte afirmação: “A história da medicina em Portugal até ao final do século XVIII é ainda largamente um território inexplorado e, por isso mesmo, repleto de oportunidades. Tanto mais, pelo facto de este domínio do saber ter sempre interceptado a sociedade, a cultura, a política e a religião.”¹ Adicionalmente é durante a Época Moderna que se começam a verificar avanços no domínio da Medicina, sobretudo no contexto internacional.

¹ COSTA, Palmira Fontes da - Os Livros e a Ordem do Saber Médico: Perspectiva Historiográfica. In COSTA, Palmira Fontes da; CARDOSO, Adelino (Orgs.) – **Percursos na História do Livro Médico**. Lisboa: 2011, Edições Colibri. Página 28.

O horizonte temporal inicial considerado iria ser compreendido entre 1754 e 1828 que correspondem respetivamente às datas de entrada e saída do último doente² do Hospital da Irmandade dos Clérigos, de acordo com a informação fornecida pelo Professor Doutor Hernâni Bastos Monteiro³ na sua obra: *Origens da Cirurgia Portuguesa*⁴. Contudo, é igualmente necessário referir que, apesar de efetivamente o livro de enfermaria só ter registo de doentes até 1828, no decorrer da investigação, foi possível encontrar registo de pelo menos mais um doente que esteve no Hospital em 1843 (e que veio a falecer) e que nos anos de 1841, 1846 e 1866 houve a admissão de Médicos como Irmãos da Irmandade, em que era especificamente definido, no momento, da sua admissão que tinham como missão assistir aos Irmãos Enfermos do nosso Hospital ou nas suas casas, e que, por essa razão, eram admitidos sem ter a necessidade de pagar um montante no momento da admissão. Por esse motivo, comecei a investigar se poderiam existir indícios que pudessem demonstrar que o Hospital da Irmandade dos Clérigos possuiu uma funcionalidade que se prolongou além da data inicialmente considerada de 1828. Por essa razão, o horizonte temporal inicialmente referido, foi posteriormente alargado até 1924, ano que corresponde efetivamente ao encerramento do Hospital, porque o espaço físico que o Hospital ocupava foi transformado e destinado para outros desígnios distintos.

Apesar de não possuir formação académica em Medicina espero que esta Dissertação de Mestrado possa contribuir de alguma forma para o incremento do conhecimento da História da Medicina e que permita esclarecer um pouco mais sobre as práticas médicas na cidade do Porto.

² MONTEIRO, Prof. Hernâni – **Origens da Cirurgia Portuguesa**. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926. Página 135 e página 137.

³ Professor Doutor Hernâni Bastos Monteiro. Foi Médico Professor, Escritor. Ao longo da sua carreira desempenhou cargos públicos relevantes nomeadamente: foi Professor Bibliotecário e diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, foi diretor do Instituto de Anatomia dessa Faculdade. Vogal da Comissão Técnica para a construção dos Hospitais Escolares de Lisboa e Porto e Presidente da Comissão Instaladora do Hospital de S. João (nomeado em 1954). Produziu trabalhos científicos sobre anatomia e cirurgia experimental e estudos sobre História Médica. A 18 de maio de 1961 atingiu o limite de idade. Não proferiu a sua última lição e aposentou-se em junho desse ano. Filho de Joaquim Monteiro Rebelo e de Amélia Clara Bastos Monteiro nasceu no Porto a 18 de maio de 1891. Faleceu a 16 de novembro de 1963, no Hospital de S. João. Em 2014 e 2015 estão a decorrer um conjunto de iniciativas promovidas por intermédio do Centro Hospitalar do Hospital São João e pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto como forma de homenagear esta figura iminente da Medicina da Cidade do Porto. Consulta de sites: http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=1007329 e http://sigarra.up.pt/reitoria/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=4523

⁴ MONTEIRO, Prof. Hernâni – **Origens da Cirurgia Portuguesa**. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926.

Capítulo 1 – Dimensões do estudo

Neste capítulo tentarei explicar o motivo pelo qual escolhi o Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto como objeto de estudo desta Dissertação.

1.1. Objeto

O objeto de estudo desta Dissertação será o Hospital da Irmandade dos Clérigos. Ao realizar uma Dissertação de Mestrado pretendi que se desenvolvesse sobre um objeto que eventualmente tivesse sido pouco estudado até ao momento na cidade do Porto. Ao analisar os possíveis objetos de estudo verifiquei que existiam escassos trabalhos realizados sobre o Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto. Vários autores têm desenvolvido trabalhos sobre diferentes facetas da Irmandade dos Clérigos, centrando em várias ocasiões o seu objeto de estudo no Arquitecto Nicolau Nasoni, na Torre dos Clérigos ou na beleza arquitetónica do conjunto da Igreja e Torre dos Clérigos. Designadamente, incluído nas comemorações dos 250 anos da Torre dos Clérigos, decorreu um Ciclo de Conferências⁵ com distintos oradores oriundos de diversas áreas de atividade que abordaram estas temáticas. Contudo, entre os vários aspetos analisados, não se abordou o Hospital da Irmandade dos Clérigos. Deve ser salientado, que o Hospital dos Clérigos, juntamente com a Igreja e a Torre dos Clérigos, constituem um edificado notável que alcançou a sua consagração mundial através da integração na Lista de Bens e Sítios classificados pela Unesco com a designação de Património Mundial da Humanidade, atribuição essa concedida no dia 5 de dezembro de 1996. Contudo, escassas personalidades salientam que o Hospital dos Clérigos do Porto recebeu igualmente essa distinção, conferindo uma maior relevância para a Igreja e a icónica Torre dos Clérigos que tem a cidade do Porto a seus pés. Adicionalmente, deve ser tido em consideração, que este Hospital foi edificado num local que não possuía como único propósito erigir uma unidade hospitalar. Esta unidade hospitalar foi concebida e localizada no interior de um espaço onde eram exercidas múltiplas valências predominantemente religiosas.

Por este conjunto de motivos, este trabalho pretende ser um pequeno contributo historiográfico para esse estudo. Constitui, no fundo, os passos iniciais de um caminho onde ainda existe um vasto campo investigação de base a realizar.

⁵ Foi um ciclo de conferências de dez sessões que decorreu no interior das Instalações da Reitoria da Universidade do Porto, em que cada sessão iniciava às 18H00, havendo por vezes a possibilidade para o público presente de ir visitar a Igreja dos Clérigos se assim o pretendesse.

1.2. Objetivos e hipótese de trabalho

O objetivo inicial seria realizar uma análise económico-financeira abrangente que pudesse contribuir para perceber quais seriam as possíveis fontes de receita que permitiriam sustentar o funcionamento da instituição hospitalar que uma Irmandade designada de Irmandade do Socorro dos Clérigos Pobres do Porto criou para internamento e tratamento dos Irmãos pobres. Tendo em consideração de que se trata de uma entidade, que possui na sua designação o termo de Socorro dos Clérigos Pobres, e se realmente os Irmãos eram pobres, de que forma podiam atrair recursos económicos, tanto a nível interno da própria Irmandade, como a nível externo na sociedade da época em que estavam inseridos, que permitissem financiar, de uma forma sustentada, ao longo do tempo, a atividade assistencial desenvolvida pelo Hospital. Estes aspetos permitiriam esclarecer a razão de ser desta instituição. O que levava uma Irmandade a criar um Hospital unicamente dedicado a um sector social e “profissional” numa época em que a experiência secular, sobretudo das Misericórdias, aconselhava a pensar noutros parâmetros.

Contudo, ao longo do meu percurso de investigação, constatei que esta é uma tarefa morosa e trabalhosa, incompatível com o período de tempo de um segundo ciclo, e que gostaria de vir a desenvolver no futuro. O acesso aos fundos documentais definiu a impossibilidade de realização do projeto inicial. O espólio documental mostrou ser simultaneamente de uma enorme riqueza e de grande extensão⁶. É um repositório imenso de informação que requer um trabalho de análise prolongado no tempo para se poderem obter resultados. Por esse motivo, ao longo deste trabalho, os objetivos iniciais foram sendo modificados. Assim o olhar centrou-se nas funções e no funcionamento de prestação de cuidados da instituição. Para poder vir a explorar de futuro outros aspetos, havia que esclarecer a história narrativa mais próxima dos acontecimentos da vida da instituição, reconstituindo os momentos chave, inseridos na história da cidade e do reino. Num segundo momento, foi possível tentar desenhar o perfil dos que trabalharam no hospital. A questão da definição de doença e cura que serviu para estabelecer os princípios processuais de admissão e consequente tratamento dos doentes foi outro dos fins a atingir neste trabalho.

A minha hipótese de trabalho, sem abandonar a análise da informação de cariz económico-financeiro, acabou por salientar a presença de alguns profissionais de saúde e/ou doentes que frequentaram o Hospital da Irmandade dos Clérigos.

⁶ A Irmandade dos Clérigos do Porto disponibilizou oficialmente ao público, em finais de junho de 2015, todo o acervo arquivístico.

1.3. As fontes e o seu potencial

No que se refere às fontes bibliográficas considero que para se ter um bom entendimento sobre o modo como surgiu a Irmandade dos Clérigos, o seu modo de funcionamento, toda a sua orgânica é fundamental consultar a obra: *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História*⁷ da autoria de Bernardo de Xavier Coutinho que se formou inicialmente em Teologia, mas também se formou em História e foi Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É uma obra muito bem redigida com inúmeras fontes que permitem ao leitor saber onde o autor foi obter as informações para escrever esta monografia.

Posteriormente, como o objeto de estudo é o Hospital da Irmandade dos Clérigos é fundamental ler o Professor Doutor Hernâni Bastos Monteiro na sua obra: *Origens da Cirurgia Portuense*⁸. Tal como a monografia referida anteriormente, esta é igualmente uma obra muito bem redigida em que o autor informa detalhadamente as fontes que consultou para a realizar. Interessante de notar, que apesar de serem autores em épocas muito próximas, quando Bernardo de Xavier Coutinho aborda o Hospital, em nenhuma ocasião se refere ao trabalho efetuado anteriormente por Hernâni Monteiro. De toda a bibliografia pesquisada em nenhuma se encontram tantos dados sobre o Hospital quanto nesta, e a partir da perspetiva de um clínico.

Gostaria de salientar, no que respeita ao discurso historiográfico, o papel que alguns médicos tiveram enquanto principais dinamizadores, divulgadores, impulsionadores da História da Medicina não só na Cidade do Porto, mas de todo o território nacional. Salientam-se os insignes Médicos: o Professor Doutor Maximiano Augusto de Oliveira Lemos Júnior, o Professor Doutor Hernâni Bastos Monteiro e o Professor Doutor Luís José de Pina Guimarães.

Entre os séculos XVIII e XIX o lugar da ciência passou a ter cada vez mais peso nas consciências de quem refletia sobre o devir humano. A medicina pelo seu objecto de atenção começou a ganhar um lugar central entre as ciências, que se tornou imparável até ao dia de hoje. No passado, o seu protagonismo tinha sido bem menor. Este novo sentido da importância das ciências é muito claro na seguinte citação da autoria de A. J. de Oliveira proferida em 1883 nos seus Apontamentos para a História da Medicina em Portugal: “A história d’um povo não está só nos grandes feitos, nas grandes conquistas,

⁷ COUTINHO, B. Xavier – *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, 1965. 674 páginas. Documentos e Memórias para a História do Porto – XXXVI

⁸ MONTEIRO, Prof. Hernâni – *Origens da Cirurgia Portuense*. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926.

está também no trabalho artístico e científico, n'esse grande movimento que envolve todas as nações na estrada ampla do progresso à luz brilhante da civilização. Se um povo pôde fundar e manter a sua nacionalidade valentemente pelos altos feitos de valor, deve também demonstrar a sua homogeneidade pelo labor quotidiano no âmbito da sciencia e da arte. É assim que terá direito à existência livre, ainda que fracas sejam as suas forças materiaes e acanhados os seus limites geographicos; é assim que deve atestar a sua independencia, inculcando não lhe faltarem qualidades características para dignamente se apresentar no convívio dos povos cultos, sem ter necessidade de agregar-se a outros povos ou de pedir tutela.”⁹ Esta visão sobre o efeito salvífico da ciência no devir da humanidade, crente no progresso e civilização, tão típicos dos movimentos culturais do século XIX, ressoa em parte, se bem que bastante matizada, nos trabalhos dos autores acima citados.

No que se refere às fontes arquivísticas, utilizei essencialmente o Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto. É um Arquivo extraordinário, é um repositório de informação imenso. A Irmandade ao longo dos séculos teve um especial cuidado e atenção em preservar com os melhores meios à sua disposição, em cada período de tempo, este Arquivo que demonstra uma genuína preocupação em preservar um legado para gerações futuras. Talvez não tenha sido este o primeiro objetivo do Cartorário que tinha preocupações de natureza orgânico-funcional para uma gestão de informação que correspondesse às necessidades da vida quotidiana e obedecesse aos Estatutos.

Na sua grande maioria, as fontes documentais do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto estão redigidas “com limpeza”, com os fólios numerados e rubricados, os livros têm termos de abertura e encerramento permitindo identificar as pessoas responsáveis e as datas de produção. É um vasto conjunto de informação, porque os Irmãos eram minuciosos e anotavam dados sobre as várias áreas de funcionamento da Irmandade (Mesa, Igreja e Sacristia, Coro, Hospital). Em cada capítulo irei referir um pouco mais as fontes que consultei para a elaboração desta Dissertação. Contudo, há alguns aspetos a salientar. Designadamente nos fundos referentes ao registo contabilístico de receitas, despesas, entre outras, considero que a expressão mais adequada para descrever esses fundos é: “A reforma contabilística (...) vem substituir as práticas tradicionais

⁹ MONTEIRO, Prof. Hernâni – **Origens da Cirurgia Portuense**. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926. Página 344.

de registo/formulário contabilístico, como as partidas simples (“dependentes do modo de imaginar” dos escriturários), por uma nova escrituração, baseada nas partidas dobradas (“seguida por todas as Naçoens pollidas da Europa, como a mais breve, mais clara e mais concludente”)¹⁰ A Irmandade dos Clérigos estava a par do que ocorria na sua época e começou a utilizar as partidas dobradas, descrevendo com minúcia, em cada rubrica, as receitas e as despesas geradas. Outro aspeto a salientar é relacionado com os recibos para os vários anos. Os recibos, apesar do enorme volume de informação neles contido, a maioria das vezes não estão numerados nem rubricados e nas ocasiões em que se encontram numerados e rubricados podem não estar numa disposição sequencial, o que origina que a análise destes fundos seja uma tarefa árdua e morosa, embora essencial para nos apercebermos da orgânica de funcionamento da Irmandade. Especificamente, é através destes fundos que se pode encontrar informação sobre os Irmãos que recebiam tratamento nas respetivas habitações. As Actas da Mesa permitem avaliar a dinâmica da vida da Instituição, também no que diz respeito ao Hospital e ainda medir o modo como se respeitaram, ou não, os Estatutos que enquadravam o funcionamento desta comunidade. Particularmente, interessante do ponto de vista da vida económica-financeira mostraram ser as Contas e Recibos, os Diários de Caixa, a correspondência recebida, os róis de multas. A vida do Hospital pode ser rastreada através dos livros de Enfermaria, quer os de Entrada, quer os de Óbitos de doentes, assim como os livros de recibos de Enfermeiros e Médicos, os inventários da Enfermaria. Também num outro fundo como o da Igreja e Sacristia se encontra informação sobre os profissionais do Hospital, por exemplo, no livro das Desobrigas e nos Termos de Sepultura.

¹⁰ COSTA, Patrícia – **Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777). Do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Tese de Doutoramento. Página 30.

Capítulo 2 – Irmandade dos Clérigos do Porto: funções no âmbito da cura.

2.1. Formação da Irmandade dos Clérigos do Porto

A Irmandade dos Clérigos do Porto surgiu devido à congregação de três Irmandades, previamente existentes no Porto, que reuniam clérigos, dando atenção ao “clero pobre”, especialmente da cidade e diocese. As três Irmandades que se fundiram originando uma só Irmandade foram as seguintes: a confraria de S. Pedro ad Vincula que foi estabelecida em 1655 na Capela ou Igreja do Colégio dos Meninos Órfãos, tendo sido seu Juiz desta confraria o Padre Baltasar Guedes em 1676. A partir de 1701 esta confraria decidiu passar a reunir-se na Igreja da Santa Casa da Misericórdia do Porto na rua das Flores. A Congregação de S. Filipe de Neri foi fundada em 1665 pelo Padre Baltasar Guedes e inicialmente funcionou na Capela de Nossa Senhora da Graça que se localizava onde atualmente está a Reitoria da Universidade do Porto. A partir de 1673 funcionaram na então designada Igreja de Santo António da Porta de Carros, que tinha esta denominação porque em épocas recuadas uma das Portas da Muralha era situada em frente a esta Igreja. Atualmente a Igreja tem a denominação de Igreja dos Congregados, sendo ainda Santo António o seu principal Santo Padroeiro. Em 1688 também decidiram mudar-se para a Igreja da Misericórdia. A terceira confraria era designada de Nossa Senhora da Misericórdia e foi instituída em 1630 e que funcionava na Igreja da Misericórdia. Era a mais antiga. Foi esta última que teve a iniciativa de se juntarem as três Irmandades, o que aconteceu no ano de 1707, surgindo a Confraria da Misericórdia, S. Pedro e S. Filipe Neri que foi aprovada pelo Pontífice Clemente XI através de Breve de 6 de outubro de 1710¹¹.

Se em 1707 poderia ter havido vozes contrárias a esta união, o apoio do Bispo terá sido determinante: “O Prelado da Diocese deve ter sido partidário da união, pelo que o recurso à Santa Sé foi um facto consumado em breve. Desde então, a Irmandade dos Clérigos arvorou as armas pontifícias, com a tiara e a cruz papal de três braços, tanto mais que um dos seus Padroeiros era também S. Pedro.”¹² Desde 1707 que funcionavam na Igreja da Misericórdia, mas como pretendiam ter uma sede própria, em 1732, lançaram os alicerces para a construção da futura Igreja dos Clérigos, cuja planta de construção tinha sido encomendada ao arquiteto italiano

¹¹ PERES, Damião (Direção); CRUZ, António; BASTO, A. de Magalhães – **História da Cidade do Porto**. Barcelos: Portucalense Editora, 1964. Terceiro Volume. Página 131.

¹² COUTINHO, B. Xavier – **A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História**. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, 1965. Página 24.

Nicolau Nasoni. Nossa Senhora passa a ser invocada já não com o título de Nossa Senhora da Misericórdia, mas sim como Nossa Senhora da Assunção.

O Secretário da Irmandade, Teotónio José Maria Queirós, no seu relatório de prestação de contas em 1845, que se encontra no L.o Termos dos Definitórios, fol. 81¹³ faz o seguinte historial:

“De três Irmd.es de Clerigos Pobres q. existião nesta Cid.e do Porto, a prim.a erecta na Igreja da S.ta Casa da Misericórdia com a invocação da Snr.a da Misericórdia no anno de 1642.-A segunda na Igreja do Collegio dos Meninos Orfaons com o título de S. Pedro ad Vincula no anno de 1655.- A terceira na Igreja de S.to Ant.o da Porta de Carros com o título de S. Filipe de Neri no ano de 16, se formou huma só Irmad.e pela união de todas três na d.a Igreja da S.ta Casa, debaixo da Protecção dos m.mos Padroeiros, N.a S.a da Misericórdia e S. Filipe de Neri, com o título do Socorro dos Clerigos Pobres, a qual a união se concluiu no anno de 1707, por Breve Apostólico do S.to P.e Clemente XI q. prohibe haver outra Irmand.e de Clerigos huma legoa em circunferência da Cid.e p.a segurar mais o estabelecimento e progresso da que se instituiu, p.a cujo Governo se formarão Estatutos appovados pelo Ordinário os quaes pela sucessão do tempo foi necessário reformar seg.do as circunstancias o pedirão, nos anos de 1767 e 1782, com aprovação e confirmação do Ordinário. Unidas assim em huma só as trez Irmad.es, p.a ocorrer aos graves incómodos q. esta padecia em huma Igreja alheia, aonde não podiam exercer livremente todas as funções do seu Estatuto, resolverão os Irmãos edificar uma Igreja própria que he a q. existe presentemente em o sitio chamado naquele tempo a Cruz da Cassoa, a qual principiarão em 23 de abril de 1732”.

A área de atuação da Irmandade abrangia o culto, a espiritualidade e a assistência no campo do Clero. Esta assistência materializou-se em ações de apoio aos Irmãos, quer em apoios de sustentação, quer em auxílio nas doenças.

Ao finalizar este subcapítulo gostaria igualmente de referir que havia outras Irmandades semelhantes: “Havia outras irmandades deste género em Guimarães, Amarante, Arcos de Valdevez, Vila Real de Trás-os-Montes, Viseu, Recife e Rio de Janeiro.”¹⁴ Na proximidade da cidade do Porto, existiu em Vila Nova de Gaia, na freguesia de Santa Eulália de Oliveira que atualmente se designa por freguesia de Oliveira do Douro permanecendo Santa Eulália uma das

¹³ COUTINHO, B. Xavier – **A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História**. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, 1965. Página 15.

¹⁴ SMITH, Robert C. – **Nicolau Nasoni. Arquitecto do Porto**. Lisboa: Livros Horizonte, 1967. Página 198. Nota de rodapé 2.

suas Santas Padroeiras, a Congregação da Oliveira¹⁵, que foi fundada em 1679 pelo cónego António Leite de Albuquerque, natural do Algarve, cuja principal finalidade era igualmente prestar assistência aos clérigos pobres, cegos e doentes, tendo para isso fundado o Hospital de Nossa Senhora da Conceição. Possuiu um único estabelecimento que esteve subordinado à Ordem Terceira da Penitência.

2.2. Noção de Doente

Para perceber qual seria a noção de Doente e de Enfermo utilizada no século XVIII, considereei necessário recorrer ao Dicionário elaborado por uma personalidade da época, Raphael Bluteau. Nesta obra enciclopédica é referido que o significado de doença¹⁶ é: “Indisposição natural, alteração do comportamento, que ofende imediatamente alguma parte do corpo. Há doenças breves, & dilatadas, graves, & leves, simples, & compostas, agudas, separadas, & complicadas, epidémicas materiaes, & immateriaes.(...) Hum doente, encravado na cama, & resignado na vontade de Deos, he hum retrato de Christo crucificado; o leito he o seu calvario, a enfermidade a sua cruz, o seu coração he o altar consagrado à penitencia, o seu corpo he a victima, & hostia sacrificada às disposições da Divina vontade. Muitas vezes as doenças do corpo são correctivos dos achaques do Espirito.”; “As doenças do corpo nos podem vir sem culpa nossa, não affim as enfermidades d’alma, que nacen do desprezo que fazemos da razão.”

Ainda na definição da entrada do termo doença existe esta designação para os médicos: “hoje a Medicina, não só he ciência, mas nem consciência he. Raro he o medico, que não seja homicida.”

É igualmente referido que o significado de doente: “Doente. Enfermo.” Existe inclusivamente um adágio relativamente ao termo doente: “Adagios Portuguezes do doente. Quando o *Doente* diz Ay, o Físico diz, dai. Quando os Doentes bradão, os Físicos ganhão. Quando o Medico he piedoso, he o Doente perigoso.”

Sobre Enfermaria refere que é: “O lugar onde se curão os doentes em hum Convento, ou em hum Hospital.” A noção de Enfermeiro é a seguinte. “Aquelle, que tem a seu cargo a Enfermaria, & os enfermos.” A noção de Enfermidade é: “Falta de saúde”

¹⁵ OLIVEIRA, Padre Miguel de – **História Ecclesiástica de Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda, 1994. Página 213.

¹⁶ BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez e Latino...Coimbra, Colégio das Artes da Compnhia de Jesus, 1712-1728, volume 3, páginas 280 e 281.

Gostaria de referir que apesar de na língua portuguesa terem caído em desuso as expressões *enfermo* e *enfermidade*, na língua castelhana, na época contemporânea, ainda se utiliza o vocábulo *enfermo* para designar uma pessoa doente e o vocábulo *enfermedad* para designar uma doença, conforme se pode constatar através do recurso ao Dicionário de Língua Espanhola da Real Academia Espanhola. Segundo este Dicionário o vocábulo *enfermo*, ma. tem origem na palavra latina *infirmus*. Possui os seguintes significados adjetivo *que padece enfermedad* e significado de *enfermizo*. O vocábulo *enfermedad* tem origem na palavra latina *infirmitas*, -atis que possui o seguinte significado entre outros: *alteración más o menos grave de la salud*. O significado de *enfermedad* vem igualmente referido na monografia: ***Enfermedad y población. Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica*** da autoria de Josep Bernabeu Mestre no capítulo VI referente a *Glosário de términos epidemiológicos*: “***Enfermedad***, nombre genérico de todo proceso morboso considerado desde la causa inicial o causas iniciales hasta las últimas consecuencias.”¹⁷

Para finalizar, gostaria de salientar que na terminologia médica anglo-saxónica também existe uma distinção entre os vocábulos *disease* e *illness* que foi fornecida pelo Professor Doutor João Lobo Antunes¹⁸: “A distinção é mais nítida na língua inglesa, que fala de *disease* e de *illness*, a primeira com o sentido de doença, a segunda mais próxima de «dolência» ou sofrimento.”¹⁹

Destas definições de doente e de doença, no contexto de uma Irmandade de Clérigos, dificilmente poderia ser ignorado pelo investigador, o carácter múltiplo do conceito. Uma análise dos doentes e da atividade da Irmandade nesta área obriga a equacionar os aspetos espirituais, religiosos do estar doente e do curar doentes.

2.3. Os Clérigos e a prática da Medicina

A importância que o Clero e os Clérigos detinham na cidade do Porto, nomeadamente durante o período da Época Moderna, pode ser aferida através da seguinte afirmação do Professor

¹⁷ BERNABEU MESTRE, Josep – ***Enfermedad y población. Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica***. València: Seminari d’Estudis sobre la Ciència, 1995. Página 106.

¹⁸ O Professor Doutor João Lobo Antunes nasceu a 4 de junho de 1944. Licenciou-se em Medicina pela Universidade de Lisboa em 1968 e obteve o Doutoramento em Medicina em 1983 pela mesma Universidade. É, atualmente, Professor Catedrático de Neurocirurgia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Diretor do Serviço de Neurocirurgia do Hospital de Santa Maria e Presidente do Instituto de Medicina Molecular, do qual foi fundador. Entre 1971 e 1984 trabalhou no Instituto Neurológico da Universidade de Columbia em Nova Iorque, onde foi *Fellow* da Fundação Fulbright e da Fundação Matheson, sendo nomeado Professor Associado dessa Universidade. Entre as várias funções que desempenha e galardões que lhe foram atribuídos salientam-se as seguintes: desde 2006 que é Conselheiro de Estado por nomeação do Presidente da República Professor Aníbal Cavaco Silva. Em 1996 foi-lhe atribuído o Prémio Pessoa. Em 2003, recebeu a Medalha de ouro de mérito do Ministério da Saúde e, em 2004, foi agraciado pelo senhor Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

¹⁹ ANTUNES, João Lobo – ***O Eco Silencioso***. 1.ª Edição. Lisboa: Gradiva – Publicações, S.A., 2008. Página 141.

Doutor Francisco Ribeiro da Silva, na sua obra designada: *O Porto e o seu termo 1580-1640: os homens, as instituições e o poder*²⁰ na primeira parte Aspectos Estruturais, Capítulo IV – A Sociedade ponto 2 O Clero refere que: “ O Estado eclesiástico constituía o primeiro do Reino e ocupava na cidade lugar de indiscutível projecção, pelo número, pelo prestígio institucional, pelo poder económico e pela influência que existia junto dos crentes.”²¹

Contudo, aos Clérigos não era permitido o exercício da prática da Medicina como se pode constatar através dos exemplos referidos na obra: *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*²², da autoria de Maximiano Lemos²³. Nesta obra o autor examinou as constituições²⁴ de determinados Bispados Portugueses, entre as quais se encontra o Bispado do Porto: “Finalmente, é de notar ainda a proibição absoluta que se faz aos clérigos de se entregarem ao estudo das ciências médicas, ao que eles sempre se subtraíram. «Mandamos», dizem as últimas Constituições que citámos, «que nenhum clérigo de ordens sacras ou Beneficiado deste nosso Arcebispado, de qualquer estado e qualidade que seja, use de Medicina, nem de Cirurgia, nem mande sangrar, nem purgar, nem cortar membro, nem parte dele, nem mesmo por si o faça, nem o aconselhe».”²⁵

Contudo, apesar destas recomendações podem surgir exceções. Veja-se o caso de Francisco Bernardo de Lima. Natural do Porto desempenhou um papel relevante na promoção do jornalismo médico. Nascido em 1727, tornou-se Cónego Secular de S. João Evangelista, e foi o responsável pelo periódico *Gazeta Litteraria* cuja importância se pode comprovar: “ É este periódico um vasto repositório de informações sobre todas as ciências, e entre elas não foi esquecida a medicina. Ali saíram as análises bibliográficas do *Tratado Physiologico da Circulação*, de Alexandre da Cunha, do *Hippocrates Lusitano*, de Francisco Daniel Nogueira, da *Cirurgia Clássica Lusitana*, de António Gomes Lourenço, etc., todos escritos com notável critério e sensatez. Continha, além disto, a notícia de casos patológicos variados, extraídos dos jornais estrangeiros. Começando a

²⁰SILVA, Francisco Ribeiro da – **O Porto e o seu termo 1580-1640: os homens, as instituições e o poder**. Porto: Editor Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. 1988. Primeiro Volume e Segundo Volume

²¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – **O Porto e o seu termo 1580-1640: os homens, as instituições e o poder**. Porto: Editor Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. 1988. Primeiro Volume. Página 237

²² LEMOS, Maximiano – **História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições**. 2.ª Edição. Lisboa: Editor Publicações D. Quixote, Lda./Ordem dos Médicos, 1991. Volume I e Volume II

²³ Maximiano Augusto de Oliveira Lemos Júnior, usualmente conhecido por Maximiano Lemos. Publicou esta obra em 1899, que teve uma segunda edição em julho de 1991. O papel que desempenhou ao longo da sua vida foi tão relevante que o Museu de História da Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, possui o seu nome²³. Esta obra possui inúmeras notas de rodapé, possui índice onomástico, índice ideográfico que não é comum aparecer noutras obras e índice sistemático.

²⁴ O autor na sua obra não refere as datas em que ocorreram as constituições.

²⁵ LEMOS, Maximiano – **História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições**. 2.ª Edição. Lisboa: Editor Publicações D. Quixote, Lda./Ordem dos Médicos, 1991. Volume II. Página 56

publicar-se semanalmente em Julho de 1761, passou no ano seguinte a sair mensalmente, terminando com o número de Junho de 1762.”²⁶

Ainda na obra: *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*, relativamente às constituições, não foi atribuída grande relevância às penas que os médicos pudessem sofrer em caso de incumprimento da informação aos enfermos sobre os seus deveres religiosos, mas refere os motivos de saúde pelo qual uma pessoa não pode ser ordenada subdiácono: “Assim, diz-se nas Constituições do Porto que são impedimentos para se receberem as ordens de subdiácono: a falta de siso, a gota coral, a lepra, ou qualquer outra doença contagiosa, a falta de vista, o corte de pé ou de mão, ou qualquer outra deformidade. Estas disposições aparecem em todas as outras que compulsámos, acrescentando-se em algumas a circunstância de ser “giboso” como estorvo à admissão à profissão sacerdotal.”²⁷ A opinião do médico era tomada em grande consideração em determinadas ocasiões e servia para complementar o trabalho do clérigo.” Por outro lado, a intervenção do médico é bem marcada nos casos em que os doentes não podiam submeter-se às práticas dos jejuns instituídos pela Igreja. «Qualquer pessoa, a que parecer, que por sua indisposição tem necessidade de comer carne na Quaresma e outros dias defesos pela Igreja, não estando doente em cama, *haverá certidão do físico* em que declare por juramento e necessidade que tem.» É isto o que diz o Regimento do Porto, e repetem-no todos os outros.”²⁸

Na monografia, *Aspectos da Vida Médica Portuguesa nos séculos XVII e XVIII*²⁹ da autoria, de Luiz de Pina, vem salientado que a própria Igreja legislava sobre os possíveis desmandos originados por médicos, cirurgiões e boticários. O autor baseia-se entre outros testemunhos no de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, que propunha aos sacerdotes, que no confessionário deveriam inquirir sobre os seguintes aspetos: “*Se no curar não segue as regras da medicina. Se faz experiência com perigos da saúde alhea. Se perlongou a doença notavelmente. Se deixa de hir visitar, & estudar com dano do enfermo. Se se concerta com o sangrador, ou boticário, em prejuízo dos enfermos. Se leva mais do que se merece pelas curas. Se não cura os pobres de graça. Se não exorta no principio da doença aos enfermos a que tomem os sacramentos divinos.*

²⁶ LEMOS, Maximiano – **História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições**. 2.ª Edição. Lisboa: Editor Publicações D. Quixote, Lda./Ordem dos Médicos, 1991. Volume II. Páginas 168 e 169. Na Página 169 nota de rodapé 1 refere o nome completo do periódico: “*Gazeta Literaria ou Noticia Exacta dos Principaes Escriptos Que modernamente Se Vão Publicando na Europa. Conforme a Analysis, Que d’elles Fazem os Melhores Críticos e Diaristas das Naçoens Mais Civilisadas.*”

²⁷ LEMOS, Maximiano – **História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições**. 2.ª Edição. Lisboa: Editor Publicações D. Quixote, Lda./Ordem dos Médicos, 1991. Volume II. Página 55

²⁸ LEMOS, Maximiano – **História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições**. 2.ª Edição. Lisboa: Editor Publicações D. Quixote, Lda./Ordem dos Médicos, 1991. Volume II. Página 56

²⁹ PINA, Luiz de – **Aspectos da Vida Médica Portuguesa nos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Casa Holandesa, 1938. 35 páginas.

Se se encarrega de tantos doentes que nam possa estudar para todos com risco da saúde delles. Se por levarem a sua avante poem a risco a saúde dos enfermos.”³⁰

2.4. Cura do corpo versus Cura da Alma

É interessante de notar que usualmente se associa a expressão «arte de curar» ao aspeto físico das pessoas, curar as pessoas das suas enfermidades. Numa obra de divulgação como a Enciclopédia de Medicina o termo cura deve ser atribuído a: “processo pelo qual o organismo repara as lesões nos ossos, tecidos ou órgãos causadas pelo traumatismo, infecção ou doença.”³¹ Contudo, poucas vezes, se associa a expressão «cura» a outro possível significado. Na época moderna é frequente encontrar-se o termo ligado à dimensão religiosa. A cura das almas. A grande função do pároco, aquilo que o diferencia de outros clérigos presentes num dado espaço, é estar-lhe atribuída a cura das almas. São João Maria Vianney, que viveu entre a segunda metade do século XVIII e meados do século XIX, e foi pároco na pequena localidade francesa de Ars, tornou-se conhecido pela sua faceta de pároco, mas com o título de Cura de Ars. Outro exemplo, que demonstra a importância da cura da alma durante a Época Moderna, é fornecido pela biografia de São João de Deus: “Percorreu as ruas de Granada ajudando e transportando os que não conseguiam valer-se sozinhos e levando-os para o seu hospital, onde, separando-os por doenças, lhes tratou das feridas do “corpo e da alma”. ”³²

Na obra: *Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*³³, da autoria, de Maria Marta Lobo de Araújo que aborda essencialmente a importância e o papel desempenhado, ao nível da assistência, pelas Misericórdias das duas localidades referidas no título da obra, existe uma parte da monografia que se dedica a este aspeto da Cura da Alma. Entre as funções dos irmãos mesários incluía-se a de visitar o hospital e de zelar pela assistência espiritual das pessoas enfermas:

”Deviam verificar que o capelão os sacramentasse «porque pois que eram providos dos remedios corporais, muito mais razão he que o sejam dos da alma». Centros de cura dos corpos, os hospitais eram também locais de salvação da alma, porque, embora internados, os doentes não

³⁰ PINA, Luiz de – **Aspectos da Vida Médica Portuguesa nos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Casa Holandesa, 1938. Página 22

³¹ Enciclopédia de Medicina. Lisboa: Seleções do Reader's Digest, 1992. Primeiro Volume A-H Página 321

³² Consulta de site: <http://www.isjd.pt/provincia/sjoaodedeus>

³³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - **Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)**. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima. 2000.

deviam ser privados dos sacramentos e da missa, contando o hospital com um capelão para fornecer esses serviços.”³⁴ Adicionalmente, o capelão deveria residir no interior da unidade hospitalar e oferecer tratamento permanente aos enfermos. No que se refere a cidade do Porto, o Hospital de D. Lopo em 1635 ainda “não dispunha de instalação própria para a residência do Capelão”³⁵. De relevante importância é que, na altura de internamento, o enfermo tinha de se confessar e no caso de recusar a confissão não lhe era permitido o internamento. A assistência espiritual proporcionada aos enfermos era constituída: “pela administração de sacramentos, consolos espirituais, celebrações litúrgicas e acompanhamento na morte. Desta forma, o hospital oferecia cuidados simultâneos ao corpo e à alma.”³⁶

Mas a importância da assistência espiritual também se manifestava através da arquitetura hospitalar que procurava realçar a presença do sagrado nos edifícios. “Em geral, tinham uma igreja anexa (que podia ser a da Misericórdia, se o hospital estava a cargo desta); por outro lado, as enfermarias copiavam a planta das próprias igrejas de nave central, possuindo um altar visível a partir de todas as camas.”³⁷

O Capelão encarregado de ouvir e acompanhar os doentes, espaços recheados de referências ao sagrado na iconografia presente, nomeadamente através da cruz, construídos de modo a permitir a celebração de rituais, sobretudo da eucaristia, e a centrar a atenção do enfermo na vida do além, são pois alguns dos elementos mais destacados destes conceitos de doença e cura nos hospitais do período moderno e que, de certo modo, vão de encontro às palavras proferidas por São João Crisóstomo, na sua Homilia 2 sobre Lázaro, quando refere: “Não me digam que é impossível cuidar dos outros. Se sois cristãos o que é impossível é que não cuideis”³⁸.

Gostaria de finalizar este capítulo referindo que, a maioria das vezes, quando se utiliza o termo *corpo* pretende-se referir ao *corpo humano*. Contudo, tendo em consideração que este é um trabalho de investigação relativo a uma unidade hospitalar de uma Irmandade, considero relevante referir que o termo *corpo*, também se pode aplicar nas expressões *Corpo da Igreja*. Existe o

³⁴ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - **Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)**. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima.2000.Página 182

³⁵ BASTO; Artur de Magalhães – **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Edição da Santa Casa da Misericórdia do Porto.1934.Vol. II. Página 202

³⁶ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - **Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)**. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima.2000. Página 182

³⁷ AZEVEDO, Carlos Moreira (Direcção.) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**.1.ª Edição. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000. Volume A-C. Página 143

³⁸ CRISOSTOMO, S.J. – “Homilia 2 sobre Lázaro” in Patrologia Grega, vol. 68, Paris: Garnier Freres, 1862, 961-962.

seguinte trabalho académico³⁹ que abordou o tema: O Corpo da Igreja é uma designação para Corpo de Cristo. Esta dimensão religiosa e teológica de corpo, bem difundida à época, poderia não ser totalmente apreendida e compreensível para a totalidade da população dos crentes, incluindo o clero, mas não deixava de ser um dado adquirido e, tantas vezes, exposto, discutido ou simplesmente transmitido por parte dos formadores de consciências.

2.5. Pobreza

Como a Irmandade dos Clérigos do Porto possuía a designação de Clérigos Pobres e se destinava ao Socorro dos Clérigos Pobres considere relevante conhecer as definições de pobreza e averiguar da sua aplicabilidade a este universo do Hospital.

A discussão do conceito e das situações de pobreza na História congregou o esforço de muitos dos historiadores da nova História, também dos portugueses: “Sintomático também o seguinte: Mollat, Gutton, Lis e Soly, Woolf... (para apenas citar os mais divulgados) nunca foram publicados em Portugal. Geremek vê a sua obra principal traduzida entre nós só em 1995.”⁴⁰ “É evidente que todos estes autores são conhecidos dos investigadores portugueses cujas obras são indicadas aos alunos universitários em versões estrangeiras, mas este facto, só por si, é revelador.”⁴¹

Sobre as categorias de pobres existem estas possíveis categorias:

“ Já em 1974 Jean-Pierre Gutton fez notar que na época moderna é considerado pobre todo aquele que apenas dispõe do seu trabalho. Quer dizer: dadas as condições de precaridade e instabilidade socioeconómicas dos trabalhadores, todos eles são vistos como pobres porque todos eles são pauperizáveis.⁴² Pauperizável e pobre não são sinónimos, embora a passagem de uma a outra situação seja frequente e rápida.

³⁹ SOUSA, Rui Manuel Gomes – A Igreja é corpo de Cristo. Para um estudo de Ecclesiologia paulina. Braga: Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Teologia, 2012. Dissertação Final. Mestrado Integrado em Teologia.

⁴⁰ LOPES, Maria Antónia. Roque, João Lourenço – Pobreza, Assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas. Separata de: **A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. Página 68. Nota de rodapé 33 que refere o nome da obra: *A piedade e a força. História da miséria e caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.

⁴¹ LOPES, Maria Antónia. Roque, João Lourenço – Pobreza, Assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas. Separata de: **A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. Página 68.

⁴² LOPES, Maria Antónia. Roque, João Lourenço – Pobreza, Assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas. Separata de: **A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. Página 69. Nota de rodapé 34 que refere o nome da obra: *La société et les pauvres en Europe (XV-XVIII siècles)*, Paris, PUF, 1974, p.8.

O historiador espanhol Pedro Carasa Soto divide o mundo da pobreza em três grandes blocos: pauperizáveis, pauperizados e assistidos. Nesta classificação «hay um gradiente cuantitativo, que há de medirse en cada sociedad concreta y en cada coyuntura real.» E, sobretudo, «se consigue así separar convenientemente lo que es estracción del pauperismo, lo que es su clasificación y lo que tan sólo significa su tratamiento.»⁴³

Segundo esta gradação, que se nos afigura metodológica e conceptualmente correcta, podemos pois afirmar que os pauperizáveis, embora tenham sido tratados numa perspectiva exterior à história da pobreza, têm suscitado em Portugal maior interesse do que os pobres, e estes ainda menos que os assistidos.⁴⁴

Provavelmente, a definição mais relevante de pobreza para a realização deste trabalho académico é a seguinte: “Pobreza *Doentes*: A utilização dos hospitais estava geralmente reservada aos obres: é a estes que os regimentos respectivos se referem, excepto no caso dos hospitais termiais ou no das curas periódicas que muitos estabelecimentos efectuavam relativamente aos doentes de sífilis, que tinham uma frequência estendida à generalidade da população, efectuando-se o tratamento diferencial dos indivíduos de estatuto social superior no seio das instituições. A sua pobreza era entendida segundo duas vertentes distintas: a material, ligada às necessidades do corpo, e a espiritual, dentro da lógica de observância pós-tridentina. Os cuidados do corpo incluíam abrigo, uma alimentação de qualidade e quantidade superior àquela que estava ao alcance dos pobres, e muitas vezes peças de vestuário, aproveitando-se geralmente roupas de outros pobres que tinham morrido no hospital. Os cuidados da alma eram prestados desde o início do internamento, através de uma confissão no acto de entrada, assistência regular a missas e extrema-unção em caso de necessidade.”⁴⁵

Provavelmente a melhor definição de pobreza para a Época Moderna foi-nos concedida pelo Padre António Vieira no seu Sermão das Obras de Misericórdia em que refere na página 4: “Começando pela pobreza; este nome tão mal avaliado entre os homens tem duas significações. Há pobreza, diz S. Agostinho, que he virtude, e pobreza,

⁴³ LOPES, Maria Antónia. Roque, João Lourenço – Pobreza, Assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas. Separata de: **A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. Página 69. Nota de rodapé 35 refere o nome da obra: *Pauperismo y Revolucion burguesa (Burgos, 1750-1900)*, Valladolid, Universidad de Valladolid y Junta de Castilla y León, 1987, p. 72-73.

⁴⁴ LOPES, Maria Antónia. Roque, João Lourenço – Pobreza, Assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas. Separata de: **A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. Página 69.

⁴⁵ AZEVEDO, Carlos Moreira (Direcção) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. 1.ª Edição. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, Volume J-P. Página 458.

que he miseria. A pobreza, que he virtude, he a pobreza voluntaria com que se desprezaõ todas as cousas do mundo. A pobreza, que he miseria, se a pobreza forçada, com que se carece dessas mesmas cousas, e se padece a falta de todas”

No que se refere a beneficência, o objeto de estudo que tem sido mais aprofundado entre nós é o seguinte: “Quanto à beneficência propriamente dita, é sem dúvida a assistência às crianças expostas nos sécs. XVIII e XIX a vertente mais explorada na historiografia portuguesa”⁴⁶

Em sentido oposto encontram-se as seguintes linhas de investigação: “Pelo contrário, a história da assistência na doença, na velhice, na juventude, nas prisões, nos domicílios, da acção das Misericórdias e de tantas comissões ou congregações beneficentes, tudo isto está, em grande parte, por fazer.”⁴⁷

2.6. Hospitais existentes na cidade do Porto

Tal como em outros meios urbanos, já na Idade Média portuense se multiplicaram as instituições que usavam como designativo o termo hospital. De acordo com a informação que se pode apurar, a partir de uma intervenção do poder central nos inícios de quinhentos – situação comum noutros espaços do reino – no sentido de racionalizar e agregar entidades que concorriam para o mesmo objetivo, existiam na cidade do Porto os seguintes hospitais: “1521 - D. Manuel I delibera em Alvará desta data, que o Hospital do Espírito Santo, «de que tem Administração os Pilotos, e Mestres Mareantes, e outros homens bons» do Porto, não passe para a jurisdição da Misericórdia local, revogando, assim, parte da sua Carta Régia do mesmo mês e ano que anexava à referida Santa Casa os «Spritaes do Rocamador, de Santa Clara e os de Cima de Vila» com todas as suas rendas e heranças, independentemente da oposição do Senado portugalense que, desde já priscas? eras, geria os mesmos hospitais-albergarias. (Na época, princípios do século XVI, funcionavam no velho burgo, além daqueles, os Hospitais de N^a.Sra.do Cais, na Ribeira; dos Clérigos, na Rua Escura; do Salvador, « que se chama dos Ganhadores», nas Congostas, dos Palmeiros, na mesma rua; de Tareija Teresa! Vaz daltara?, na Bainharia; de S. João Baptista, da Confraria de N^a. Sra. da Silva; de S. Tiago e Santa Catarina, dos Marinheiros e Pilotos, em

⁴⁶ LOPES, Maria Antónia. Roque, João Lourenço – Pobreza, Assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas. Separata de: **A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. Página 68.

⁴⁷ LOPES, Maria Antónia. Roque, João Lourenço – Pobreza, Assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas. Separata de: **A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. Página 68.

Miragaia, e vários de Lázaros, no Porto, em Gaia e em Bouças).⁴⁸ Volvido o século e no decurso do século XVII consolidou-se o hospital da Misericórdia, conhecido sob diferentes nomes, mas mantiveram-se instituições antigas a que se juntaram novas. A questão mais interessante nesta evolução é certamente o facto de algumas passarem a estar muito mais próximas nas suas funções daquilo a que posteriormente se chamará de hospital, espaço por excelência para tratar e cuidar de doentes e não mais para albergar, agasalhar, alimentar., etc. outros grupos na sociedade

Para se ter uma noção das unidades hospitalares que existiam ou tinham existido na cidade do Porto por ocasião da construção da unidade hospitalar da Irmandade dos Clérigos pode recorrer-se a testemunhos de quem teve intenção de inventariar existências e caracterizá-las parcialmente, como se pode ler no título do capítulo IV – *Dos Colégios, hospícios, recolhimentos, hospitais e outros edifícios públicos, seção VIII – Hospitais*, da sua *Descrição topográfica*⁴⁹. O Padre Agostinho Rebelo da Costa⁵⁰ é contemporâneo da construção do Hospital dos Clérigos.

Na sua obra referencia os hospitais “estabelecidos para abrigo dos pobres e remédio dos enfermos são os seguintes: o *Hospital Real*, na Rua das Flores; o dos *Expostos*, na rua dos Caldeireiros; o dos *Entrevados*, em cima de Vila; o das *Entrevadas*, a Santo Ildefonso; o dos *Lázaros*, no Campo de S. Lázaro; o das *Lázaras*, que lhe está imediato; o das *Velhas*, na rua dos Mercadores.

Todos estes, como já se disse, pertencem à administração da Santa Casa da Misericórdia. Segue-se o de S. *Crispim*, na rua do mesmo nome; o das *Mulheres Pobres*, na rua da Biquinha; o dos *Inglese*s, em cima do Muro, que, dizem, se transfere para o sítio em que está o grandioso cemitério dos luteranos, calvinistas e protestantes, bem semelhante em magnificência e grandeza ao cemitério que têm em Lisboa; o da *Senhora da Silva*, na Ferraria de Cima; o dos *Terceiros de S. Francisco*, da Ferraria de Baixo; o da *Senhora da Caridade*, para os irmãos da sua Ordem; o dos *Clérigos*, nas casas da sua Irmandade. A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo pretende igualmente fundar um para seus irmãos, e já tem emprazado no Campo dos Ferradores o preciso terreno.

⁴⁸ Efemérides - *O Tripeiro* Revista Mensal de Divulgação e Cultura ao Serviço da Cidade e das suas tradições. Porto. Editor e Proprietário António Sardinha. VI Série. Ano IX. N.º 5 (Maio 1969), p. 156.

⁴⁹ COSTA, Padre Agostinho Rebêlo da Costa – **Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Pôrto**. Com a carta de Tomaz Modessan e algumas palavras prévias de A. *De Magalhães Basto*. 2.ª Edição. Porto: Tipografia da Livraria Progredior, 1945. Páginas 161 e 162.

⁵⁰ O Padre Agostinho Rebelo da Costa era natural de Braga, sendo filho de Manuel Rebelo da Costa e Maria Vieira de Azevedo. Foi presbítero secular, cavaleiro professor na Ordem de Cristo, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra. Faleceu na cidade do Porto a 9 de janeiro de 1791 e foi sepultado na Igreja do Convento dos Carmelitas.

Entre todos estes tem o primeiro lugar o *Hospital Real*, não somente pela sua grandeza, número de doentes que recebe, caridade com que os trata, avultadas despesas que faz, de que já falei quando descrevi a Igreja da Misericórdia, mas também pela assistência de peritos e experimentados médicos, que visitam duas vezes no dia todos os enfermos, e assim mesmo os cirurgiões no que pertence ao curativo da sua profissão.”⁵¹. Dedicar atenção especial à construção do “*Hospital Novo*, digno de que eu dê ao público uma clara notícia da sua grandeza.”⁵² Repare-se que o Padre Agostinho Rebelo da Costa refere-se ao Hospital de D. Lopo de Almeida como Hospital Real e refere-se ao futuro Hospital de Santo António como Hospital Novo. Trata-se do mesmo hospital, mas que, em virtude do período de construção, funcionou parcialmente em dois espaços. Enquanto pertença da Misericórdia foi baptizado pelos diferentes produtores de informação de modos distintos, todos eles razoáveis.

O Padre António Carvalho da Costa na sua obra: *Corografia Portuguesa* também refere os hospitais que existiam na cidade do Porto: “Junto a este Convento edificarão os Terceiros de S. Francisco huma sumptuosa Igreja com seu Hospital”⁵³; “ Os Hospitales, que ficão dentro da cidade, são o da Misericórdia, que dotou Dom Lopo de Almeida, a que vulgarmente chamão o Hospital de Roque Amador, aonde se curão muitos enfermos, & lhe assistem os Irmãos da Misericórdia com grande zelo, & cuidado, & lhe vem tomar contas dous Irmãos das Misericórdias da Cidade de Braga, & Villa de Guimaraens (...) O Hospital de S. Crispim, junto à rua das Cangostas, aonde se recolhem os peregrinos; o de Santa Clara, em que se curão alguns doentes, & o de cima de Villa, aonde se recolhem mulheres entrevadas, & pobres; & fóra dos muros o Hospital de S. Ildefonso tambem de mulheres pobres, & o de S. Lazaro, aonde se curão algumas doenças contagiosas.”⁵⁴

⁵¹ COSTA, Padre Agostinho Rebêlo da Costa – **Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Pôrto**. Com a carta de Tomaz Modessan e algumas palavras prévias de A. De Magalhães Basto. 2.^a Edição. Porto: Tipografia da Livraria Progredior, 1945. Páginas 161 e 162.

⁵² COSTA, Padre Agostinho Rebêlo da Costa – **Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Pôrto**. Com a carta de Tomaz Modessan e algumas palavras prévias de A. De Magalhães Basto. 2.^a Edição. Porto: Tipografia da Livraria Progredior, 1945. Página 163. Correspondente na monografia ao Capítulo IV – Dos Colégios, hospícios, recolhimentos, hospitais e outros edifícios públicos, seção IX – Descreve-se a planta do Hospital Novo.

⁵³ COSTA, Padre António Carvalho da Costa – **Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contem; varões illustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bifpos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios & outras curiofas obfervaçoens**. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. Tratado Sexto da Comarca do Porto. Cap.I. Da defcripção Topográfica da Cidade do Porto. Página 352.

⁵⁴ COSTA, Padre António Carvalho da Costa – **Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contem; varões illustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bifpos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios & outras curiofas obfervaçoens**. Lisboa: na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. Tratado Sexto da Comarca do Porto. Cap.I. Da defcripção Topográfica da Cidade do Porto. Página 353.

Capítulo 3 – Hospital da Irmandade dos Clérigos

Na obra: *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História*, no capítulo VIII, referente A Construção da Casa, Enfermaria e Torre é explicada a razão e a ocasião que motivaram a criação da enfermaria ou hospital para os clérigos mais enfermos: “o Breve de isenção da *jurisdição paroquial*, concedido por Clemente XII e expedido em 26 de Agosto de 1734, foi logo devidamente executado. Mas, tendo surgido certas dificuldades, em 1748, em 7 de Março, de novo as regalias de isenção foram discutidas. Aliás foi, precisamente, este facto que propiciou a ocasião para se construir a Enfermaria ou Hospital que merecesse, de quem de direito, a tão ambicionada isenção. Ali seriam recolhidos e tratados os Irmãos necessitados. E, para os que não pudessem vir, de seu pé, foram logo compradas três *cadeirinhas de mão* que os conduzissem”⁵⁵

A Enfermaria só seria concluída em 1758. Contudo, conforme informa Hernâni Monteiro, antes da conclusão do Hospital tinha ocorrido a entrada do primeiro doente em 2 de março de 1754⁵⁶. Existe uma descrição de como era a Enfermaria: “Sabe-se, além disso, que perto da Enfermaria havia um quarto no vão da Parede e um Gabinete de Enfermaria que devia ser bastante grande pois continha mobília de razoáveis dimensões: 1 cómoda ou caixão com três gavetões e duas gavetas, e uma estante envidraçada, uma mesa triangular de pé, uma meia cómoda de vinhático com um gavetão e duas gavetas, três cadeiras, entre outros.”⁵⁷ Esta descrição baseada nos Inventários da Enfermaria só permite um olhar rápido ao espaço e respetivos equipamentos. No Inventário de 1793 dá-se conta da existência de uma Casa da Enfermaria, de uma cozinha, de uma Sacristia e de um Altar de Enfermaria. A Casa da Enfermaria possuía três leitos de pau preto. Ao longo do tempo os responsáveis foram mantendo e atualizando os mesmos, investindo parte dos fundos disponíveis da Irmandade nesta estrutura. Uma observação mais sistemática dos Inventários da Enfermaria em conjunto com os Livros do Tombo da Irmandade revelam os ritmos a que aconteceu esta renovação da Enfermaria e as novidades técnico funcionais incorporadas. Em nenhum dos Inventários foi possível encontrar descrições dos utensílios médicos ou material de enfermagem. Contudo, nos livros de recibos foi possível rastrear a existência de alguns destes bens e perceber o dispêndio efetuado, assim como alguns indicadores de materiais consumíveis.

⁵⁵ COUTINHO, B. Xavier – *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, 1965. Página 171

⁵⁶ MONTEIRO, Hernâni – *Origens da Cirurgia Portuguesa*. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926. Página 135 e Página 137 nota de rodapé 2.

⁵⁷ COUTINHO, B. Xavier – *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, 1965. Página 201

O Professor Hernâni Monteiro ao consultar o livro de entrada dos Irmãos doentes constatou que o movimento era diminuto e que o último registo tinha sido em 9 de junho de 1828. Poderia concluir-se através deste livro de entrada de Irmãos doentes que o Hospital funcionou durante 74 anos no período compreendido entre 1754 e 1828. Contudo, como iremos referir em capítulos subsequentes houve pelo menos o internamento e tratamento no Hospital de, pelo menos, mais um doente após esta data.

O Padre Agostinho Rebelo da Costa citado anteriormente neste trabalho faz a seguinte referência ao Hospital dos Clérigos: “Uma respeitável corporação de clérigos, em que são admitidos alguns seculares dos mais beneméritos da cidade, é a que dirige o fundo necessário à conservação de toda esta obra e despesas que se fazem com um bem provido hospital para clérigos pobres.”⁵⁸

Contudo, nesta descrição devemos ter em consideração o que refere Tomaz Modessan na carta de 10 de março de 1789 endereçada ao editor do *Jornal Encyclopedico* sobre o valor que este devia dar no mesmo Jornal ao livro *Descrição Topographica da Cidade do Porto*. Nesta carta o autor salienta alguns aspectos referidos no livro, duvidando da sua credibilidade.

Por exemplo, no que se refere aos Clérigos: “Com igual falta de verdade diz o autor, que na dita igreja dos Clérigos há sempre missas até uma hora depois do meio dia; e isto não é menos que uma mentira de fatais consequências para o povo que não fôr da cidade e que se guiar aos dias santos por esta falsa notícia, porque para os portuenses é bem notório, que nem o autor se faz em nada acreditável, nem os clérigos, depois que se apanharam ricos, dizem na sua igreja missas, senão até às onze e meia: em outras igrejas, sim, supre-se esta falta com utilidade pública.”⁵⁹ O Padre Agostinho Rebelo da Costa tinha escrito: “As missas nos dias solenes e de guarda dizem-se até à uma hora depois do meio dia, o que é de grande comodidade para o povo, bem certo de achar missa a qualquer hora.”⁶⁰ Ao ler o teor desta carta, devemos utilizar o princípio da prudência sobre o que escreve o Padre Agostinho Rebelo da Costa, não só em relação ao referido exemplo sobre as Missas celebradas na Igreja dos Clérigos, mas também eventualmente em relação ao que escreveu sobre o Hospital. Nesta carta, também se fica com a perceção de que apesar de serem

⁵⁸ COSTA, Padre Agostinho Rebêlo da – **Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Pôrto**. Com a carta de Tomaz Modessan e algumas palavras prévias de A. De Magalhães Basto. 2.ª Edição. Porto: Tipografia da Livraria Progredior, 1945. Página 131 correspondente na monografia ao Capítulo III – Das freguesias e moradores que tem; o seu carácter, génio e costumes; número dos principais templos e capelas, conventos de religiosos e religiosas, seção XV – Descrevem-se as igrejas dos Clérigos e Misericórdia.

⁵⁹ COSTA, Padre Agostinho Rebêlo da – **Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Pôrto**. Com a carta de Tomaz Modessan e algumas palavras prévias de A. De Magalhães Basto. 2.ª Edição. Porto: Tipografia da Livraria Progredior, 1945. Página 439

⁶⁰ COSTA, Padre Agostinho Rebêlo da – **Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Pôrto**. Com a carta de Tomaz Modessan e algumas palavras prévias de A. De Magalhães Basto. 2.ª Edição. Porto: Tipografia da Livraria Progredior, 1945. Página 131 correspondente na monografia ao Capítulo III – Das freguesias e moradores que tem; o seu carácter, génio e costumes; número dos principais templos e capelas, conventos de religiosos e religiosas, seção XV – Descrevem-se as igrejas dos Clérigos e Misericórdia.

uma Irmandade de Clérigos Pobres se tornaram ricos e de poderem eventualmente ter descurado algumas das suas funções originais.

O Hospital surgiu pois de uma necessidade de apoio nas situações de falta de saúde, inscrita já nas irmandades anteriores que se associaram nesta nova de inícios do século XVIII, mas também do forte desejo e vontade pela Mesa da Irmandade nos anos vinte a trinta de se excluírem da autoridade paroquial e adquirirem um estatuto de isenção.

3.1. Requerimento para ser admitido no Hospital

Os Irmãos que padecessem de moléstias e necessitassem de recorrer a tratamento necessitavam de dirigir um ofício ao Presidente da Mesa, relatando o mais minuciosamente possível a enfermidade de que sofriam. O Presidente da Mesa ordenava que fosse averiguada a situação em questão e após análise era deliberada a decisão para o pedido realizado. Na **Figura 1**, que corresponde ao primeiro ofício de pedido, temos acesso ao modo como um Irmão descrevia a sua moléstia. Este documento⁶¹ faz parte do fundo *Entradas de Irmaons Aceitaçãoens de Cappelaens Licenças dos mesmos Varias cartas que nada valem*, que possui uma enorme quantidade de documentos sobre os mais diversos assuntos. Contudo, os documentos não estão numerados (nem rubricados no canto superior direito) a maior parte das vezes. Poderia, eventualmente, estar ordenado através de uma ordem cronológica o que poderia simplificar a tarefa. A falta de ordem encontrada talvez corresponda a algum período de tempo, mais recente, em que pessoas externas à Irmandade “desorganizaram”, na tentativa de pesquisa, a ordem original. Quando iniciei o meu trabalho académico considerava que um documento relacionado com a Enfermaria estaria na Secção relativa ao Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto. Contudo, vários documentos relativos à Enfermaria estão distribuídos por várias secções. Este pedido de admissão é relevante porque este mesmo ofício continuará a ser utilizado durante um largo período de tempo, designadamente ao longo do final do século XVIII e ao longo do século XIX, pelos Irmãos, que tivessem necessidade de recorrer à ajuda da Irmandade, por motivos de enfermidade ou escassez de recursos económicos. Como o ofício devia ser endereçado à Mesa para apreciação e recolha de informação posterior, a pesquisa destes dados teve que ser feita na informação produzida pela Mesa. Este mesmo ofício era utilizado pelos Irmãos que tivessem de receber tratamento e internamento no Hospital da Irmandade dos Clérigos ou nas suas próprias

⁶¹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, *Entradas de Irmaons Aceitaçãoens de Cappelaens Licenças dos mesmos Varias cartas que nada valem*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/018/0001).

habitações. Se tivessem necessidade de receber ajuda pecuniária para aquisição de medicamentos ou na realização de tratamentos, designadamente, ir a banhos de mar, era este o documento que deviam utilizar para oficializar o seu pedido junto do Presidente da Irmandade, ou quando este não estivesse disponível, perante o Secretário da Irmandade dos Clérigos do Porto. Neste ofício, em específico, o Irmão Luís Soares António de Albergaria em 1767, no corpo do texto, refere que se: "encontra impossibilitado de levantar."⁶² No canto superior esquerdo o Presidente da Irmandade ordena que "o Nosso Irmão Enfermeiro com o Nosso Irmão Doutor Médico" inquiram sobre a qualidade da moléstia"⁶³ Na **Figura 2** pode-se verificar o diagnóstico que o Médico realizou sobre o estado de saúde do Irmão⁶⁴ Luís António Soares de Albergaria. Após a Mesa receber o parecer médico, no canto inferior esquerdo da **Figura 1** é possível ler-se que foi deliberado oferecer-se 4800\$000 réis ao Enfermeiro-Mor para tratar deste enfermo e está assinada com a assinatura de Albuquerque, que desempenhava a função Secretário da Irmandade naquela época. O doente deu efetivamente entrada, no Hospital da Irmandade dos Clérigos em 19 de maio de 1768, de onde saiu a 31 de agosto de 1768. Este procedimento era o utilizado tanto por Irmãos pobres como por Irmãos mais notáveis, como se pode verificar no capítulo seguinte.

⁶² ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, *Entradas de Irmaons Aceitaçãoens de Cappelaens Licenças dos mesmos Varias cartas que nada valem*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/018/0001).

⁶³ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, *Entradas de Irmaons Aceitaçãoens de Cappelaens Licenças dos mesmos Varias cartas que nada valem*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/018/0001).

⁶⁴ O Irmão Luís António Soares Albergaria é um dos 26 Irmãos que se encontram registados em *Enfermaria Entradas, e Óbitos* para o período de tempo compreendido entre 1754 e 1828. Durante este período foram registadas 31 entradas, porque alguns Irmãos deram entrada mais do que uma vez, sendo que nesta análise tem de se ter em consideração que o Irmão António José Pereira de Souza foi registado duas vezes para o mesmo período de internamento.

Inferno ougho Amas Infer-
meiro com o mto. Sr. D. Medico
Sobre a qualidade da medicina e
propriedade da cura. Pto em
Mora de 15 de Agosto de 1787

Como Preside. Joze Inff

Mouquary Junts.

Pto e Red. Luis Antonio de Almeida
destalido, guapele mto. agudo, guacotado, est.
incluam, e caldo decima, e mto. bala de p. de harte
Lorientar. Como recepta de harte em mto, como
de mais p. vepeder a harte por p. mto. a pta
indigena, e harte em mto. em mto. a pta
Das proprias do Catirismo em mto. a pta
Lente

Vir entrega ao Inferno.
Aos de 4 de 800 j'rao lancada
em despera das Contas gomey
Le que elle deve dar conta.

Mouquary Junts.

Pto e Red. Wm. Redignom
mandar feuntro bala de p.
como que se p. p. p. p. p.
em mto. ad. p. p. p. p. p.
durante cha. a harte em mto.
ferradura de bala de p.

Wm. Redignom

38

Figura 2: Diagnóstico do Médico ao Irmão Luís António Soares de Albergaria em 1767.

João Feij. Lmt. Medico, aproucho pella vmd.
 deloimbre. Catefido do R. Luis Ant. Soares de Albergaria
 via offerta de uma doente com hum defluxo
 a hum Joello a dos DD. Chama-se gonorrhea e por ser
 verdadeiramente da affirmo de baixo do jura-
 mento do meu juras. Porto 1.ª de Agosto de 1767
 João Feij. Lmt.

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, *Entradas de Irmaons Aceitaçãoens de Cappelaens Licenças dos mesmos Varias cartas que nada valem*, fólio não numerado (PT ICPRT IC/A/018/0001).

A consulta desta informação permitiu reconstituir o processo especificado dentro da Instituição para o acolhimento de doentes. Há diferentes responsáveis pela informação que a Mesa exige para deliberar. Este fluxo de informação pressupõe um diálogo entre os diversos e diferentes agentes sociais que compõem a Irmandade dos Clérigos. Esta informação de múltiplos produtores evidencia um sistema complexo de recolha de dados que permitem à Irmandade fazer uma avaliação da necessidade de apoio, por um lado, e do preenchimento das condições estipuladas nos Estatutos para receber esse apoio, por parte de um candidato. É possível, a partir destes dados, avaliar o número de doentes que pediram o apoio da Instituição, assim como traçar o perfil das doenças de que se queixam e dos Médicos e Enfermeiros chamados a emitir opinião. Esta análise permite vislumbrar que a orgânica de funcionamento desta instituição assemelha-se a um organismo vivo que evolui através das relações que estabelece entre os diferentes agentes.

3.2. Pedido de Nicolau Nasoni para receber assistência da Irmandade.

Como referido anteriormente, o procedimento de pedido de assistência segue um padrão que em nada diverge no que respeita à qualidade de Clérigo ou Secular do Irmão, podendo inclusivamente referir-se a uma personalidade pouco ou muito conhecida à época.

Sobre o Arquiteto Nicolau Nasoni foram realizados vários trabalhos sobretudo relacionados com a sua obra. Atualmente, está em curso um trabalho de investigação por uma equipa coordenada pela antropóloga forense Eugénia Cunha, da Universidade de Coimbra, com o objetivo de estudar as ossadas encontradas na cripta localizada próxima do altar-mor, com o intuito de descobrir a possível sepultura de Nicolau Nasoni. Um possível contributo historiográfico para se compreender melhor como se desenrolou a fase final da sua vida pode ser fornecido pelos seguintes elementos: antes do seu falecimento o Irmão Nicolau Nasoni encontrou-se doente e sentiu a necessidade de formalizar um pedido de assistência à Irmandade dos Clérigos do Porto. Esse pedido foi formalizado através de um ofício semelhante ao explicado no Capítulo precedente. Na **Figura 3** é possível observar-se o pedido formal que Nicolau Nasoni endereçou em dezembro de 1772 ao Presidente e Deputados da Irmandade.

[illegible]

No corpo do texto é referido: “Diz Nicolau Nasoni Irmão desta Santa Venerável Irmandade [...] que serviu sempre com zelo, que ele suplicante se acha enfermo e indigente, precisado a ir-se ao Hospital desta Santa Irmandade para ser tratado (...) desejará que fizessem a [...]”

mesma Caridade em sua casa por ter sua filha donzela em sua companhia, que trate dele.”⁶⁵ A resposta a este pedido pode ler-se no canto superior direito do mesmo documento onde é referido: “concorre com seis vinténs por dia até nova ordem”⁶⁶ Adicionalmente, é referido para o Irmão Enfermeiro saber do seu estado de saúde todas as semanas. No **Anexo 1** é possível verificar o montante semanal que o Enfermeiro-Mor José Ferreira da Silva Porto gastou com a assistência domiciliária a Nicolau Nasoni até a data do seu falecimento. É igualmente possível saber-se alguns custos com o enterro de Nicolau Nasoni.

A assistência a um doente, tal como atrás mencionado, consubstanciava-se em apoio médico, em apoio para a sustentação, que podia incluir uma ajuda pecuniária para quem o tratava e ainda a assistência na morte. Assistência que tanto podia decorrer no Hospital quanto no domicílio. Isto explica o número limitado de camas na Enfermaria.

3.3. Enfermeiro-Mor, Ajudante de Enfermeiro e Médico

Foi objetivo deste trabalho tentar traçar o perfil do pessoal “clínico” da Enfermaria dos Clérigos. Do **Anexo 2** consta a lista, ordenada cronologicamente, de todos os Enfermeiro-Mor e Médicos que estiveram ao serviço da Irmandade no período de tempo compreendido entre 1804 e 1871, ano da eleição do último Enfermeiro-Mor. Não foi possível proceder a idêntico levantamento sistemático para o período anterior. Esta informação foi recolhida nos Termos de Eleições, ou seja, quando ocorria a renovação do corpo diretivo da Irmandade, pois não há nenhuma outra tipologia documental que permita reconstituir este grupo. Se em relação ao Enfermeiro-Mor as regras estipulam que este deve ter a condição de Irmão, já no que respeita a sangradores, ajudantes de enfermaria, serventes de enfermaria, moços de enfermaria, lavadeiras e outros colaboradores, essa não é uma pré-condição. Significa isto que é necessário pesquisar em múltiplas fontes e cruzar a informação para se conseguir alcançar a reconstituição desejada. Isto explica o facto de, ao contrário do definido num primeiro momento deste trabalho, se ter tornado incomportável realizar a pesquisa destes elementos para todo o período abordado. Em relação aos Enfermeiros-Mores e Médicos, não existindo os Termos de Eleições para a época anterior 1804, foi necessário limitar no tempo o levantamento. A fonte elucida-nos sobre outros cargos desempenhados pelos Enfermeiros. Uma análise dos percursos permite constatar que a maioria

⁶⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1759 até 1783*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/A016/0001).

⁶⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1759 até 1783*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/A016/0001).

dos Enfermeiro-Mor tinha a condição de Clérigo e não foi possível encontrar evidências de que possuíssem instrução académica na área da Enfermagem ou Medicina. Possivelmente porque o cargo de Enfermeiro-Mor envolvia sobretudo o registo de entrada e saída de doentes, o pagamento de salários aos ajudantes de Enfermagem, significando que se trataria de um cargo de gestão mais do que o da realização de atos de enfermagem. Inclusivamente, um Presidente da Irmandade dos Clérigos exerceu a função de Enfermeiro-Mor. Foi o Reverendo José do Sacramento Lapa no ano de 1840-41 tendo sido eleito no ano seguinte para desempenhar as funções de esmoler-mor da Irmandade. A **Tabela 1** é uma tabela com informação sobre quantas vezes foi eleito um Enfermeiro-Mor.

Tabela 1 Número total de eleições de Enfermeiro-Mor

Nome do Enfermeiro Mor Eleito	Número de vezes que foi Eleito
António Barbosa de Araújo	10
José Lourenço de Sousa	9
Albino José Dias Guimarães	6
Innocência Jozé António de Amorim	5
Cypriano da Apresentação Rodrigues Faria	4
Manoel de Oliveira Figueiredo	4
Domingos de Mesquita	4
não aplicável	3
José Maria Hoyer	3
Gonçalo Affonso Cirne	3
António Peixoto Salgado	2
João de Souza Pinto	2
Joaquim Correa de Lemos Godinho e Nascimento	2
Manuel José Lopes de Azevedo	1
José Luís Leite	1
José do Sacramento Lapa	1
António Joaquim de Azevedo Couto	1
Caetano Cândido da Cunha	1
José Luís Leite	1
António Manuel das Neves	1
André Gonçalves de Azevedo	1
José Teixeira	1
Total	66

Fonte: Tabelas elaboradas com base em IC, ICP, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Termos e actas da eleições das Mesas, *Termos de Eleições das Mesas 1804 a 1863* (PT ICPRT IC/A/033/0001)

Desta forma obter é possível obtermos a informação nomeadamente de que António Barbosa de Araújo foi o Irmão mais vezes eleito, num total de 10 vezes, para exercer as funções de Enfermeiro-Mor⁶⁷. De salientar, que se um Irmão que desempenhasse, ou tivesse anteriormente desempenhado, a função de Enfermeiro-Mor, mas viesse a falecer com dívidas a Irmandade no registo do seu óbito obrigava a referir o montante das dívidas que não tinham sido saldadas com a Irmandade por ocasião do seu falecimento, já que isso implicava, segundo os estatutos o não ter direito aos ofícios fúnebres. Esta situação ocorreu com Cypriano da Apresentação Rodrigues Faria. O facto de ter servido por quatro vezes no Hospital não foi suficiente para lhe ser reconhecido um estatuto especial.

A partir dos livros fundo de Recibos Enfermaria assim como no fundo dos recibos gerais⁶⁸ foi possível reconstituir, não na totalidade, mas para o período de 1792 a 1816 os nomes dos ajudantes de enfermeiro, assim como o montante dos salários e as tarefas que lhe estavam atribuídas. A informação varia no que diz respeito ao período de trabalho que é remunerado, umas vezes pago ao quartel outras vezes à jorna. Esta variabilidade é traduzida pelos termos: “declaro que estou satisfeito de todas as mesadas do tempo”, “do resto do mês de Agosto que se completou”, “da minha comedoria e soldada”, “dos cinco dias que pertencem ao mês de Abril”, “pelo quartel de meu ordenado de enfermeiro”. (confronte-se o **Anexo 3** com os recibos dos Ajudantes Enfermeiros do fundo de Recibos de Enfermeiro e o **Anexo 4** os ordenados dos Ajudantes de Enfermeiro, com descrição das tarefas). Se a descrição mais elementar da tarefa é “por servir na Enfermaria”, “por servir neste Hospital”, “por servir este Hospital e Enfermeiro”, outras vezes concretiza-se dizendo: “da assistência que fiz a” fulano de tal, “da obrigação que me impôs de varrer e espanar a nossa Enfermaria e abrir as janelas, lavar os vidros da mesma, abrir as cortinas do altar e toda mais roupa”. Ao longo do tempo, a constância que se deteta nos salários parece inscrever-se na lógica de muitas outras ocupações, numa quase imutabilidade de salários, nesta sociedade de Antigo Regime. Contudo, a partir de outubro 1814 dá-se uma evolução significativa com o aumento de \$160 réis diário para \$240 réis diário. Atenda-se que apesar do termo utilizado para designar a função em muitos casos ser a de Enfermeiro, as mesmas pessoas, podem aparecer na documentação com a designação de moço de enfermaria, de servente de enfermaria ou de enfermeiro menor. Por vezes acumulam as tarefas destas funções com a de foleiro e sineiro “de tocar foles e sinos”. Quando nos recibos é possível distinguir estas

⁶⁷ Na **Tabela 1** na coluna Nome do Enfermeiro Mor Eleito existe uma entrada com a designação de não aplicável. Esta situação ocorre porque em três ocasiões não foi possível obter informação sobre o nome da pessoa que teria exercido a função.

⁶⁸ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, Recibos Diversos, (PT ICPRT IC/A/016/0002)

designações pode-se observar em termos comparativos que ganhavam mais por tocar foles e sinos do que por trabalhar na enfermaria. Provavelmente era mais especializado o trabalho de tocar foles e sinos.

Sobre os médicos, a mesma fonte Termos de Eleições de Mesa, revela, o papel que estes têm na categoria de Irmãos externos, ou seja, membros seculares da Irmandade, na orgânica interna da Irmandade dos Clérigos. Ocupam a função de Consultores, prevista a partir de determinada altura, na orgânica da Instituição, numa hierarquia que passa pela classificação de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Consultor, em sentido de importância ascendente. Esta participação na direção da Irmandade permite-lhes o acesso a outros lugares como o de Deputados. Enquanto Irmãos obrigavam-se na admissão a prestarem assistência aos doentes internados e aos doentes externos nos seus domicílios.

Tabela 2 Número total de eleições de Médicos para a Mesa

Nome do Médico	Número de vezes que foi Eleito para funções na Mesa
António Marques de Sousa Alão	15
Luís António Pereira da Silva	15
Manoel Joaquim dos Santos	3
António José de Sousa	1
não aplicável	32
Total	66
Nome do Médico	Funções que Exerceu na Mesa
António Marques de Sousa Alão	15
Consultor	14
Deputado	1
Luís António Pereira da Silva	15
Consultor	13
Oitavo Deputado	2
Manoel Joaquim dos Santos	3
Consultor	2
Consultor com voto	1
António José de Sousa	1
Quarto Consultor	1
Não Aplicável	32
Total	66

Fonte: Tabelas elaboradas com base em IC, ICP, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Termos e actas da eleições

3.4. Recursos para financiamento da atividade hospitalar

Uma das fontes do Arquivo do Hospital, designada como Fundo do Hospital composta por três livros, reflete a administração das entradas de dinheiro provenientes de esmolas, pensões, hipotecas de casas e juros de dinheiro emprestado, assim como a despesa. Foi pois, possível explorar uma destas entradas, a dos juros do dinheiro emprestado. A opção por esta entrada justifica-se pela frequência dos empréstimos e pela modernidade que isso representa. Ao lado de formas mais antigas como as esmolas e pensões sobre bens de raiz, os Clérigos optaram por esta fonte de receitas. Esta opção deverá ter sido pensada em função da credibilidade que tinham na sociedade, que poderia garantir o pagamento dos juros atempadamente. O livro segundo que cobre o período 1813 a 1822 e que foi explorado no âmbito deste trabalho, permite ensaiar um método que torna evidente as práticas seguidas pela Irmandade. Esta informação foi inscrita sob supervisão do Secretário António Jozé de Souza, a quem coube numerar e rubricar o livro. Cada folha corresponde ao registo dos pagamentos de juro de um determinado empréstimo ao longo dos anos em que vigora. Há sempre a nota do documento que funda o empréstimo e à margem do registo de pagamento de juro em formação dos fólios dos livros onde se encontra carregada. O registo do pagamento de juros, dá nota do período da data de vencimento e do capital inicial. O rigor deste registo parece traduzir a forma como a Irmandade tinha que atuar em relação aos seus fiduciários para não ocorrerem eventuais erros ou lapsos nos pagamentos dos juros, sabendo da possibilidade de perder a confiança para outras instituições existentes na cidade. A análise revelou que foram ocorrerem 26 situações de empréstimo. O capital inicial variou entre o mínimo de 29\$860 réis e 2800\$000 réis que permitiam que o Cofre da Administração do Hospital em agosto de 1813 detivesse 18301\$011 réis. A partir das informações que constam dos livros de despesa com os doentes é possível ter a noção do que poderia representar a despesa total de um ano em relação ao capital emprestado. O gasto de um ano em despesas de tratamento de doentes representa cerca de 2,5% do fundo do Hospital. Esta aproximação foi estabelecida com base nas despesas da segunda década do século XIX. Calculada a taxa de juro a partir dos dados acima descritos conclui-se que a taxa de juro mais usualmente praticada era de 2,5% a seis meses. Sendo seis meses representam 50% do volume de empréstimos. Com o apuramento destes resultados

⁶⁹ Na **Tabela 2** na coluna Nome do Médico existe uma entrada com a designação de não aplicável. Esta situação ocorre pelo facto de que no período de tempo em estas personalidades foram Irmãos Médicos existirem anos em que apenas desempenharam funções médicas na Irmandade e não exerceram outros cargos na orgânica da Irmandade designadamente como Consultores ou Deputados.

depreende-se que é necessário uma análise quantitativa mais aprofundada que permita elucidar se estes valores se registam igualmente para um período de tempo antecedente ao que foi aqui estudado.

Tabela 3 Cálculo dos Juros dos Empréstimos entre 1813 e 1822

Contagem de Montante Juros		Taxas de juro								
Prazo de vencimento dos juros		1,25%	1,67%	2,5%	1,25% / 2,50% / 3,75 % / 5%	2,5%+ 3,03% no último mês	2,50% / 5%	(em branco)	Total Geral	
3 meses		3						1	4	
3 meses/6 meses/ 9 meses/ 1 ano					1				1	
4 meses			3						3	
6 meses				13				2	15	
6 meses / anual							1		1	
6 meses + 7 meses no último mês						1			1	
Não refere								1	1	
(em branco)										
Total Geral		3	3	13	1	1	1	4	26	
Contagem de Montante Juros		Taxas de juro								
Prazo de vencimento dos juros		1,25%	1,67%	2,50%	1,25% / 2,50% / 3,75 % / 5%	2,5%+ 3,03% no último mês	2,50% / 5%	(em branco)	Total Geral	
3 meses		11,54%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,85%	15,38%	
3 meses/6 meses/ 9 meses/ 1 ano		0,00%	0,00%	0,00%	3,85%	0,00%	0,00%	0,00%	3,85%	
4 meses		0,00%	11,54%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,54%	
6 meses		0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,69%	57,69%	
6 meses / anual		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,85%	0,00%	3,85%	
6 meses + 7 meses no último mês		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,85%	0,00%	0,00%	3,85%	
Não refere		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,85%	3,85%	
(em branco)		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Total Geral		11,54%	11,54%	50,00%	3,85%	3,85%	3,85%	15,38%	100,00%	

Fonte: ICP, IC, Hospital da Irmandade dos Clérigos, Fundo do Hospital, *Livro do Fundo do Nosso Hospital 1813-1822*

Capítulo 4 – Hospital da Irmandade dos Clérigos após 1828

“Não sabemos se há ou não o incompreensível, o incognoscível. Apenas, na aventura de espírito científico, nunca desistimos de chegar a compreender o que agora não conhecemos, de chegar a conhecer aquilo que agora não conhecemos.”

Vitorino Magalhães Godinho⁷⁰, Da Dificuldade de Pensar o Nosso Tempo, 2001

Na fase inicial da minha análise ao Hospital dos Clérigos tinha como intenção desenvolver uma investigação até o ano de 1828, porque esse era o ano correspondente ao registo de entrada do último doente como tinha afirmado Hernâni Monteiro após ter tido a possibilidade de consultar o Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto: “O primeiro enfermo entrou a 2-III-1754 e o último de que vi registo foi recolhido em 9-VI-1828.”⁷¹ Esta afirmação é válida e correta de acordo com o registo de entradas e óbitos na Enfermaria⁷². Contudo, ao analisar informação noutras secções do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto, deparei com alguns indícios que me fizeram suscitar a possibilidade do Hospital ter prosseguido a sua função assistencial nomeadamente através do internamento pessoas enfermas ou de ter recorrido ao corpo clínico num horizonte temporal que se poderia prolongar para além do inicialmente previsto na minha investigação. Um indício⁷³ obtido foi o que se pode verificar no **Anexo 5**. É o registo do pedido do Irmão Joaquim José Graça dirigido ao Presidente da Irmandade suplicando que por motivo de: “ainda não estar bom de todo da dita Sufocação porque esta ainda a ataca constantemente de noute na cama, de forma que dorme pouco precisa de tomar mais alguns remédios, e comer algumas couzas.”⁷⁴ No mesmo documento, no canto inferior direito, é possível ler-se a seguinte afirmação: “Se dignem mandar-lhe dar com que se trate da dia moléstia, ou mandá-lo recolher ao Hospital desta Venerável Irmandade, e cazo não possa ser nenhuma das duas couzas então se vê na

⁷⁰ Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho. Nasceu a 9 de junho de 1918 e faleceu a 26 de abril de 2011. Foi um insigne historiador Português. Pertenceu à escola historiográfica que se desenvolveu em torno da revista “*Revue des Annales*” e prosseguiu os seus trabalhos sobretudo em sintonia com Fernand Braudel na École Pratique des Hautes Études de Paris. Foi autor de inúmeras obras e foi o fundador em 1979 da Revista de História Económica e Social. [online] http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=613:mostra-vitorino-magalhaes-godinho-1918-2011&catid=157:2011&Itemid=652 [Consultado em 9 de fevereiro de 2015 às 8H50].

⁷¹ MONTEIRO, Prof. Hernâni – **Origens da Cirurgia Portuense**. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926. Página 137

⁷² ICP, IC, Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Enfermaria Entradas, e Óbitos*, fl. 7 (PT ICPRT IC/C/0028)

⁷³ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1834 até 1841 para 1842*, fl. 166 (PT ICPRT IC/A/016/0005).

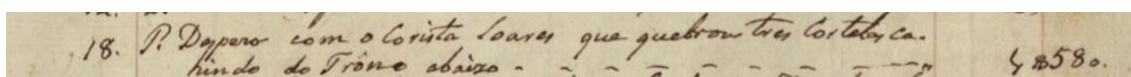
⁷⁴ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1834 até 1841 para 1842*, fl. 166 (PT ICPRT IC/A/016/0005).

necessidade de se recolher ao Hospital da Misericórdia, de onde o Suplicante também é Irmão”⁷⁵ Esta afirmação data de agosto de 1837, ou seja, quase 10 anos após a última entrada registada. Na resposta também é colocada a possibilidade do Irmão se ir tratar no Hospital da Misericórdia por aí ser também Irmão, mas primeiramente é referida como hipótese o internamento do Irmão no Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto. O levantamento desta hipótese corrobora a suposição de este Hospital ainda se manter em funções. Este requerimento foi posteriormente dirigido ao Presidente da Mesa. A decisão final da Mesa foi oferecer-lhe uma ajuda pecuniária no montante de 4\$800 réis.

Na pesquisa não foi possível encontrar a Ata da Sessão de agosto de 1837, porque existem alguns intervalos temporais⁷⁶ para os quais não há registos sequenciais, nomeadamente no fólio⁷⁷ 20v onde é referido inicialmente a Ata da Sessão de 8 de janeiro de 1836 e passa imediatamente a seguir para a Ata da Sessão de 27 de abril de 1841, o que não nos permite verificar se o termo Hospital dos Clérigos ficou igualmente registado na Ata da Sessão de agosto de 1837.

Outros dois indícios encontrados na documentação que poderiam sugerir que a atividade assistencial era ainda uma componente relevante da Irmandade dos Clérigos do Porto são os seguintes documentos em que referem o montante da ajuda pecuniária, mas sobretudo descrevem a moléstia dos que recebiam a ajuda. Na despesa registada em 18 de fevereiro de 1841, sob o título a: “Despesa com o Corista Soares que quebrou três costelas caindo do trono abaixo”⁷⁸ (ver **Figura 4**) remete para ação assistencial a um dos seus membros em virtude de um acidente de trabalho.

Figura 4: Despesa de três costelas quebradas em 1841



Fonte: ICP, IC, Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto, Fundo do Hospital, *Livro 3 do Fundo do Nosso Hospital*, fl. 85 (PT ICPRT IC/C/029/0003).

Mas a despesa é, por vezes, explicitamente, referente ao ato médico como é o caso de:

⁷⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1834 até 1841 para 1842*, fl. 166 (PT ICPRT IC/A/016/0005).

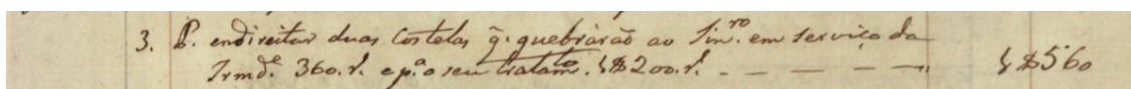
⁷⁶ Outro exemplo de intervalo temporal ocorre quando da Ata da Sessão de 24 de outubro de 1829 se passa para o registo da Ata da sessão de 16 de dezembro de 1835. ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Actas da Mesa 1826-1849*, fl. 20 (PT ICPRT IC/A/034/0001).

⁷⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Actas da Meza 1826-1849*, fl. 20v (PT ICPRT IC/A/034/0001).

⁷⁸ ICP, IC, Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto, Fundo do Hospital, *Livro 3 do Fundo do Nosso Hospital*, fl. 85 (PT ICPRT IC/C/029/0003).

“endireitar duas costelas que quebrarão ao serviço da Irmandade.”⁷⁹ (ver **Figura 5**) Nesta descrição da despesa ficamos a perceber que foi ao serviço da Irmandade que surgiu esta ocorrência, o que se poderia designar por acidente de trabalho, e permite obter a noção não só do montante do tratamento no valor de 1\$200 réis como também o montante \$360 que provavelmente corresponderia a uma parte do seu vencimento salarial. Esta despesa foi registada em 3 de abril de 1841.

Figura 5: Custo do Tratamento de duas costelas em 1841.



Fonte: ICP, IC, Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto, Fundo do Hospital, *Livro 3 do Fundo do Nosso Hospital*, fl. 90v (PT ICPRT IC/C/029/0003).

Em relação a este período, foi possível tentar reconstituir alguns dados biográficos de um doente e de vários médicos.

4.1. Enfermo Francisco Moreira Carvalho em 1843

Se recuarmos um pouco no tempo é possível reconstituirmos um pouco da vida do Irmão Francisco Moreira de Carvalho. Este Irmão teria provavelmente de enfrentar dificuldades financeiras, porque através da documentação relativa à desobriga⁸⁰, foi possível apurar-se que nos anos 1831⁸¹, 1832⁸² e 1833⁸³ era um dos Irmãos que residia na Irmandade e cumpria com os preceitos da Quaresma. Viria a ser internado e a falecer anos mais tarde no Hospital da Irmandade. Devido ao seu estado de pobreza foi igualmente possível apurar-se que em novembro de 1841, por ordem da Mesa, foi determinado oferecer-lhe uma esmola⁸⁴ no montante de 9\$600 réis⁸⁵ (**Anexo 6**)

⁷⁹ ICP, IC, Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto, Fundo do Hospital, *Livro 3 do Fundo do Nosso Hospital*, fl. 86 (PT ICPRT IC/C/029/0003).

⁸⁰ ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Desobrigas* (PT ICPRT IC/0040)

⁸¹ ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Desobrigas*, fl. 30v (PT ICPRT IC/0040)

⁸² ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Desobrigas*, fl. 30v (PT ICPRT IC/0040)

⁸³ ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Desobrigas*, fl. 31 (PT ICPRT IC/0040)

⁸⁴ Esta esmola não vem referida em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Róis de Multas, *Receita e Despeza. 1835 a 1841*, (PT ICPRT IC/A/0085) porque este Fundo finaliza em agosto de 1841.

⁸⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.4 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

A partir do documento⁸⁶ que o Irmão Francisco Moreira de Carvalho em fevereiro de 1843 dirige ao Presidente da Irmandade dos Clérigos suplicando: “que se acha gravemente enfermo e sem meios de subsistência alguma”. Ficamos a conhecer o nome Médico e o diagnóstico efetuado. No canto superior esquerdo é referido o nome do Médico da Irmandade dos Clérigos do Porto o Doutor Manuel Joaquim dos Santos, que irá ser abordado no Capítulo subsequente. No lado direito do documento é possível verificar o diagnóstico realizado pelo Doutor Manuel Joaquim dos Santos ao Irmão Francisco Moreira de Carvalho no dia 22 de fevereiro de 1843 após ter sido requisitado pelo Presidente da Mesa em 21 de fevereiro de 1843. (**Anexo 7**).

Após o diagnóstico o Irmão Francisco Moreira dos Santos foi internado no Hospital conforme se pode comprovar através da seguinte documentação. É possível obter-se informação sobre os montantes gastos com tratamento do Irmão Francisco Moreira Carvalho em cada mês do ano de 1843 em que esteve em internamento, até a data do seu falecimento. No mês de fevereiro de 1843, mês em que foi internado após o seu diagnóstico, a Irmandade gastou no seu tratamento⁸⁷ o montante de 2\$816. No mês de março de 1843 foi despendido o montante de 7\$155 no seu tratamento⁸⁸. Na contabilização da despesa⁸⁹ do terceiro trimestre de 1843, correspondente aos meses de março, abril e maio desse mesmo ano, ficou registado que se gastou com o tratamento a quantia de 6\$900 réis e com os remédios para o mesmo a quantia de 2\$790 réis. Também é possível comprovar-se que se encontrava no Hospital neste período de tempo através do documento Dezobrigas⁹⁰ em que aparece referenciado como: “Francisco Lordelo”⁹¹. Durante o seu período de internamento o Enfermeiro-Mor⁹² do Hospital era o Reverendo José Maria Hoyer. O Irmão Francisco Moreira de Carvalho veio a falecer no Hospital como o comprova o seguinte documento⁹³ que refere: “falleceo no nosso Hospital tísico” (ver **Figura 6**). Este documento permite-nos obter a seguinte informação sobre o seu falecimento: a data, o local, o motivo pelo

⁸⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, *Requerimentos Para esmolas para admissão de Capellánias e varios objectos*. Fólio não numerado nem rubricado. (PT ICPRT IC/A/018/0004).

⁸⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.16 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

⁸⁸ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.17 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

⁸⁹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.18 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

⁹⁰ ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Dezobrigas*, (PT ICPRT IC/0040). É uma documentação que os fólios se encontram rubricados, numerados de forma sequencial, com caligrafia legível.

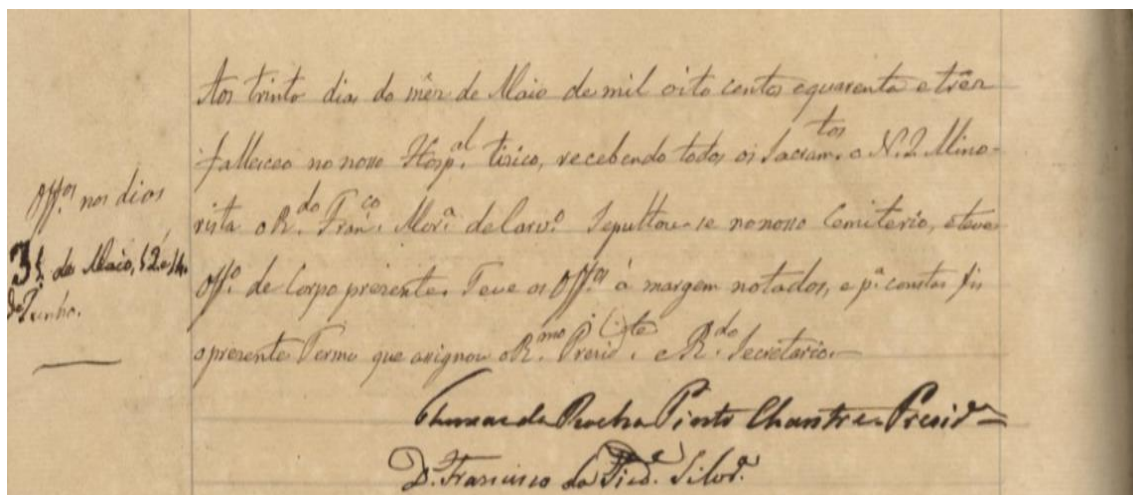
⁹¹ ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Dezobrigas*, fl. 33v (PT ICPRT IC/0040)

⁹² ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Termos e actas da eleições das Mesas, *Termos de Eleições das Mesas 1804 a 1863*, fl. 45v-46 (PT ICPRT IC/A/033/0001)

⁹³ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 357v (PT ICPRT IC/A/004/0002).

qual veio a falecer, que recebeu os ofícios que inclusivamente ficaram registados no lado esquerdo do documento e que ficou sepultado no Cemitério da Irmandade.

Figura 6: Registo de óbito no Hospital dos Clérigos em 1843



Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 357v (PT ICPRT IC/A/004/0002).

Por ocasião do seu falecimento, a Irmandade dos Clérigos do Porto, gastou em: “cera no Enterro do Nosso Irmão Francisco Moreira de Carvalho o montante de 2\$650 réis”⁹⁴. Posteriormente, em julho de 1843, a Irmandade registou que se gastou: “em cem Missas pelo Nosso Irmão Francisco Moreira de Carvalho no Livro da Sacristia”⁹⁵ 12\$000 réis”⁹⁶. No **Anexo 8** é possível observar o documento a comprovar que este Irmão recebeu os Sacramentos e que teve direito a cem missas.

No documento que a Irmandade dos Clérigos designa por Demonstração em que se dispendeo Despesas não classificadas existe uma rubrica com a designação: “No tratamento do Nosso Irmão o Padre Francisco Moreira de Carvalho no nosso Hospital 39\$175”⁹⁷. Na **Figura 7** é possível verificar o registo dessa despesa e da referência explícita ao Hospital.

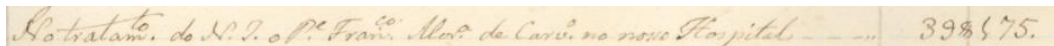
⁹⁴ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.20 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

⁹⁵ Não foi possível encontrar o seu nome inscrito nos Livros da Sacristia pelo facto da sua data de produção terminar no ano de 1836. ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, Missas da Sacristia e Igreja dos Clérigos (PT ICPRT IC/B/028). Também não foi possível encontrar o seu nome em ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas da Sacristia da Igreja da Irmandade dos Clérigos, *Caixa da Administração da Sacristia 1802 a 1844* (PT ICPRT IC/B/028).

⁹⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.20 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

⁹⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.21 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

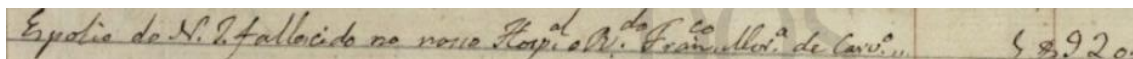
Figura 7: Rubrica registada como Despesas não classificadas



Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.21 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

Contudo, nesta análise não se deve considerar que ocorreram somente encargos financeiros com o Irmão Francisco Carvalho. Deve ser tido em consideração que este Irmão também representou uma pequena parcela de receita para Irmandade conforme se pode demonstrar na receita do terceiro trimestre correspondente aos meses de março, abril e maio de 1843 em que ficou registado: “de dous annuaes do Nosso Irmão Francisco Moreira de Carvalho...\$800”⁹⁸. Adicionalmente, ficou igualmente registada como receita correspondente do mês de junho de 1843: “do Espólio do Nosso Irmão Francisco Moreira de Carvalho...1\$920”⁹⁹. O registo do espólio é relevante porque outro documento¹⁰⁰ (ver **Figura 8**) permite confirmar o montante do seu espólio e que faleceu no Hospital: “Espólio do Nosso Irmão falecido no nosso Hospital o Reverendo Francisco Moreira de Carvalho...1\$920”

Figura 8: Espólio do Irmão Reverendo Francisco Moreira de Carvalho



Fonte: ICP, IC, Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto, Fundo do Hospital, *Livro 3 do Fundo do Nosso Hospital*, fl. 90v (PT ICPRT IC/C/029/0003).

Para finalizar, gostaria de referir que em Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3* encontram-se registadas minuciosamente todas as receitas e todas as despesas que a Irmandade dos Clérigos do Porto tem em todas as suas áreas.

4.2. Médico Manoel Joaquim dos Santos

Como referido no Capítulo precedente o Médico Manoel Joaquim dos Santos foi o Médico que realizou o diagnóstico do Irmão Francisco Moreira de Carvalho em fevereiro de 1843. Este Médico era natural da cidade do Porto e obteve a sua formação em Medicina na Universidade de

⁹⁸ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl. 18 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

⁹⁹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º3*, fl.19 (PT ICPRT IC/A/017/0008).

¹⁰⁰ ICP, IC, Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto, Fundo do Hospital, *Livro 3 do Fundo do Nosso Hospital*, fl. 90v (PT ICPRT IC/C/029/0003).

Coimbra¹⁰¹. Desempenhou um papel relevante na Sociedade de Ciências Médicas e de Literatura do Porto¹⁰², posteriormente designada de Sociedade Literaria Portuense, onde nos anos de 1834 e 1835 veio a desempenhar as funções de Primeiro Secretário.

Conforme se pode observar na **Figura 9** foi admitido como Irmão da Irmandade em 13 de fevereiro de 1841 em que é referido: “para ser admitido para Nosso Irmão gratuitamente com obrigação de tratar os nossos Doentes Irmãos Pobres, nas suas moléstias, quer dentro do Nosso Hospital, quer em suas próprias casas da Habitação.”¹⁰³

Figura 9: Admissão como Irmão do Médico Manoel Joaquim dos Santos

IRMANDADE
Nos treze dias do Mes de Fev.^o de 1841, appareceu neste secre-
tario com Despacho da Mesa o M.^o M.^o Manoel Joaq.^m dos Santos
Bacharel formado em Medicina, para ser admittido para Nosso Irmão gratuitamente com obrigação de tratar os nossos Doentes Irmãos Pobres, nas suas moléstias, quer dentro do Nosso Hospital, quer em suas próprias casas da sua Habitação, offrando por elles com toda a Caridade, ficando obrigado em todo, e qualque impedimento a mandar hum facultativo que faga as suas vezes, de modo q.^e os doentes não sintas falta alguma, e depois de lhe ler o Cap.^o 3.^o § 6.^o dos Nossos Estatutos, que elle prometteu cumprir e guardar fielmente assim como tudo o mais q.^e os mesmos determinão, e me pediu lhe lavasse o Termo da sua Entrada, q.^e elle prometteu cumprir tudo q.^e nelle se contém, em Virtude do que elle aqui assignou, com o M.^o M.^o Lm. Presidente Thomaz da Rocha P.^o e comigo Theotonio Jose Maria Luis actual Secret.^o da Irmandade.
Manoel Joaquim dos Santos
Thomaz da Rocha Pinto Chantre
Presidente.

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 192 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

¹⁰¹ AUC, ELU/UC, Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08, Letra S, Manoel Joaquim dos Santos 1818-11-11/1821-10-15

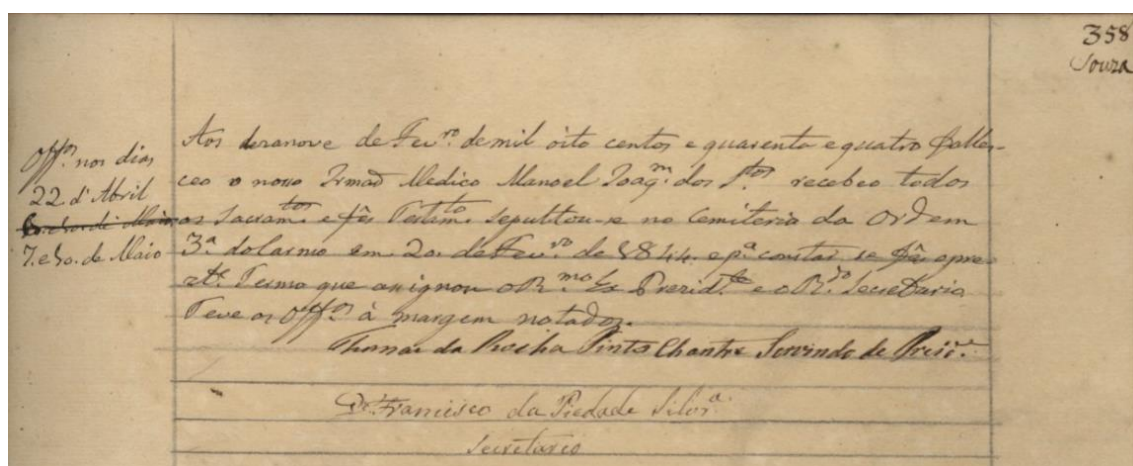
¹⁰² CARVALHO, Dr. Augusto da Silva – **O Culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil. História das Sociedades Médicas Portuguesas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. Página 151.

¹⁰³ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 192 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

Este Irmão cumpriu com a sua obrigação comprovadamente, pelo menos, numa ocasião, no tratamento do Irmão Francisco Ribeiro de Carvalho, conforme referido no Capítulo precedente.

Na Irmandade dos Clérigos desempenhou outras funções, designadamente a de Mesário da Irmandade conforme se comprova através do da sessão de Mesa em 13 de janeiro de 1843, onde é referido: “o requerimento do Nosso Irmão Mezário o Senhor Doutor Manoel Joaquim dos Santos.”¹⁰⁴ O Médico Manoel Joaquim dos Santos veio a falecer em 19 de fevereiro de 1844 e segundo o documento de registo do seu óbito era designado por: “Irmão Médico Manoel Joaquim dos Santos”. Veio efetivamente a receber todos os ofícios que vêm mencionados no lado esquerdo do documento que se pode observar na **Figura 10** e que igualmente se podem constatar no **Anexo 9**.

Figura 10: Registo de Óbito do Doutor Manuel Joaquim dos Santos



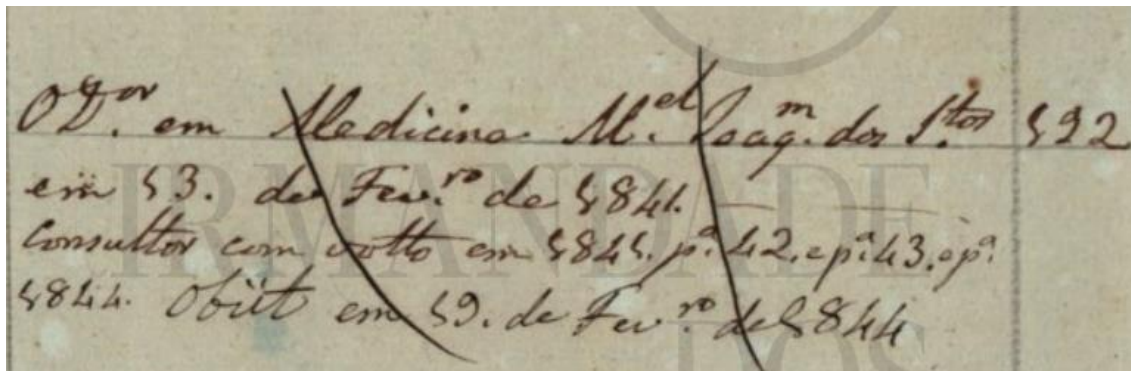
Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 358 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

Na descrição¹⁰⁵ que se pode visualizar na **Figura 11** vem referida a data da sua admissão na Irmandade dos Clérigos do Porto que ocorreu em 13 de fevereiro de 1841.

¹⁰⁴ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Actas da Meza 1826-1849*, fl. 27v (PT ICPRT IC/A/034/0001).

¹⁰⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Documentos particulares de Irmãos, Deputados*, fl. 100 (PT ICPRT IC/A/0059).

Figura 11: Outro Registo de Óbito do Doutor Manuel Joaquim dos Santos



Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Documentos particulares de Irmãos, *Deputados*, fl. 100 (PT ICPRT IC/A/0059).

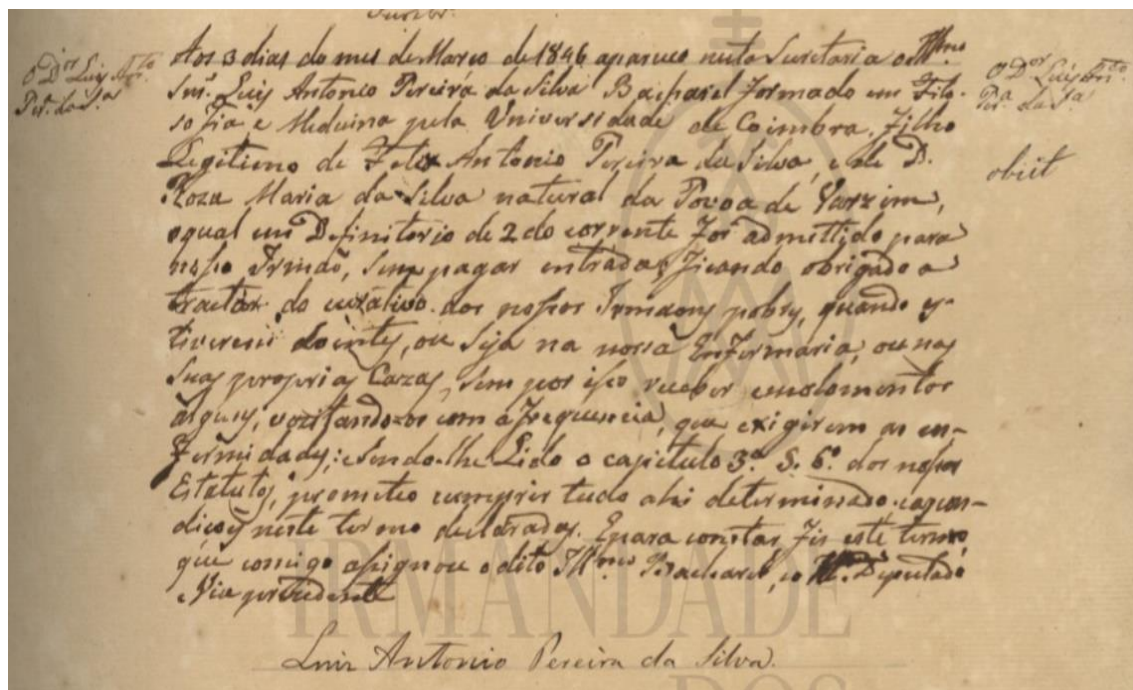
4.3. Médico Luís António Pereira da Silva

Após o falecimento do Doutor Manoel Joaquim dos Santos, a Irmandade dos Clérigos do Porto admitiu outro Médico. Foi admitido como Irmão da Irmandade o Médico Luís António Pereira da Silva a 3 de março de 1846 sem ter a necessidade de pagar jóia de entrada em virtude de ter de cumprir com o propósito de: “ficando obrigado a tratar do curativo dos nossos Irmãos Pobres, quando tiverem doentes, ou seja, na nossa Enfermaria, ou nas suas próprias casas.”¹⁰⁶. Ao lermos este documento (**Figura 12**) é possível ficarmos com a noção de que não iria obter remuneração pelo exercício das suas funções e de deveria visitar regularmente os doentes: “sem por isso receber emolumentos alguns, visitando-os com a frequência, que exigirem as enfermidades”¹⁰⁷.

¹⁰⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 198 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

¹⁰⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 198 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

Figura 12: Registo como Irmão Doutor Luís António Pereira da Silva



Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 198 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

Obteve a sua formação em Medicina na Universidade de Coimbra¹⁰⁸. O Médico Luís António Pereira da Silva foi das figuras médicas mais proeminentes da sua época. Foi um dos fundadores da *Gazeta Médica do Porto*. Exerceu a função de docente¹⁰⁹ da segunda cadeira de Fisiologia e Higiene no período de tempo compreendido entre 1851 e 1862. A seguinte descrição caracteriza como era encarado entre os seus pares: “A seu respeito escreveu um dos mais distintos professores da Escola Médico-Cirúrgica: “Digno de ocupar um lugar honroso no grupo dos que conquistam o respeito dos seus contemporâneos, pela distinção e honestidade com que se desempenham dos cargos que tomaram sobre si, Pereira da Silva impunha-se à estima e simpatia de quantos o tratavam de perto, por um peregrino conjunto das mais extremadas qualidades”¹¹⁰.

¹⁰⁸ AUC ELU/UC 001 Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08, Letra S, Luís António Pereira da Silva 1824-10-30/1827-10-05.

¹⁰⁹ RICON - FERRAZ, Amélia – *A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Contributo para a História da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto, 2013. Páginas 488 e 490.

¹¹⁰ LEMOS, Maximiano – *História do Ensino Médico no Porto*. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925. Página 135.

Adicionalmente, também existe esta descrição sobre a sua personalidade: “ Como clínico, não lhe sorriu a fortuna, na proporção do muito que havia a esperar do seu génio eminentemente observador, do seu não vulgar saber na especialidade e dos seus desejos de ser útil.”¹¹¹

Desempenhou várias funções na Irmandade conforme se pode verificar na **Tabela 2** do Capítulo 3.3. Enfermeiro-Mor, Ajudante de Enfermeiro e Médico. Um denominador comum aos Médicos no período antecedente a 1828 e subsequente a 1828 é o de exercerem outras funções na Irmandade. Por esse motivo nesta tabela foram colocados os nomes de outras personalidades médicas, referidas noutros Capítulos, para se demonstrar quais foram as funções que desempenharam. No que se refere ao Doutor Luís António Pereira da Silva começou por ser eleito como quarto consultor e foi evoluindo na hierarquia até alcançar a posição oitavo Deputado, função para a qual foi eleito em duas ocasiões. Para a primeira ocasião, em 13 de agosto de 1860, o Definitório foi convocado para debater uma série de questões. Um dos pontos que mereceu especial relevo foi o seguinte: “Foi também aprovado por unanimidade para Deputado Secular o Nosso Irmão Doutor Luís António Pereira da Silva.”¹¹².

Em virtude das funções que exerceu na Irmandade dos Clérigos do Porto por ocasião do seu falecimento é designado por “Nosso Irmão Mesário Ilustríssimo Senhor Doutor.”¹¹³

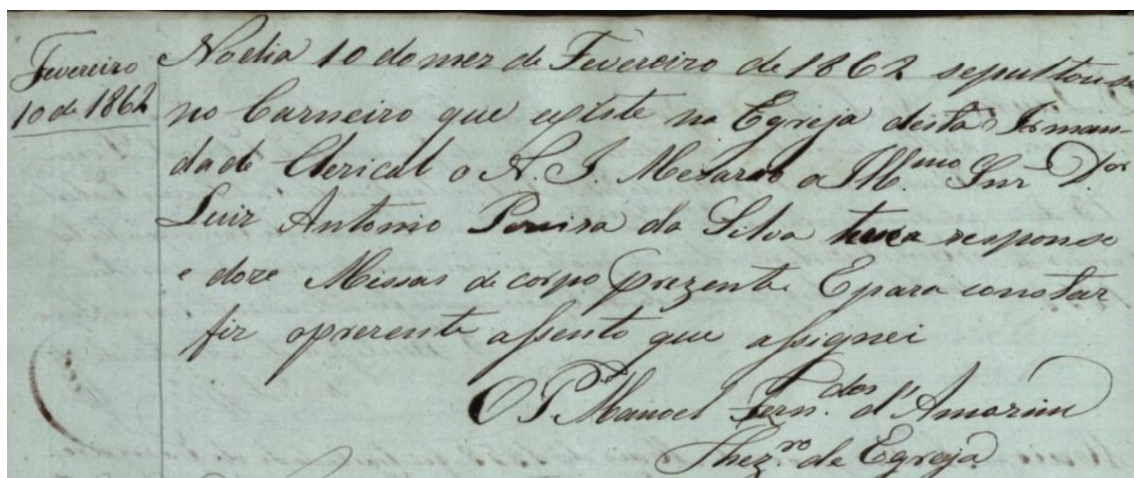
O Médico Luís António Pereira da Silva faleceu no dia 10 de fevereiro de 1862 e foi sepultado no Carneiro da Igreja conforme o registo que se pode observar na **Figura 13**. Esta informação não vem referida em nenhuma monografia existente sobre Médicos Portuenses.

¹¹¹ LEMOS, Maximiano – **História do Ensino Médico no Porto**. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925. Página 135.

¹¹² ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Termos e actas dos Definitórios, *Definitórios suas actas de 1841 a 1860*, fl. 10v (PT ICPRT IC/A/024/0002).

¹¹³ ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Termos de sepultura*, fl. 29v (PT ICPRT IC/B/0050)

Figura 13: Registo de Óbito do Médico Luís António Pereira da Silva



Fonte: ICP, IC, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Termos de sepultura*, fl. 29v (PT ICPRT IC/B/0050).

Não foram encontrados documentos que permitam demonstrar os ofícios das Missas¹¹⁴. Para finalizar, no sentido de se conhecer um pouco melhor a figura do Médico Luís António Pereira da Silva no **Anexo 10** é possível visualizar uma iconografia da autoria do Professor Doutor Abel Salazar¹¹⁵.

4.4. Médico-Cirurgião António José de Sousa

Seria de supor que o Hospital dos Clérigos não fosse das instituições que mais interesse suscitassem na classe médica nomeadamente após o falecimento do Médico Luís António Pereira da Silva e pelo facto da unidade hospitalar ter poucos pacientes como foi referido anteriormente.

Contudo, existe o registo do pedido de admissão de mais um Médico como Irmão da Irmandade dos Clérigos. Na Ata da Sessão da Mesa de 22 de fevereiro de 1866 foi efetuado o seguinte requerimento pelo Médico António José de Sousa: “O Irmão Secretário leu um requerimento do Médico-Cirurgião António José de Sousa, em que pedia para ser admitido para

¹¹⁴ Nem em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Diversas contas 1861 a 1862*, (PT ICPRT IC/A/016/0020) nem em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Diversas contas 1862 a 1863*, (PT ICPRT IC/A/016/0021) que seriam os fundos mais prováveis onde encontrar algum documento por se enquadrarem no período cronológico do falecimento deste Médico.

¹¹⁵ O Professor Doutor Abel Salazar, em 1919, com apenas 30 anos foi professor catedrático de Histologia e Embriologia. Como professor, foi original: nas aulas seguiu uma inovadora orientação pedagógica, com a qual defendia um ensino aberto apoiado na observação, na investigação e na discussão científica. O seu nome foi perpetuado através do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Abel Salazar In Universidade do Porto, Antigos estudantes ilustres da UP, [online] https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20abel%20salazar [Consultado a 30 de maio de 2015 às 7h 00]

o lugar vago de Médico da Irmandade, oferecendo em recompensa os seus serviços e prontificando-se a tratar gratuitamente os Irmãos Pobres desta Irmandade, uma vez que a Mesa lhe aceitasse este seu oferecimento e lhe mandasse passar a Carta Patente de “Irmão livre de qualquer jóia, que devão pagar os Irmãos pela sua entrada.”¹¹⁶ Este pedido de admissão originou um acesso debate entre os Membros da Mesa sobre se continuava a existir a necessidade da Irmandade continuar a manter um Médico ou Cirurgião ao seu serviço. O que ocorreu na mesma Sessão foi descrito da seguinte forma: “Depois de varia e acalorada discussão em que tomarão parte quase todos os Senhores da Mesa, sendo mui desencontradas as opiniões. Sendo posto à votação pelo Irmão Presidente se convinha ou não que a Irmandade continuasse a ter um Médico ou Cirurgião a quem fosse conferida gratuitamente Carta d’Irmão em remuneração dos serviços que ele prestasse aos Irmãos Pobres, foi esta proposta aprovada por unanimidade.”¹¹⁷

Como se pode verificar no **Anexo 11** o pedido inicial de admissão na Irmandade dos Clérigos foi formalizado no dia 15 de novembro de 1865. Contudo, apenas em Sessão de Mesa 22 de fevereiro de 1866 foi oficialmente aprovada a sua admissão. Não foi encontrada nenhuma documentação que explicasse a razão que originou a demora de alguns meses na sua admissão e também não existe a certeza se trata ou não de uma demora, mas sim do ritmo habitual de tomada de decisão.

Contudo, só existe registo documental da sua admissão efetiva como Irmão da Irmandade Clérigos do Porto em 10 de novembro de 1866, sendo que no referido documento, visível na parte final do **Anexo 11**, existe a seguinte descrição do seu ofício e funções: “Médico-Cirurgião, Médico honorário da Casa Real, Cirurgião ajudante do Exército, Cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e Cirurgião de diversas associações e hospitais desta mesma cidade (...) fosse admitido para Irmão desta Irmandade, sem pagar a jóia a que são obrigados os Irmãos Seculares, em atenção ao oferecimento que o mesmo fizera de tratar gratuitamente os Irmãos desta Irmandade que estivessem no caso de os receber.”¹¹⁸

¹¹⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Livro das Actas e Deliberações da Meza*, fl.16v (PT ICPRT IC/A/034/0003)

¹¹⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Livro das Actas e Deliberações da Meza*, fl. 16v (PT ICPRT IC/A/034/0003)

¹¹⁸ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl.223-223v (PT ICPRT IC/A/004/0002). Neste mesmo documento escrito do lado direito existe referência a data do seu falecimento que ocorreu a 9 de março de 1991. Não foi encontrada nenhuma referência a ofícios ou voto de pesar pelo seu falecimento em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário n.º 7*, (PT ICPRT IC/A/017/0021) nem em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Livro das Actas e Deliberações de Mesa*, (PT ICPRT IC/A/034/0004).

Neste documento é possível constatar que este Médico era detentor de várias honras e que exercia o seu cargo de Médico Cirurgião noutras renomadas instituições.

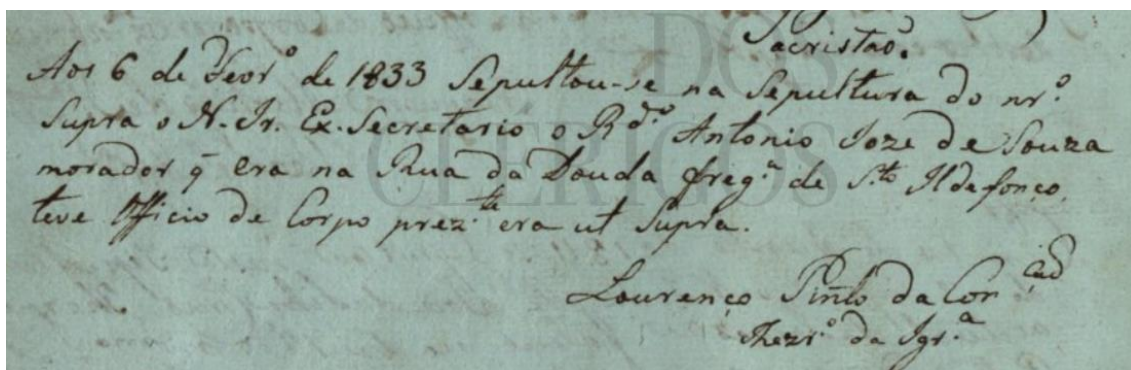
Não foi igualmente encontrada em nenhuma documentação alguma referência a possíveis doentes que tenha assistido ou à realização de algum diagnóstico ou outra prática médica, durante o período de tempo que foi o Médico da Irmandade dos Clérigos. Contudo, é possível confirmar que na eventualidade de ter tratado algum doente, esse tratamento foi gratuito em virtude de não ter sido encontrado nenhum recibo de remuneração ao Médico pelos seus serviços no fundo da mesa da Irmandade nem em: “Alguns Recibos dos annos de 1872, 1873, 1874, 76, 87, 88 e 89” nem em: “Anno Economico de 1874 a 1875 Diversas Contas”, ou seja, nas divisões em que, na altura, se organizava a tomada de contas.

O Doutor António José de Sousa desempenhou uma outra função, enquanto foi Irmão da Irmandade dos Clérigos do Porto. Exerceu o cargo de quarto consultor¹¹⁹ da Mesa nas eleições dos membros da mesa para o período de tempo compreendido entre agosto do ano de mil oitocentos e setenta e agosto de mil oitocentos e setenta e um e que ocorreram a doze de agosto de mil oitocentos e setenta. Posteriormente, esta fonte deixa de dar conta da eleição de consultores e perde-se o rasto à sua participação nos corpos de direção da Irmandade.

Foi possível detetar que, em certas circunstâncias, uma primeira leitura mais desatenta podia criar a reconstituição de falsas realidades, já que outros agentes do espaço da irmandade partilharam do mesmo nome. Só leituras contextuais permitiram ultrapassar obstáculos à compreensão da informação encontrada nestes registos. Em concreto, ao analisar o percurso deste Médico na Irmandade dos Clérigos, António José de Sousa, foi possível encontrar outro Irmão da Irmandade exatamente com o mesmo nome. Alguns dados permitiram estabelecer tratar-se de duas pessoas distintas apesar de portadoras do mesmo nome. O registo do óbito de António José de Sousa é referido como falecido a 6 de fevereiro de 1833 e a designação utilizada pelo tesoureiro e sacristão para o classificar é de Reverendo. Igualmente é referido que desempenhou outras funções na instituição, designadamente exerceu a função de Secretário. A homonomia podia favorecer confusões, já que, nestes contextos dos séculos XVIII e XIX, não era tão raro, encontrar clérigos a exercerem a prática médica. O documento que se segue refere-se ao Irmão Reverendo António José de Sousa falecido em 1833.

¹¹⁹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Termos e actas das eleições das Mesas, *Termos de eleição da Mesa 1863 a 1890*, fl. 9v (PT ICPRT IC/A/033/0002).

Figura 14: Termo de Falecimento do Irmão Reverendo António José de Sousa



Fonte: Arquivo Irmandade dos Clérigos do Porto, Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto, *Termos de sepultura*, fl. 83v (PT ICPRT IC/B/0050).

Igualmente relevante é que não se deve confundir este Irmão Médico António José de Sousa, com outro médico que também se chamava António José de Sousa e que foi um dos mais ilustres Médicos da Cidade do Porto. Este Médico que não foi Irmão da Irmandade dos Clérigos do Porto era natural de Mesquinhata, onde nasceu a 25 de dezembro de 1789 e obteve a sua formação em Medicina na Universidade de Coimbra¹²⁰ a 10 de outubro de 1804. Reparemos nesta descrição das suas capacidades médicas: “em 1805 fez o seu acto geral, e obteve carta de cirurgia, aos 16 anos de idade.”¹²¹ Adicionalmente: “Convidado pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia, em 1822, para exercer o cargo de 1.º cirurgião, encarregou-se também de uma parte do ensino público.”¹²² Desempenhou funções no ensino público: “Com a criação da Real Escola Pública do Porto, no 3.º ano do curso de Cirurgia lecionava-se a 3.ª cadeira, Patologia Externa, Terapêutica e Clínica Cirúrgica. O primeiro docente da cadeira foi António José de Sousa.”¹²³ No epílogo da sua vida: “Parece que sofria de um cancro do estômago e a 2 de abril de 1837, aos 49 anos de idade, terminava a sua laboriosa carreira”¹²⁴

¹²⁰ AUC ELU/UC Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08, Letra S 1537/1916-10-09, António José de Sousa 1800-10-04/1804-10-10

¹²¹ LEMOS, Maximiano – **História do Ensino Médico no Porto**. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925. Página 47

¹²² LEMOS, Maximiano – **História do Ensino Médico no Porto**. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925. Página 48

¹²³ RICON - FERRAZ, Amélia – **A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Contributo para a História da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto**. Porto: Universidade do Porto, 2013. Página 392

¹²⁴ LEMOS, Maximiano – **História do Ensino Médico no Porto**. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925. Página 51

4.5. Médico Ayres Borges

Apesar da atividade assistencial desenvolvida pela Irmandade dos Clérigos ter decrescido ao longo dos anos, foi possível encontrar para o século XX um registo de um Médico que foi admitido como Irmão da Irmandade dos Clérigos sem ter a necessidade de pagar um montante. Ou seja, mantinha-se ainda nesta altura o princípio dos tempos da fundação: certo tipo de profissionais leigos podiam ser irmãos sem estarem submetidos à norma do pagamento de uma “esmola de entrada” conforme estabelecido nos Estatutos¹²⁵. Esse médico foi o Doutor Ayres Borges. Tal como referido no momento da sua admissão como Irmão: “O Exmo. Sr. Dr. Ayres Borges, médico, de 62 anos, natural da freguesia de São José, de Godim, morador na freguesia de Cedofeita, d’esta cidade do Porto, filho legítimo de José Gonçalves e de Emília Ermelinda de Oliveira.”¹²⁶ Na coluna de observações é referido: “Admitido como irmão benemérito, sem pagamento de jóia, por serviços prestados à Irmandade.”¹²⁷ Ao ler esta informação poderíamos ficar com a ideia que este Irmão Médico, a semelhança de Irmãos Médicos de épocas precedentes, teria exercido serviços de assistência aos Irmãos enfermos da Irmandade, mesmo antes de ser admitido como Irmão. Contudo, quando se lê a Ata da Sessão de 5 de março de 1921, em que foi admitido como Irmão, ficamos a perceber quais foram efetivamente os serviços prestados: “Foram propostos irmãos beneméritos da Irmandade o Sr. Dr. Ayres Borges e Eduardo Fonseca, em virtude dos serviços prestados no concerto do órgão.”¹²⁸ Ficamos deste modo a perceber que era possível um Médico ser admitido como Irmão da Irmandade sem ter a obrigatoriedade de pagar uma jóia em virtude de ter prestado serviços que podiam não estar correlacionados com a prática assistencial aos Irmãos enfermos.

¹²⁵ ICP, ICP, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, Estatutos de 1782, Cap. 3º, fl.11 (PT ICPRT IC/A/026/0001)

¹²⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro de Matrículas e Entradas*, fl. 142 registo 282 (PT ICPRT IC/A/004/0003).

¹²⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro de Matrículas e Entradas*, fl. 142 registo 282 (PT ICPRT IC/A/004/0003).

¹²⁸ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Série 034, *Actas*, fl. 69v (PT ICPRT IC/A/034/0005).

4.6. Médicos com pagamento de jóia

Nos nomes da classe médica anteriormente referidos verifica-se que em nenhum dos casos citados houve lugar ao pagamento de uma jóia no momento de admissão como Irmão na Irmandade dos Clérigos do Porto em virtude do pressuposto desses mesmos médicos estarem disponíveis para tratar dos Irmãos enfermos que viessem a existir. Contudo, não se deve considerar que todos os elementos da classe médica que tivessem a pretensão de virem a tornar-se Irmãos da Irmandade estivessem isentos do pagamento de uma jóia. Um dos mais insígnies médicos da Cidade do Porto, ao tempo, foi o Doutor José Frutuoso Ayres de Gouveia Osório. Este Médico nasceu no Porto a 11 de maio de 1827 e obteve igualmente a sua formação em Medicina na Universidade de Coimbra¹²⁹. Exerceu as funções de académico na Escola Médico-Cirúrgica do Porto em virtude da carta de lei de 1863 designar que a Medicina Legal constituísse a 11.^a cadeira conjuntamente com a Higiene Pública. “O seu primeiro titular foi o dr. José Frutuoso, que foi despachado por decreto de 22 de julho daquele ano, tomando posse a 3 de agosto. A carta de mercê tem a data de 7 de outubro.”¹³⁰ Também publicou na Gazeta Médica do Porto, tal como o Médico Luís António Pereira da Silva referido anteriormente. Uma das funções que desempenhou e que mais notoriedade lhe conferiram foi o exercício de funções como Presidente da Câmara Municipal do Porto¹³¹ no período de tempo compreendido entre 2 de janeiro de 1887 e 23 de agosto de 1887. Veio a falecer¹³² no exercício do seu mandato.

Na obra: Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto: (1822-2013)¹³³, na parte dedicada

¹²⁹ AUC ELU/UC 001 Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08, Letra O, José Frutuoso Aires Gouveia Osório.

¹³⁰ LEMOS, Maximiano – **História do Ensino Médico no Porto**. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925. Página 153.

¹³¹ Deve ser referido que não foi o único insígnie Médico da Cidade do Porto que exerceu as funções de Presidente da Câmara Municipal do Porto. Outro relevante exemplo é o do Doutor Luís José de Pina Guimarães. Entre as várias funções que desempenhou ao longo da sua carreira incluem-se o facto de ter sido dos mais ilustres representantes da História da Medicina em Portugal, de ter sido o primeiro Diretor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre 1961 e 1966 e de anteriormente ter desempenhado as funções de Presidente da Câmara Municipal do Porto no período de tempo compreendido entre 8 de março de 1945 a 8 de novembro de 1949. Luís de Pina In Universidade do Porto, Antigos estudantes ilustres da UP, [online]

https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20lu%C3%ADs%20de%20pina%20guimar%C3%A3es [Consultado a 20 de setembro de 2015 às 10h 22] e Luís de Pina In Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Museu de História da Medicina Maximiliano Lemos, Sala Luís de Pina [online] <http://museumaximilianolemos.med.up.pt/index.php> [Consultado a 20 de maio de 2015 às 10h 30]

¹³² Não foram encontradas quaisquer referências a ofícios ou voto de pesar pelo seu falecimento em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário. 1887 a 1888*, (PT ICPRT IC/A/017/0020) nem em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Livro das Actas e Deliberações de Mesa*, (PT ICPRT IC/A/034/0004).

¹³³ SOUSA, Fernando (coord.) – **Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto: (1822-2013)**. Porto: CEPSE – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, 2013. Páginas 299 a 304.

a sua personalidade são referidas as inúmeras honras com que foi galardoado assim como o vasto conjunto de instituições¹³⁴ a que pertenceu. Contudo, não é referido nesta obra, nem em nenhuma outra o seguinte facto. O Doutor José Frutuoso Ayres de Gouveia Osório foi igualmente admitido Irmão¹³⁵ da Irmandade dos Clérigos do Porto¹³⁶. Na Acta da Sessão da Mesa de 25 de julho de 1874 é referido: “Depois o irmão Secretário propôs para irmãos (...) Doutor José Frutuoso Ayres de Gouveia (...) foram unanimemente aprovados.”¹³⁷ Todavia, como no seu pedido de admissão não constava que viesse a utilizar os seus préstimos no auxílio a Irmãos enfermos que tivessem necessidade, o Doutor teve de pagar uma jóia de admissão¹³⁸ no montante de 30\$000 réis. (**Anexo 12**). É de referir que em *Admissão dos Irmãos*, num fólio não numerado nem registado, este montante foi registado como tendo sido pago no dia 24 de Agosto de 1873 (**Anexo 13**). Contudo, no *Livro de Matrículas e Entradas* é referido que só foi admitido como Irmão a 24 de agosto de 1874. Apesar de ser uma figura conhecida da sua época em virtude de desempenhar vários cargos em diversas instituições e de o seu nome surgir regularmente nos periódicos portuenses da época, o facto de ser um Irmão da Irmandade dos Clérigos do Porto, pode vir a ser um contributo adicional para se conhecer mais aprofundadamente esta personalidade médica. É igualmente possível ficar a conhecer-se a figura desta personalidade médica através de um desenho que se pode observar no **Anexo 14**.

Deve igualmente ser salientado que este não foi o único caso de um Médico que pagou uma jóia de admissão para ser admitido como Irmão da Irmandade dos Clérigos. No decorrer da segunda metade do século XIX, foi admitido como Irmão da Irmandade dos Clérigos o Barão de Castelo, António da Costa Paiva, que foi aprovado em Sessão da Mesa de 14 de setembro de 1872, conforme se pode constatar no elemento documental Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro*

¹³⁴ “Segundo Maximiano Lemos, o principal serviço de Gouveia Osório prestado à ciência e à cultura nacionais relacionou-se com a fundação e o desenvolvimento da Sociedade de Instrução do Porto (1880).” RICON - FERRAZ, Amélia – **A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Contributo para a História da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto**. Porto: Universidade do Porto, 2013. Páginas 187 e 188.

¹³⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro de Matrículas e Entradas*, fl. 34 registo 66 (PT ICPRT IC/A/004/0003).

¹³⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro de Matrículas e Entradas*, (PT ICPRT IC/A/004/0003) A admissão de irmãos obedece a uma forma pré-definida. Cada folha está dividida em três colunas, sendo cada uma das colunas correspondente respetivamente a Nomes dos Irmãos, Data da Admissão, Observações. Os fólhos não se encontram rubricados e encontram-se numerados no canto superior esquerdo. Numa nota escrita localizada no lado esquerdo é possível ler: “Pagou de Jóia Réis 30\$000”

¹³⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Livro das Actas e Deliberações de Mesa*, fl. 46v (PT ICPRT IC/A/034/0004).

¹³⁸ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Casas da Rua de Redemoinhos, *Admissão dos Irmãos*, fólio não numerado nem rubricado. (PT ICPRT IC/A/0097).

de *Matrículas e Entradas*, fl. 16 registo 30. Teve a necessidade de pagar uma jóia de admissão no montante de 30\$000 para ser admitido como Irmão da Irmandade dos Clérigos. Só foi possível saber que esta personalidade desempenhou o ofício de Médico através de leituras contextuais, que permitiram inclusivamente obter a informação de que a partir de 1880 foi instituído um prémio escolar através do legado, com a sua designação, do Barão de Castelo de Paiva, que deveria ser atribuído ao aluno da Escola Médico-Cirúrgica Portuense que demonstrasse maior destreza nas operações cirúrgicas ou nas dissecações anatómicas do corpo humano.

Contudo, o primeiro caso registado de um Médico que teve de pagar para poder vir a ser admitido como Irmão, ocorreu num período antecedente. O pedido formal para ser admitido como Irmão foi o seguinte: “Aos nove de agosto de mil setecentos e setenta e um annos apresentou (...) despacho Alexandre Silvestre de Faria e Castro formado em Medicina, natural da freguesia de S. José de Fermiras de Tocantins, Bispado do Rio de Janeiro, e morador na Rua das Taipas, freguesia da Victoria desta cidade.”¹³⁹ No seu pedido de admissão refere explicitamente: “requerendo queria assignar termo de Irmão na forma dos Seculares, visto estar admitido e que além dos duzentos mil réis dava de esmola cinquenta mil réis”¹⁴⁰ Neste seu pedido de admissão não é referido que poderá ter como função a assistência a Irmãos que se encontrassem na condição de enfermos. No documento de admissão que é possível verificar no **Anexo 15** também se constata que na coluna do lado direito foi escrito para dissipar quaisquer dúvidas que pudessem existir: “Entrada 200\$000 Esmola 50\$000”¹⁴¹ Para finalizar gostaria de referir que este médico sendo natural do Brasil, obteve a sua formação em Medicina na Universidade de Coimbra¹⁴².

Estes são os três únicos casos conhecidos e registados de membros da classe médica que para terem a possibilidade de se tornarem Irmãos da Irmandade dos Clérigos do Porto tiveram de pagar uma jóia de admissão.

4.7. Obras de renovação no Hospital em 1856

Ao lermos a obra: “Origens da Cirurgia Portuense” da autoria do Professor Hernâni Monteiro podemos deparar com o seguinte registo: “O primeiro enfermo entrou a 2-III-1754 e o

¹³⁹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 31 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

¹⁴⁰ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl. 31 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

¹⁴¹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, fl.31 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

¹⁴² AUC ELU/UC Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08, Letra C 1537/1912-01-03, Alexandre Silvestre de Faria e Castro

último de que vi registo foi recolhido em 9-VI-1828. Como há muitos anos já aquela dependência estivesse totalmente abandonada e bastante deteriorada.”¹⁴³ Ao lermos esta passagem poderemos ficar com a ideia de que após 1828 não ocorreram mais nenhuma obra de manutenção ou de renovação no espaço do Hospital.

Contudo, ocorreram algumas obras de melhoria do espaço físico do Hospital como o comprovam as seguintes medidas. Na Ata da Sessão da Mesa de 8 de março de 1856 foi referido que: “O Irmão Secretário pediu autorização para se comprarem camas de ferro para a nossa Enfermaria inutilizando-se as que presentemente há por se acharem muito danificadas ao que a Mesa anuiu, assim como também para que se trate de arranjar a Enfermaria o quanto antes.”¹⁴⁴

Esta decisão foi tão relevante que na Ata da Sessão da Mesa de 28 de maio de 1856 se: “Determinou a mesma Mesa que o Irmão Secretário aprontasse o quanto antes a nossa Enfermaria a fim de se achar capaz de funcionar em qualquer eventualidade, fizesse recolher à mesma todos os trastes que lhe pertencessem e se acham extraviados, assim como não consentisse que as chaves da mesma estivessem fora da Secretaria nem que possa pessoa alguma de as utilizar e das salas destinadas unicamente destinadas ao curativo de Nossos Irmãos.”¹⁴⁵

Estas obras foram efetivamente realizadas conforme o comprovam os recibos¹⁴⁶ que podem ser consultados no **Anexo 16**.

Estas obras corresponderam a uma despesa total de 35\$010 correspondentes à soma de três recibos: o recibo n.º 11 de agosto de 1856 no montante de 11\$130 preço pago por três travesseiros e três travesseirinhas e o recibo n.º 12 de agosto de 1856 no montante de 15\$000 que corresponde a conta do Ensamblador assim como o recibo n.º 13 de agosto de 1856 no montante de 8\$880 despendido no droguista, com tintas para a Enfermaria. Todos estes recibos trazem as despesas por parcela e é possível verificar o quanto foi gasto e em que materiais. O montante total de 35\$010 é igualmente confirmado por outra fonte documental¹⁴⁷ que refere especificamente: “Reparos na Enfermaria...35\$010” Este documento também é possível observar no **Anexo 17**.

¹⁴³ MONTEIRO, Prof. Hernâni – **Origens da Cirurgia Portuense**. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926. Página 137

¹⁴⁴ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas 1849 a 1863*, fl. 20 (PT ICPRT IC/A/034/0002)

¹⁴⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas 1849 a 1863*, fl. 22v. (PT ICPRT IC/A/034/0002)

¹⁴⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Diversas Contas 1855 a 1856*, fólios não numerados nem rubricados (PT ICPRT IC/A/016/0014).

¹⁴⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Contas de 1854 a 1867*, fl.7 (PT ICPRT IC/A/017/0011).

Adicionalmente, houve a despesa de 20\$320 que é a conta do Pintor pela obra¹⁴⁸ da Enfermaria e do Edifício que é igualmente possível de se constatar no **Anexo 17**. Trata-se do recibo n.º 9 de agosto de 1856 no montante de 20\$320.

É possível obter igualmente informação de que por ocasião da Celebração da Festividade de Nossa Senhora da Assumpção em agosto de 1856 gastou-se a quantia de \$960 réis de lavar o Cortinado da Enfermaria e a quantia de \$900 paga aos homens que estiveram de guarda na Enfermaria, Secretaria e ao Relógio da Torre.

Com estes documentos pretende-se demonstrar que após 1828 a Irmandade expressou alguma preocupação com as condições oferecidas pela Enfermaria aos seus possíveis enfermos e tentou evitar a sua deterioração com os recursos que tinha à sua disposição. Após estas obras a que foi sujeita a Enfermaria, a importância da Irmandade prosseguir com a sua obra assistencial é expressa na Ata da Sessão da Mesa de 18 de fevereiro de 1861: “de maneira alguma pode fechar as portas do seu Edifício a Eclesiásticos que tenham necessidade de abrigo, é este o motivo, porque a Irmandade em tempos remotos concedeu asilo dentro do seu edifício (...) aos minoristas José dos Santos, Francisco Moreira de Carvalho Lordello”¹⁴⁹

4.8. Hospital e assistência nos novos Estatutos de 1871

A Irmandade dos Clérigos do Porto sentia uma necessidade de rever e atualizar os seus Estatutos¹⁵⁰. Essa necessidade é possível de constatar na Ata da Sessão da Mesa de 10 de outubro de 1870 onde é referido: “ O mesmo Senhor Presidente ponderou mais a impossibilidade de se dar cumprimento a uma grande parte do Estatuto porque atualmente se rege esta Irmandade, impossibilidade reconhecida por diferentes Mesas transatas, como se depreende de algumas atas das suas sessões, em que chegarão a nomear Comissão para a revisão do mesmo Estatuto e confeção de um novo, e por tanto julgava necessário e até indispensável que o mesmo fosse reformado ou elaborado um novo”¹⁵¹ Foi nesta Sessão da Mesa foram designados os membros que teriam como Missão reformular ou elaborar um novo Estatuto: “Depois de larga discussão

¹⁴⁸ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário 3. 1841 até 1863*, fl. 148 (PT ICPRT IC/A/017/0009).

¹⁴⁹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas 1849 a 1863*, fl. 54 (PT ICPRT IC/A/034/0002). No final da transcrição é referido o nome de Francisco Moreira de Carvalho que tinha sido retratado no Capítulo 4.1.

¹⁵⁰ Os Estatutos mais antigos da Irmandade dos Clérigos que são possíveis de aceder e consultar referem-se ao ano de 1782 conforme se pode verificar no ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade*, (PT ICPRT IC/A/026/0001).

¹⁵¹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Livros das Actas e Deliberações de Mesa*, fl. 18 (PT ICPRT IC/A/034/0004).

resolveu-se que o mesmo fosse reformado ou elaborado um novo, e para isso propunha que se nomeasse uma Comissão. Depois de larga discussão resolveu-se por unanimidade que o Estatuto carecia de reforma, e que desse trabalho ficassem encarregados o Senhor Presidente, eu Secretário, com mais três Mesários da escolha do mesmo Senhor Presidente”¹⁵².

Os novos Estatutos¹⁵³ foram aprovados na sessão do Definitório geral de todos os Irmãos em 26 de julho de 1871 onde ficou expresso que: “E logo o Reverendíssimo Presidente ordenou ao Secretário que procedesse à leitura do referido projeto, artigo por artigo, submetendo-se à discussão do Definitório, e depois dele vigorosamente discutir foi publicamente aprovado com pequenas alterações, ficando composto de onze capítulos e vinte e oito artigos e seus parágrafos (...) termo de aprovação que foi assinado por todos os Irmãos presentes.”¹⁵⁴

Na possibilidade do Hospital e da sua função de assistência ao Irmãos Enfermos não detivessem neste período uma relevância similar a que possuíram em épocas anteriores seria de supor que nos novos Estatutos, elaborados e aprovados, não fossem dignos de menção. Contudo, ao analisarmos os Estatutos de 1871 é possível constatar que o Hospital é explicitamente referido no Capítulo II referente aos Direitos e obrigações de todos os Irmãos no Artigo 1.º alínea 6.º: “A ser admitido no Hospital, quando doente, ou aos socorros de médico e botica e de um subsidio que a Mesa lhe arbitrar, quando prefira ser tratado em casa.”¹⁵⁵. É igualmente abordado no Artigo 1.º alínea 8.º: “A assistência de um Capelão¹⁵⁶ nas suas doenças graves ou esteja no Hospital ou em sua casa.”¹⁵⁷ Adicionalmente, o Capítulo V composto por quatro artigos e respetivas alíneas é exclusivamente dedicado aos Clérigos Pobres e Hospital conforme se pode verificar: “Artigo 1.º alínea 1.º Os Clérigos pobres, ainda mesmo que não sejam Irmãos, devem ser socorridos, quando

¹⁵² ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Livros das Actas e Deliberações de Mesa*, fl. 18 (PT ICPRT IC/A/034/0004).

¹⁵³ Os Estatutos de 1871 podem ser consultados em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, (PT ICPRT IC/A/026/0005) e em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade*, (PT ICPRT IC/A/026/0006).

¹⁵⁴ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Livros das Actas e Deliberações de Mesa*, fl. 20 (PT ICPRT IC/A/034/0004).

¹⁵⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/026/0005).

¹⁵⁶ Os Estatutos de 1871 também são possíveis de serem consultados em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, (PT ICPRT IC/A/026/0006). Neste Fundo no fl. 5 que se refere ao Capítulo II Artigo 1.º alínea 8.º o termo Capelão é substituído pelo termo Presbytero: “A assistência de um Presbytero nas suas doenças graves, esteja no Hospital ou em sua casa.” Idêntica substituição do termo Capelão pelo termo Presbytero ocorre no Capítulo V, Artigo 1.º, alínea 2.º conforme se verifica no ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, – Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, fl. 7 (PT ICPRT IC/A/026/0006).

¹⁵⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/026/0005).

a Irmandade o possa fazer. Alínea 2.º Assistindo-lhes nas duas doenças graves um capelão. Alínea 3.º Fazendo-lhes o seu enterro, segundo a escritura exarada nas notas de tabelião desta cidade, João Rodrigues Chaves, em 16 de setembro de 1649. Artigo 2.º Todos os nossos Irmãos pobres serão tratados e socorridos nas suas doenças em suas casas, ou admitidos no nosso Hospital, quando elas não sejam contagiosas. Artigo 3.º Ao Presidente e Secretário incumbe admitir qualquer Irmão ou Clérigo pobre, quando assim lhe seja requerido e verificada a identidade da pessoa, e a qualidade de moléstia. Artigo 4.º O Hospital estará debaixo da imediata fiscalização do Presidente, Secretário e de um Irmão deputado¹⁵⁸, que no seu mês o visitará diariamente.”¹⁵⁹ Para finalizar no Capítulo IX relativo a Mesa, Junta Consultiva e Definitório no Artigo 1.º alínea n.º 8 refere: “À Mesa (...) cumpre: (...) A elaboração dos regulamentos internos, designadamente (...) do Hospital, no que sempre será ouvida a Junta Consultiva.”¹⁶⁰

Contudo, nestes Estatutos de 1871 em nenhum ponto ou alínea é referido a designação de Enfermeiro ou de Enfermeiro-Mor, o que eventualmente, poderá constituir uma possível explicação para o facto de a partir de 1871 não mais ter sido eleito algum Enfermeiro-Mor, como abordado num Capítulo precedente. As únicas referências a Enfermeiro-Mor ocorrem na parte final do documento¹⁶¹, nas assinaturas dos Irmãos que estiveram presentes na Sessão, em que ficou registado que António José Soares Enfermeiro-Mor e José Joaquim Barbosa Lima ex-Enfermeiro-Mor aprovaram estes novos Estatutos.

Note-se que a referência ao Hospital desaparece nos Estatutos¹⁶² de 1911 em que nomeadamente o Capítulo V se passa a designar por Beneficência, designação essa que perdura nos Estatutos¹⁶³ de 1913.

¹⁵⁸ A parte final desta frase foi modificada para: “de um dos Irmãos deputados, que o visitará diariamente nos meses que lhe forem designados.” conforme se pode verificar em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, fl. 8 (PT ICPRT IC/A/026/0006).

¹⁵⁹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, fôlio não numerado nem rubricado (Código de referência PT ICPRT IC/A/026/0005).

¹⁶⁰ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, fôlio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/026/0005).

¹⁶¹ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, fl.17-18 (PT ICPRT IC/A/026/0006).

¹⁶² ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1911*, fôlios não numerados nem rubricados (PT ICPRT IC/A/026/0007).

¹⁶³ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1913*, fl.4 (PT ICPRT IC/A/026/0008).

4.9. Hospital como instrumento fiscal

O Hospital poderia não possuir doentes internados, mas servia como elemento fundamental para que a Irmandade invocasse a isenção do pagamento de impostos junto das instâncias competentes, neste caso o Bairro Oriental do Porto, conforme o demonstra o seguinte documento de 1883 (**Anexo 18**). São duas as razões em que se baseia a petição da Irmandade dos Clérigos do Porto para invocar a isenção do pagamento da décima dos juros, sendo que a primeira razão invocada se baseia precisamente no facto de possuir um Hospital, que também o designa pelo termo albergue.

“São dous os fundamentos desta isempção: 1.º - porque como instituição de caridade e beneficência, a Irmandade é destinada a socorrer uma classe nos casos de indigência, havendo por isso no Edifício da Irmandade um hospital ou albergue, destinado a recolher e tratar os clérigos pobres, mesmo que não sejam irmãos, salvo quando estes preferam receber os socorros em seus domicílios, estando por isso a Irmandade protegida a Irmandade protegida pelas leis que isentam de décima de juros os capitais dos hospitais e albergarias.”¹⁶⁴ Neste fundamento é explicado o modo de funcionamento da unidade hospitalar. A Irmandade prossegue a explanação das suas razões invocando que tinham: “sido até hoje isentos da décima de juros e nunca os mutuários foram por tal motivo incomodados. Permanecendo pois os mesmos fundamentos, bem como a legislação aplicável, que não foi alterada, e acrescentando que, embora a décima seja lançada aos devedores, e não à Irmandade, em todo o caso vem esta a ser indiretamente prejudicada.”¹⁶⁵

Como se verifica, o Hospital nesta altura desempenhava a relevante função de instrumento fiscal, independentemente de ter ou não doentes, num contencioso jurídico, para que a Irmandade pudesse continuar a usufruir do benefício fiscal de isenção do pagamento da décima de juro como tinha acontecido até essa ocasião.

4.10. Fase final da existência do Hospital dos Clérigos

Atualmente, as referências ao Hospital dos Clérigos ocorrem no sentido do património que representa, mas as funções para as quais foi originalmente concebido desapareceram nos anos vinte do século XX. Um fator que contribuiu de forma decisiva para que o Hospital dos Clérigos

¹⁶⁴ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, *Diversos Offícios dirigidos à Mesa*, fólios não numerados nem rubricados (PT ICPRT IC/A/018/0003).

¹⁶⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, *Diversos Offícios dirigidos à Mesa*, fólios não numerados nem rubricados. (PT ICPRT IC/A/018/0003).

deixasse de ser uma unidade hospitalar foi a decisão tomada na Sessão de 18 de agosto de 1924 sob a Presidência do Cónego António Joaquim Pereira. Nessa Sessão foi tomada a seguinte deliberação: “O Reverendíssimo Prelado preocupado com a ideia de conseguir casa para alguns sacerdotes, que deseja conservar nesta cidade, onde dificilmente encontrariam habitação, visitava como Presidente da Irmandade o nosso edifício e ao ver a enfermaria e sacristia anexa completamente inutilizadas e bastante deterioradas, se lembrava de as aproveitar para dividir em quartos e realizar assim o seu desejo.”¹⁶⁶ Note-se que esta transformação da funcionalidade do espaço físico da enfermaria não iria trazer custos para a Irmandade: “Comprometia-se a fazer todas as obras necessárias sem despesa alguma para a Irmandade, mas necessitava do consentimento da Mesa.”¹⁶⁷ O necessário consentimento foi obtido: “Discutido o assunto resolveu-se por unanimidade secundar os desejos do Reverendíssimo Prelado, sem encargo algum para a Irmandade”¹⁶⁸ Na Sessão de Mesa de 12 de março de 1925 ficava-se a saber a evolução das obras e o respetivo custo: “A enfermaria foi toda soalhada e dividida em 3 quartos; da sacristia da enfermaria fizera-se um quarto e reformara-se a cozinha¹⁶⁹ desse corredor que se encontrava em péssimo estado. Ficavam, pois, nesse corredor, além do quarto do Capelão, uma cozinha, sala de jantar e quatro quartos. Em estas obras dispndia o Reverendíssimo Prelado 9886\$68 escudos, sendo 780\$68 escudos na instalação elétrica, e o resto nas outras obras.”¹⁷⁰ Adicionalmente, o Bispo acrescentou um desejo ao pedido que tinha efetuado na Sessão da Mesa de 18 de agosto de 1824 que se relacionava com o direito de preferência dos sacerdotes que poderiam habitar nessas instalações: “Queria, porém, agora Seu Reverendíssimo que esses quartos fossem reservados de preferência para Professores do Seminário ou para Sacerdotes¹⁷¹ que tivessem prestado ou ainda prestem serviços ao seminário.”¹⁷² Este seu desejo foi aprovado pelos membros da Mesa. Contudo, apesar desta aprovação tal não significa que tenha sido desta forma processado como se

¹⁶⁶ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas*, fl. 75v (PT ICPRT IC/A/034/0005).

¹⁶⁷ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas*, fl. 75v (PT ICPRT IC/A/034/0005).

¹⁶⁸ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas*, fl. 75v (PT ICPRT IC/A/034/0005).

¹⁶⁹ Esta cozinha, em virtude da sua localização, muito provavelmente deve ter sido a cozinha utilizada para se fazerem as refeições para os ocupantes doentes da Enfermaria. Atualmente, uma pessoa ao visitar a Igreja e a Torre dos Clérigos não encontra nenhuma referência porque não existe nenhuma indicação do espaço físico onde se localizava esta cozinha. Percebe-se é que esta cozinha foi o único compartimento do espaço da enfermaria que não foi modificado na sua função.

¹⁷⁰ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas*, fl.76 (PT ICPRT IC/A/034/0005).

¹⁷¹ Contudo, estes Sacerdotes também teriam de suportar algumas despesas conforme tinha sido estipulado na mesma Sessão da Mesa: “os sacerdotes residentes nesses quartos que não poderiam aproveitar para seu uso objectos da Irmandade ou outras dependências sem autorização da Mesa, devendo pagar a luz e a água que consumissem bem como uma quantia que lhes fosse estipulada, para remunerar os empregados pelos serviços que terão de prestar aos sacerdotes dos referidos quartos.” ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas*, fl.76 (PT ICPRT IC/A/034/0005).

¹⁷² ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas*, fl. 76 (PT ICPRT IC/A/034/0005).

pode constatar através do ofício de 5 de junho de 1925 em que é possível obtermos conhecimento de um possível litígio entre o Bispo da Diocese e a Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto motivado pela escolha da primeira pessoa a usufruir do direito de residir nas novas instalações: “Para beneficiar os professores externos dos Seminários, entendi-me com a Mesa da Irmandade dos Clérigos, e à custa da Diocese, mandar fazer e reparar, nas dependências da Igreja da Irmandade, alguns quartos, cozinha, etc. Não era, nem podia ser minha intenção beneficiar mais ninguém, sobretudo pessoas seculares (...) Sei agora que já mais alguém lá se encontra instalado, sem autorização minha, e sem disso me ser dado conhecimento. Venho por isso neste ofício, o seguinte: 1.º As obras foram feitas com dinheiro da Diocese; 2.º Os quartos só devem ser utilizados por professores externos dos Seminários, ou ainda por qualquer sacerdote, que, em virtude de serviços que esteja encarregado pelo Prelado, seja julgado digno de receber tal benefício.”¹⁷³ No início deste ofício o Prelado não refere o espaço físico da Enfermaria que foi o local que sofreu as maiores transformações. Este possível litígio foi completamente resolvido conforme se pode constatar na Ata da Sessão da Mesa de 7 de junho de 1925: “Lido o ofício, resolveu-se oficiar a Sua Reverendíssima Excelência participando que tinham sido cumpridos os seus respeitáveis desejos.”¹⁷⁴

Esta campanha de obras é o culminar de uma transformação funcional do espaço que tinha sido originalmente concebido para acolher uma instituição hospitalar.

Pouco tempo após a Enfermaria deixar a sua funcionalidade a Irmandade dos Clérigos recebe um ofício de 6 de junho de 1925 emitido pelas Juntas de Freguesia do Porto a pedir autorização para a Torre dos Clérigos ser iluminada e dessa forma a Irmandade dos Clérigos ficar associada à celebração do centenário da Régia Escola Médica do Porto¹⁷⁵ que se iria celebrar a 25 de junho de 1925.

Na atualidade é possível visitar o espaço físico que correspondia à antiga enfermaria, agora transformado em Museu. Inserido no âmbito das comemorações dos 250 anos da Torre dos Clérigos, o complexo arquitetónico composto pela Igreja e Torre dos Clérigos, foi sujeito a um vasto conjunto de obras de requalificação no período de tempo compreendido entre 23 de dezembro de 2013 e 12 de dezembro de 2014, data da sua reabertura ao público. Entre os vários espaços que uma pessoa pode percorrer no seu interior encontra-se a antiga enfermaria que se

¹⁷³ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Correspondência Recebida, *Offícios dirigidos à Irmandade*, fl. 209 (PT ICPRT IC/A/027/0004).

¹⁷⁴ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Actas da Mesa, *Actas*, fl. 77v (PT ICPRT IC/A/034/0005).

¹⁷⁵ ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Correspondência Recebida, *Offícios dirigidos à Irmandade*, fl. 210 (PT ICPRT IC/A/027/0004) e autorização concedida em ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos, Correspondência Recebida, *Offícios dirigidos à Irmandade*, fl. 213 (PT ICPRT IC/A/027/0004).

situa no primeiro andar da Igreja dos Clérigos. Existe uma inscrição na pedra, sobre a porta da entrada, do andar superior. Diz em Latim: “*Non te pigeat visitare infirmum*: - não deixes de visitar os doentes”. Esta divisão possui uma janela situada muito próxima da Imagem da padroeira da Irmandade dos Clérigos, Nossa Senhora da Assunção, colocada no altar-mor da Igreja, em que se pode vislumbrar o magnífico interior da Igreja dos Clérigos. Quando uma pessoa se desloca a Torre dos Clérigos e tem a possibilidade de visitar o espaço físico do que foi a antiga enfermaria, depara-se com uma cruz com a Imagem de Cristo.

Antes das obras de requalificação da Torre dos Clérigos uma pessoa que tivesse a oportunidade de visitar a Igreja dos Clérigos no interior da nave central encontrava numa parede lateral um Crucifixo com Jesus Cristo, que possuía por debaixo a seguinte inscrição: “Senhor dos Esquecidos da Salvação”. Trata-se do crucifixo que em tempos esteve na Enfermaria; no topo norte tinha um altar, com um grande e belo crucifixo.

Atualmente no espaço físico da antiga enfermaria está patente ao público uma exposição¹⁷⁶ intitulada: “Coleção Cristos” que é composta por cerca de 400 Cristos em diferentes materiais nomeadamente: madeira, marfim, prata ou pintados em telas de diferentes formas e tamanhos. Este espólio foi doado pelo benemérito António Manuel Cipriano de Miranda.

¹⁷⁶ Esta exposição foi inaugurada no dia 29 de junho de 2015 data em que se celebra um dos Padroeiros da Irmandade dos Clérigos S. Pedro. Neste mesmo dia foi também oficialmente disponibilizado ao público em geral o Arquivo Digital da Irmandade dos Clérigos do Porto.

Conclusão (ou Considerações finais)

Com este trabalho pretendeu demonstrar-se que o Hospital da Irmandade dos Clérigos teve uma funcionalidade, funcionalidade essa que poderia ser centrada no tratamento de doentes. Doentes que se definiam como doentes do corpo e da alma. Os Médicos admitidos como Irmãos Médicos foram, em muitos casos figuras das mais eminentes da sua época. O hospital serviu assim como plataforma de acolhimento de doentes, mas também de organização do serviço domiciliário aos doentes. Teve o cuidado de se estabelecer como entidade de prestígio profissional e social ao cativar figuras proeminentes da sociedade portuense para o seu corpo clínico e institucional. No século XVIII usou o hospital para preservar isenção clerical em relação ao poder paroquial e no século XIX atuou no meio portuense explorando a vertente económica, servindo o hospital a Irmandade enquanto instrumento fiscal. Ao longo do século XIX o Hospital dos Clérigos sobreviveu a vários episódios marcantes da sociedade portuguesa designadamente às Invasões Francesas, a Revolução Liberal, entre outros acontecimentos. Contudo, o golpe de misericórdia que fez capitular o Hospital dos Clérigos ocorreu no primeiro quartel do século XX, motivado essencialmente pela dinâmica interna do funcionamento da Irmandade dos Clérigos do Porto, mas possivelmente influenciada pelos acontecimentos que vinham a ocorrer na sociedade portuguesa e portuense em que a Irmandade se encontra inserida.

Ao longo do período de tempo estudado, pretendeu-se igualmente demonstrar a dinâmica evolutiva da Irmandade que se procura adaptar o mais harmoniosamente possível ao quadro político, económico e social que a rodeia.

Este trabalho permitiu revelar algumas informações que anteriormente eram de um âmbito desconhecido nomeadamente: as remunerações das pessoas ligadas a Enfermaria e as designações das funções que desempenhavam. O facto de o Hospital ter acolhido, pelo menos, mais um doente num período subsequente ao que até agora era conhecido, e que a admissão de Médicos na Irmandade como Irmãos se prolongou por um período superior ao que inicialmente se supunha, sendo que, esses Médicos exerceram igualmente outras funções no interior da Irmandade, extravasando o campo inicial da Medicina para o qual tinham sido admitidos.

Contudo, existem algumas dimensões que necessitam de estudos mais aprofundados designadamente: determinar a importância e a proporção das esmolas, pensões, hipotecas de casas e juros de dinheiro emprestado no total dos ativos do Orçamento Geral da Irmandade e mais especificamente no total dos ativos do Orçamento Hospitalar. Determinar o número total de

doentes que, apesar de não estarem registados na *Enfermaria Entradas e Óbitos*, obtiveram assistência médica domiciliária por parte da Irmandade dos Clérigos do Porto.

Alguns aspetos deste trabalho podem assemelhar-se a fragmentos de memória, mas espero que de alguma forma contribuam para que esta instituição hospitalar não se desvaneça nos horizontes da memória coletiva local.

Para finalizar, gostaria de salientar que provavelmente existe uma ténue correlação entre História e a Medicina que eventualmente se pode expressar da seguinte forma. Os profissionais de saúde, designadamente, os Médicos, salvam as vidas das pessoas permitindo-lhes que possam viver no presente. A História tenta salvar esses mesmos profissionais de saúde e doentes de caírem na eternidade do esquecimento de forma a possibilitar que possam viver na eternidade das nossas memórias.

Referências bibliográficas

5.1. Fontes arquivísticas

Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto

➤ Secção A – Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto

- *Actas da Meza 1826-1849*, (PT ICPRT IC/A/034/0001).
- *Actas da Mesa, Actas 1849 a 1863*, (PT ICPRT IC/A/034/0002)
- *Actas da Mesa, Livro das Actas e Deliberações da Meza*, (PT ICPRT IC/A/034/0003)
- *Actas da Mesa, Livro das Actas e Deliberações de Mesa*, (PT ICPRT IC/A/034/0004).
- *Actas da Mesa, Actas*, (PT ICPRT IC/A/034/0005).
- *Casas da Rua de Redemoinhos, Admissão dos Irmãos*, (PT ICPRT IC/A/0097).
- *Contas e Recibos, Recibos dos annos de 1759 até 1783*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/A016/0001).
- *Contas e Recibos, Recibos dos annos de 1834 até 1841 para 1842*, (PT ICPRT IC/A/016/0005).
- *Contas e Recibos, Diversas contas e Recibos*, (PT ICPRT IC/A/016/0006).
- *Contas e Recibos, Diversas Contas 1855 a 1856*. (PT ICPRT IC/A/016/0014).
- *Contas e Recibos, Diversas contas 1861 a 1862*, (PT ICPRT IC/A/016/0020).
- *Contas e Recibos, Diversas contas 1862 a 1863*, (PT ICPRT IC/A/016/0021).
- *Correspondência Recebida, Offícios dirigidos à Irmandade*, (PT ICPRT IC/A/027/0004).
- *Diários e Caixa Geral, Diário n.º3*, (PT ICPRT IC/A/017/0008).
- *Diários e Caixa Geral, Diário 3. 1841 até 1863* (PT ICPRT IC/A/017/0009).
- *Diários e Caixa Geral, Diário n.º 7*, (PT ICPRT IC/A/017/0021).
- *Diários e Caixa Geral, Diário. 1887 a 1888*, (PT ICPRT IC/A/017/0020).
- *Documentos Particulares de Irmãos, Óbitos*, (PT ICPRT IC/A/0052).
- *Documentos particulares de Irmãos, Deputados*, (PT ICPRT IC/A/0059).
- *Entradas e Óbitos dos Irmãos, Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos*, (PT ICPRT IC/A/004/0002).
- *Entradas e Óbitos dos Irmãos, Livro de Matrículas e Entradas*, (PT ICPRT IC/A/004/0003).
- *Estatutos da Irmandade, Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1871*, (PT ICPRT IC/A/026/0005).
- *Estatutos da Irmandade, Estatutos da Irmandade*, (PT ICPRT IC/A/026/0006).

- Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1911*, (PT ICPRT IC/A/026/0007).
- Estatutos da Irmandade, *Estatutos da Irmandade dos Clérigos do Porto 1913*, (PT ICPRT IC/A/026/0008).
- Requerimentos, *Entradas de Irmaons Aceitaçãoens de Cappelaens Licenças dos mesmos Varias cartas que nada valem*, (PT ICPRT IC/A/018/0001)
- Requerimentos, *Diversos Offícios dirigidos à Mesa*, (PT ICPRT IC/A/018/0003).
- Requerimentos, *Requerimentos Para esmolos para admissão de Capellarias e varios objectos*. Fólio não numerado nem rubricado. (PT ICPRT IC/A/018/0004).
- Róis de Multas, *Receita e Despeza. 1835 a 1841*, (PT ICPRT IC/A/0085).
- Termos e actas dos Definitórios, *Definitórios suas actas de 1841 a 1860*, fl. 10v (PT ICPRT IC/A/024/0002).
- Termos e actas da eleições das Mesas, *Termos de Eleições das Mesas 1804 a 1863*, fl. 45v-46 (PT ICPRT IC/A/033/0001).
- Termos e actas das eleições das Mesas, *Termos de eleição da Mesa 1863 a 1890* (PT ICPRT IC/A/033/0002).

➤ Secção B – Igreja e Sacristia da Irmandade dos Clérigos do Porto

- Contas da Sacristia da Igreja da Irmandade dos Clérigos, *Caixa da Administração da Sacristia 1802 a 1844* (PT ICPRT IC/B/028)
- Missas da Sacristia e Igreja dos Clérigos (PT ICPRT IC/B/028)
- Dezobrigas (PT ICPRT IC/0040)
- Termos de sepultura (PT ICPRT IC/B/0050)

➤ Secção C – Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto

- *Enfermaria Entradas, e Óbitos* (PT ICPRT IC/C/0028)
- *Livro 3 do Fundo do Nosso Hospital* (PT ICPRT IC/C/029/0003)

Arquivo da Universidade de Coimbra

- Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08, Letra C 1537/1912-01-03
- Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08, Letra O 1538/1910-10-10
- Índice de alunos da Universidade de Coimbra 1536/1919-10-08, Letra S 1537/1916-10-09

5.2. Bibliografia

ANTUNES, João Lobo – **O Eco Silencioso**.1.^a Edição. Lisboa: Gradiva – Publicações, S.A., 2008. 262 páginas. Coleção: Fora de Coleção. ISBN: 978-989-616-281-8.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - **Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)**. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima.2000. 784 páginas.

AZEVEDO, Carlos Moreira (Direcção) - **Dicionário de História Religiosa de Portugal**.1.^a Edição. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000.

496 páginas. Volume A-C. ISBN 972-42-2313-2

479 páginas. Volume C-I. ISBN 972-42-2383-3

473 páginas. Volume J-P. ISBN 972-42-2416-3

BASTO; Artur de Magalhães – **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**. Porto: Edição da Santa Casa da Misericórdia do Porto.1934.Vol. II.

BERNABEU MESTRE, Josep – **Enfermedad y población. Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica**. València: Seminari d'Estudis sobre la Ciència, 1995. 127 páginas.Colección Scientia Veterum 5 ISBN:84-920303-2-1.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez e Latino...Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8 volumes.

BRANDÃO, D. Domingos de Pinho; Rocha, Manuel Joaquim Moreira da; Loureiro, Olímpia Maria da Cunha – **Nicolau Nasoni. Vida e Obra de um grande artista. Breve Resumo**. Porto: Oficinas Gráficos Reunidos, Lda, 1987.

CARVALHO, Dr. Augusto da Silva – **O Culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil. História das Sociedades Médicas Portuguesas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. 343 páginas. Biblioteca Luso-Brasileira de História da Medicina II

COSTA, Patrícia – **Finanças e Poder na Cidade do Porto (1706-1777). Do registo à fiscalização, estabilidades e ruturas.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Tese de Doutoramento.

COSTA, Padre António Carvalho da Costa – **Corografia Portugueza, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contem; varões illustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bifpos, antiguidades, maravilhas da natureza, edifícios & outras curiofas obfervaçoens.** Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. 534 páginas. Tomo Primeyro.

COSTA, Padre Agostinho Rebêlo da Costa – **Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Pôrto.** Com a carta de Tomaz Modessan e algumas palavras prévias de A. De Magalhães Basto. 2.^a Edição. Porto: Tipografia da Livraria Progredior, 1945. 453 páginas.

COSTA, Palmira Fontes da; CARDOSO, Adelino (Orgs.) – **Percursos na História do Livro Médico.** Lisboa: 2011, Edições Colibri. 258 páginas. Coleção Forum de Ideias. ISBN 978-989-689-095-7

COUTINHO, B. Xavier – **A Igreja e a Irmandade dos Clérigos. Apontamentos para a sua História.** Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História da Cidade, 1965. 674 páginas. Documentos e Memórias para a História do Porto – XXXVI

CRISOSTOMO, S.J. – “Homilia 2 sobre Lázaro” in *Patrologia Grega*, vol. 68, Paris: Garnier Frates, 1862.

GUEDES, Lúcia C.S. - **Hospital de Santo António: a arte e a história.** 1.^a Edição. Porto: Editor Hospital Geral de Santo António, 2007. 121 páginas. ISBN 978-989-20-0539-3

GOFF, Jacques Le – **As Doenças têm História** – 2.^a Edição portuguesa. Lisboa: Terramar, 1997. 357 páginas. Coleção Pequena História. Tradução de: Laurinda Bom. ISBN: 972-710-042-2.

LEMOS, Maximiano – **História do Ensino Médico no Porto**. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925

LEMOS, Maximiano – **História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições**. 2.^a Edição. Lisboa: Editor Publicações D. Quixote, Lda./Ordem dos Médicos, 1991.
265 páginas. Volume I. ISBN 972-20-0835-8. (1.º v.)
398 páginas. Volume II. ISBN 972-20-0836-6 (2.º v.)

LOPES, Maria Antónia. Roque, João Lourenço – Pobreza, Assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas. In AAVV. **A cidade e o campo. Colectânea de Estudos**. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. Páginas 63 a 83.

MONTEIRO, Prof. Hernâni – **Origens da Cirurgia Portuense**. 1.^a Edição. Porto: Araújo & Sobrinho, 1926

MOREIRA, Maria João Guardado – O Século XVIII. In RODRIGUES, Teresa Ferreira (Coord.) **História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade**. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008. 581 páginas. Colecção Economia e Sociedade 3. ISBN: 978-972-36-1005-5. Parte I – As Constantes Estruturantes. Das Origens a 1801. Capítulo 7.

OLIVEIRA, Padre Miguel de – **História Eclesiástica de Portugal**. Lisboa: Publicações Europa-América, Lda, 1994. 326 páginas. ISBN: 972-1-03845-8.

PERES, Damião (Direção); CRUZ, António; BASTO, A. de Magalhães – **História da Cidade do Porto**. Barcelos: Portucalense Editora, 1964. Terceiro Volume

PINA, Luiz de – **Aspectos da Vida Médica Portuguesa nos séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Casa Holandesa, 1938. 35 páginas.

RICON - FERRAZ, Amélia – **A Real Escola e a Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Contributo para a História da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.** Porto: Universidade do Porto, 2013. 690 páginas. Edições Centenário- Série História. ISBN 978-989-746-005-0.

SILVA, Francisco Ribeiro da – **O Porto e o seu termo 1580-1640: os homens, as instituições e o poder.** Porto: Editor Câmara Municipal do Porto. Arquivo Histórico. 1988. 2 vols.

SMITH, Robert C. – **Nicolau Nasoni. Arquitecto do Porto.** Lisboa: Livros Horizonte, 1967. 225 páginas.

SOUSA, Fernando (coord.) – **Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto: (1822-2013).** Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, 2013. 463 páginas. ISBN: 978-989-8434-18-0.

SOUSA, Rui Manuel Gomes – A Igreja é corpo de Cristo. Para um estudo de Ecclesiologia paulina. Braga: Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Teologia, 2012. Dissertação Final. Mestrado Integrado em Teologia.

O Tripeiro Revista Mensal de Divulgação e Cultura ao Serviço da Cidade e das suas tradições. Porto. Editor e Proprietário António Sardinha. VI Série. Ano IX. N.º 5 (Maio 1969).

.

Anexos

Anexo 1 Assistência Domiciliária ao Irmão Nicolau Nasoni

4

Recebi do Sr. Tran. Fr. de And. p. a. do Sr. N. Nasoni
Nicolau Nasoni mais moeda de ouro Porto 11 de 25^o
1772 Sordal Fr. Portogal

Recebi mais moeda de ouro 31 de dezembro 1772
Sordal Fr. Portogal

Recebi mais 4800 reis p. a. do Sr. N. Nasoni mais moeda de ouro Porto 30 de
Jan. 1773 Sordal Fr. Portogal

Recebi p. a. do Sr. N. Nasoni 4800 reis Porto 6 de março 1773
Sordal Fr. Portogal

Recebi mais moeda de ouro Sordal Fr. Portogal
an. de 25^o de Abril 1773

Sordal Fr. Portogal

Recebi mais a. de vinte e seis de maio 1773 seis mil e quatro
centos reis Sordal Fr. Portogal

Recebi mais nove mil e seis centos 1773 de 26 de agosto
1773 Sordal Fr. Portogal

Recebi mais p. a. do Sr. N. Nasoni 1200
reis de 25^o de 1773
p. a. que faltava de 1773 3800
centos reis 1200

Aluiss

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1759 até 1783*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/A016/0001).

Gastos com o transporte do Corpo de Nicolau Nasoni no montante de 2\$460

3

Conta detada a Seras que foi p.^a ed.^a
da Irmandade de N. Sr. ^a do Amparo
S. Pedro, at. Felipe do Socorro do Elasi
p. sobras desta Co. em tudo este ano
de 1773

Gora! 837 ar. a 34 onç. e soma a 400 ar. 329 \$15.
Recibi de Seras vellos e p. 336 ar. 5
em. e soma a 37 ar. 5 - - - 557 \$105
que achados desta - - - 250 \$045

Importou gasto e soma e soma do f. 02 \$000
diuersos p. 02 \$000

Importou gasto da Seras q. achados a 0
Corpo de N. Nicolau Nasoni - - - 20 \$460

Somada duzentos e trinta e seis mil e quarenta e cinco
e cinco Reis. Porto 24 de Setembro 1773

Antonio Vieira de Azevedo

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1759 até 1783*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/A016/0001).

Gasto com a armação da casa pela morte de Nicolau Nasoni no montante de 1\$600

*Conta das Armações e offi no Armação
da Clerigos morte anno de 1773*

<i>Pella Armação do sagrado Louprena</i>	<i>4800</i>
<i>p^a da Induções</i>	<i>4800</i>
<i>Pella ex do Uniuersario</i>	<i>2400</i>
<i>Pella armação da casa p^a morte de A Michas Nasoni</i>	<i>1600</i>
<i>Soma</i>	<i>13600</i>

*Hee
N^o obtido se ima neutro
Gato do de 1773
de Armação
S^o 13600
D^o Ant^o V^o V^o*

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1759 até 1783*, fôlio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/A016/0001).

Gasto com a mortalha que envolveu o corpo de Nicolau Nasoni

A handwritten receipt in Portuguese, written in a cursive script. The text is as follows: "O Luiz de Sore Sam. mor deste Cont. Rec. Tran. Certi- fido, q' o Sr. D.º Bartholomeu Dorge, e Satifez, a esta Comuid.º tres mil r's de rum e abito de say alem q' foi a mortallha do corpo de Nicolau Nasoni, q' de- baça, e por se ter Relatido ad.º guantia, L.º do Sr. papa ci- ste q' papa na veri.º Cont. Rec. Tran. do Porto 9 de 7.º de 1773". To the right of the main text is a signature "Luiz de Sore" followed by "Sam. mor.".

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1759 até 1783*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/A016/0001).

Acompanhamento de Nicolau Nasoni até a sua sepultura

A handwritten receipt in Portuguese, written in a cursive script. The text is as follows: "O Luiz de Sore Sam. mor deste Cont. Rec. Tran. Certi- fido, q' o Sr. D.º Bartholomeu Dorge, e Satifez, a esta Comuid.º tres mil r's de rum e abito de say alem q' foi a mortallha do corpo de Nicolau Nasoni, q' de- baça, e por se ter Relatido ad.º guantia, L.º do Sr. papa ci- ste q' papa na veri.º Cont. Rec. Tran. do Porto 9 de 7.º de 1773". To the right of the main text is a signature "Luiz de Sore" followed by "Sam. mor.".

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Recibos dos annos de 1759 até 1783*, fólio numerado 12 não rubricado (PT ICPRT IC/A/A016/0001).

Anexo 2 Lista de todos os Enfermeiros-Mor e Médicos entre 1802 e 1871

Fólio	Ano da Reunião da Mesa	De Ano para Ano	Nome do Enfermeiro Mor Eleito	Designação de outras funções do Enfermeiro-Mor	Nome do Médico	Função do Médico Eleito na Mesa
3	1804	De 1804 para 1805	António Barbosa de Araújo	Reverendo ex-Secretário	não aplicável	não aplicável
4	1805	De 1805 para 1806	António Barbosa de Araújo	Reverendo	não aplicável	não aplicável
5	1806	De 1806 para 1807	António Barbosa de Araújo	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Deputado
6v	1807	De 1807 para 1808	António Barbosa de Araújo	Reverendo Doutor	não aplicável	não aplicável
9	1809	De 1809 para 1810	António Barbosa de Araújo	Reverendo	não aplicável	não aplicável
10	1810	De 1810 para 1811	António Barbosa de Araújo	Reverendo ex-Secretário	não aplicável	não aplicável
11v	1811	De 1811 para 1812	António Barbosa de Araújo	Nosso Irmão ex-Secretário	não aplicável	não aplicável
14	1812	De 1812 para 1813	António Barbosa de Araújo	Reverendo ex-Secretário	António Marques de Sousa Alão	Consultor
15v	1813	De 1813 para 1814	António Barbosa de Araújo	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor
16v	1814	De 1814 para 1815	António Barbosa de Araújo	Reverendo Doutor	António Marques de Sousa Alão	Consultor
17	1815	De 1815 para 1816	Cypriano da Apresentação Rodrigues Faria	De 1813 para 1814 tinha sido eleito para Deputado fl. 15. De 1814 para 1815 tinha sido eleito	António Marques de Sousa Alão	Consultor
18	1816	De 1816 para 1817	Cypriano da Apresentação Rodrigues Faria	Nosso Irmão Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor

Fólio	Ano da Reunião da Mesa	De Ano para Ano	Nome do Enfermeiro Mor Eleito	Designação de outras funções do Enfermeiro-Mor	Nome do Médico	Função do Médico Eleito na Mesa
19v	1817	De 1817 para 1818	Cypriano da Apresentação Rodrigues Faria	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor
21	1818	De 1818 para 1819	Cypriano da Apresentação Rodrigues Faria	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor
21v	1819	De 1819 para 1820	Jozé Luis Leite	Reverendo Beneficiado	António Marques de Sousa Alão	Consultor
22v	1820	De 1820 para 1821	André Gonçalves de Azevedo	Reverendo	não aplicável	não aplicável
23v	1821	De 1821 para 1822	João de Souza Pinto	Reverendo	não aplicável	não aplicável
24v	1822	De 1822 para 1823	João de Souza Pinto	Reverendo	não aplicável	não aplicável
25v	1823	De 1823 para 1824	José Lourenço de Sousa	Reverendo	não aplicável	não aplicável
26v	1824	De 1824 para 1825	José Lourenço de Sousa	Reverendo	não aplicável	não aplicável
27v	1825	De 1825 para 1826	José Lourenço de Sousa	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor
28v	1826	De 1826 para 1827	José Lourenço de Sousa	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor
29v	1827	De 1827 para 1828	José Lourenço de Sousa	Reverendo	não aplicável	não aplicável
30v	1828	De 1828 para 1829	José Lourenço de Sousa	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor
31v	1829	De 1829 para 1830	José Lourenço de Sousa	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor

Fólio	Ano da Reunião da Mesa	De Ano para Ano	Nome do Enfermeiro Mor Eleito	Designação de outras funções do Enfermeiro-Mor	Nome do Médico	Função do Médico Eleito na Mesa
32v - 33	1830	De 1830 para 1831	José Lourenço de Sousa	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor
33v-34	1831	De 1831 para 1832	José Lourenço de Sousa	Reverendo	António Marques de Sousa Alão	Consultor
Livro Definitórios fls. 70v-71	1832	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Livro Definitórios fls. 70v-71	1833	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
34v	1834	De 1834 para 1835	Manoel de Oliveira Figueiredo	não aplicável	não aplicável	não aplicável
35v - 36	1835	De 1835 para 1836	Manoel de Oliveira Figueiredo	Reverendo	não aplicável	não aplicável
37	1836	De 1836 para 1837	Manoel de Oliveira Figueiredo	Reverendo Beneficiado	não aplicável	não aplicável
38v	1837	De 1837 para 1838	Manoel de Oliveira Figueiredo	Reverendo Beneficiado	não aplicável	não aplicável
40	1838	De 1838 para 1839	Caetano Cândido da Cunha	Doutor	não aplicável	não aplicável
41	1839	De 1839 para 1840	José Luís Leite	Reverendo	não aplicável	não aplicável
42	1840	De 1840 para 1841	José do Sacramento Lapa	Reverendo ex-Presidente	não aplicável	não aplicável
43-43v	1841	De 1841 para 1842	José Maria Hoyer	Reverendo	Manoel Joaquim dos Santos	Consultor

Fólio	Ano da Reunião da Mesa	De Ano para Ano	Nome do Enfermeiro Mor Eleito	Designação de outras funções do Enfermeiro-Mor	Nome do Médico	Função do Médico Eleito na Mesa
44v	1842	De 1842 para 1843	José Maria Hoyer	não aplicável	Manoel Joaquim dos Santos	Consultor com voto
45v-46	1843	De 1843 para 1844	José Maria Hoyer	Nosso Irmão	Manoel Joaquim dos Santos	Consultor
47	1844	De 1844 para 1845	Domingos de Mesquita	Abade	não aplicável	não aplicável
48	1845	De 1845 para 1846	Domingos de Mesquita	Abade de Miragaia	não aplicável	não aplicável
49v	1846	De 1846 para 1847	Domingos de Mesquita	Abade de Miragaia	não aplicável	não aplicável
50	1847	De 1847 para 1848	Innocência Jozé António de Amorim	Nosso Irmão	Luís António Pereira da Silva	Consultor
51	1848	De 1848 para 1849	Innocência Jozé António de Amorim	Nosso Irmão	Luís António Pereira da Silva	Consultor
52	1849	De 1849 para 1850	Innocência Jozé António de Amorim	Nosso Irmão	Luís António Pereira da Silva	Consultor
53	1850	De 1850 para 1851	Innocência Jozé António de Amorim	Nosso Irmão	Luís António Pereira da Silva	Consultor
54	1851	De 1851 para 1852	Innocência Jozé António de Amorim	Nosso Irmão	Luís António Pereira da Silva	Consultor
55	1852	De 1852 para 1853	Albino José Dias Guimarães	Nosso Irmão	Luís António Pereira da Silva	Consultor
56	1853	De 1853 para 1854	José Teixeira	não aplicável	Luís António Pereira da Silva	Consultor

Fólio	Ano da Reunião da Mesa	De Ano para Ano	Nome do Enfermeiro Mor Eleito	Designação de outras funções do Enfermeiro-Mor	Nome do Médico	Função do Médico Eleito na Mesa
57	1854	De 1854 para 1855	Joaquim Correa de Lemos Godinho e Nascimento	não aplicável	Luís António Pereira da Silva	Consultor
58	1855	De 1855 para 1856	Joaquim Correa de Lemos Godinho e Nascimento	não aplicável	Luís António Pereira da Silva	Consultor
59	1856	De 1856 para 1857	Domingos de Mesquita	Abade de São Pedro	Luís António Pereira da Silva	Consultor
60 - 60v	1857	De 1857 para 1858	Gonçalo Afonso Cime	Reverendo	Luís António Pereira da Silva	Consultor
61v	1858	De 1858 para 1859	Gonçalo Afonso Cime	Reverendo	Luís António Pereira da Silva	Consultor
62v	1859	De 1859 para 1860	Gonçalo Afonso Cime	Reverendo	Luís António Pereira da Silva	Consultor
64	1860	De 1860 para 1861	António Joaquim de Azevedo Couto	Reverendo	Luís António Pereira da Silva	Oitavo Deputado
65	1861	De 1861 para 1862	Albino José Dias Guimarães	Reverendo	Luís António Pereira da Silva	Oitavo Deputado
66	1862	De 1862 para 1863	Albino José Dias Guimarães	Reverendo	não aplicável	não aplicável
67	1863	De 1863 para 1864	Albino José Dias Guimarães	Reverendo	não aplicável	não aplicável
2v	1864	De 1864 para 1864	Albino José Dias Guimarães	Reverendo	não aplicável	não aplicável

Fólio	Ano da Reunião da Mesa	De Ano para Ano	Nome do Enfermeiro Mor Eleito	Designação de outras funções do Enfermeiro-Mor	Nome do Médico	Função do Médico Eleito na Mesa
3	1865	De 1865 para 1866	Albino José Dias Guimarães	Reverendo	não aplicável	não aplicável
4v-5	1866	De 1866 para 1867	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
5v - 6	1867	De 1867 para 1868	António Peixoto Salgado	Reverendo	não aplicável	não aplicável
6v - 7	1868	De 1868 para 1869	António Peixoto Salgado	Reverendo	não aplicável	não aplicável
7v - 8	1869	De 1869 para 1870	Manuel José Lopes de Azevedo	Reverendo	não aplicável	não aplicável
8v - 9 - 9v	1870	De 1870 para 1871	António Manuel das Neves	Reverendo	António José de Sousa	Quarto Consultor

Anexo 3 Lista de ordenados de Ajudantes de Enfermeiro entre 1792 e 1816 de acordo com os Recibos Enfermaria.

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional
2	último	Março	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"declaro que estou satisfeito de todas as mesadas do tempo (...) até o dia supra."
2	último	Março	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"declaro que estou satisfeito de todas as mesadas do tempo (...) até o dia supra."
2	último	Abril	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2	último	Abril	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2	último	Maio	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2	último	Maio	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2v	último	Junho	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2v	último	Junho	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2v	último	Julho	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2v	último	Julho	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2v	15	Agosto	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2v	15	Agosto	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2v	31	Agosto	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"do resto do mês de Agosto que se completou"
2v	31	Agosto	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"do resto do mês de Agosto que se completou"
2v	último	Setembro	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
2v	último	Setembro	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3	último	Outubro	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3	último	Outubro	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional
3	último	Novembro	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3	último	Novembro	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3	último	Dezembro	1792	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3	último	Dezembro	1792	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3	último	Janeiro	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3	último	Janeiro	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Fevereiro	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Fevereiro	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Março	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Março	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Abril	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Abril	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Maio	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Maio	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Junho	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
3v	último	Junho	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	último	Julho	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	último	Julho	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	15	Agosto	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional
4	15	Agosto	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	último	Setembro	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	último	Setembro	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	último	Outubro	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	último	Outubro	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	último	Novembro	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4	último	Novembro	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Dezembro	1793	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Dezembro	1793	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Janeiro	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Janeiro	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Fevereiro	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Fevereiro	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Março	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Março	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Abril	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Abril	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Mai	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
4v	último	Mai	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional
5	último	Junho	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5	último	Junho	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5	último	Julho	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5	último	Julho	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5	15	Agosto	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5	15	Agosto	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5	31	Agosto	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5	31	Agosto	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$800	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Setembro	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Setembro	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Outubro	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Outubro	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Novembro	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Novembro	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Dezembro	1794	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Dezembro	1794	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Janeiro	1795	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
5v	último	Janeiro	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
6	último	Fevereiro	1795	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional
6	último	Fevereiro	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
6	último	Março	1795	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
6	último	Março	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	Domingos João da Cruz	"da minha comedoria e soldada"
6	último	Abril	1795	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"
6	último	Abril	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"
6	último	Maio	1795	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"
6	último	Maio	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"
6	último	Junho	1795	Manoel Caetano	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"
6v	último	Junho	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"
6v	último	Julho	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"
6v	último	Julho	1795	João da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"
6v	15	Agosto	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional	Nota Adicional
6v	15	Agosto	1795	João da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	"por servir na Enfermaria e mais obrigações que tenho de tocar sinos e folles"
6v	31	Agosto	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$800	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
6v	31	Agosto	1795	João da Silva	Enfermeiro	0\$800	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	
6v	31	Agosto	1795	João da Silva	Enfermeiro	1\$000	António Baptista Cardozo	"de tocar folles e sinos"	Em termos de comparação para o mesmo período de tempo ganhava-se mais a tocar folles e sinos do que a trabalhar na Enfermaria.
7	último	Setembro	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
7	último	Setembro	1795	João da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	E termos de custos assiste-se a uma redução salarial e trabalhando dois enfermeiros contenção de custos na despesa salarial.
7	último	Outubro	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
7	último	Outubro	1795	João da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional	Nota Adicional
7	último	Novembro	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
7	último	Novembro	1795	João da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	
7	último	Dezembro	1795	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
7	último	Dezembro	1795	João da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	
7v	último	Janeiro	1796	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
7v	último	Janeiro	1796	João da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	
7v	último	Fevereiro	1796	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
7v	último	Fevereiro	1796	João da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	
7v	último	Março	1796	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
7v	último	Março	1796	João da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo	"por servir na Enfermaria"	
7v	último	Abril	1796	Custódio da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"da minha comedoria e soldada"	
7v	5	Abril	1796	João da Silva	Enfermeiro	0\$265	António Baptista Cardozo	"cinco dias fiz pertencem ao mês de Abril por me despedir no dia 5 de Abril e não servir na Enfermaria"	Despedimento da Enfermaria

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional	Nota Adicional
7v	último	Abril	1796	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$335	António Baptista Cardozo	"por servir neste Hospital"	Recebe a parte do Enfermeiro João da Silva
7v	último	Abril	1796	António da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"por servir este Hospital de Enfermeiro"	Inic
7v	último	Maio	1796	António da Silva	Enfermeiro	3\$600	António Baptista Cardozo	"por servir este Hospital de Enfermeiro"	
7v	último	Maio	1796	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo	"por servir este Hospital de Enfermeiro"	Diminuição do encargo salarial
8	último	Junho	1796	Custódio da Silva	Enfermeiro	1\$600	António Baptista Cardozo		
8	último	Junho	1796	António da Silva	Enfermeiro	3\$840	António Baptista Cardozo		Faleceu em 9 de Março de 1806
8	16	Agosto	1803	Gregório Luis	moço da Enfermaria	2\$400	António Barbosa de Araújo	"servi desde que entrei até 16 de Agosto deste ano de 1803"	
8	31	Agosto	1803	Gregório Luis	moço da Enfermaria	2\$400	António Barbosa de Araújo	"do Salário da Enfermaria"	
8	29	Setembro	1803	Gregório Luis	moço da Enfermaria	1\$920	António Barbosa de Araújo	"da minha soldada da enfermaria"	
8	23	Setembro	1803	António Barbosa de Araújo	Enfermeiro-Mor	\$800	António Barbosa de Araújo	"da assistência que fiz ao Reverendo Francisco de Paula"	
10	último	Junho	1814	António Alves	Enfermeiro	4\$800	não refere	"desde o primeiro de Junho até 30 de Junho a 160 réis por dia"	
10	último	Julho	1814	António Alves	Enfermeiro	4\$800	não refere		
10	27	Agosto	1814	António Alves	Enfermeiro	4\$480	não refere	"de vinte e oito dias desde o último de Julho até vinte e sete de Agosto"	\$160

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional	Salário por Dia
10	27	Agosto	1814	António Alves	Enfermeiro	4\$480	não refere	"de vinte e oito dias desde o último de Julho até vinte e sete de Agosto"	\$160
10	23	Outubro	1814	António Alves	Enfermeiro	6\$880	não refere	"de quarenta e três dias desde Agosto até vinte e três de Outubro"	\$160
10v	23	Dezembro	1814	António Alves	Enfermeiro	5\$920	não refere	"de 37 dias do meu ordenado de Enfermeiro"	\$160
10v	30	Setembro	1815	António Alves	Enfermeiro	7\$120	Cypriano Rodrigues de Faria	"por trinta dias do mês de Setembro"	\$240
10v	31	Outubro	1815	António Alves	Enfermeiro	7\$440	Cypriano Rodrigues de Faria	"31 dias do mês de Outubro"	\$240
10v	8	Novembro	1815	António Alves	Enfermeiro	1\$920	Cypriano Rodrigues de Faria	"oito dias do presente mês de Novembro quatro cruzados novos o dia"	\$240
10v	16	Dezembro	1815	António Alves	Enfermeiro	\$840	Cypriano Rodrigues de Faria	"de três dias e meio do mês de Novembro"	\$240
10v	16	Dezembro	1815	António Alves	Enfermeiro	1\$920	Cypriano Rodrigues de Faria	"vinte e oito dias do mês de Dezembro"	\$240
10v	31	Dezembro	1815	Fernando António de Magalhães	Enfermeiro	3\$600	Cypriano Rodrigues de Faria	"15 dias"	\$240
10v	19	Janeiro	1816	Fernando António de Magalhães	Enfermeiro	4\$320	Cypriano Rodrigues de Faria	"dezoito dias do mês de Janeiro"	\$240

Fólio	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Nome do Enfermeiro - Mor	Nota adicional	Salário por Dia
10v	19	Janeiro	1816	Fernando António de Magalhães	Enfermeiro	4\$320	Cypriano Rodrigues de Faria	"dezoito dias do mês de Janeiro"	\$240
11	27	Agosto	1816	Fernando António de Magalhães	Enfermeiro	7\$200	Cypriano Rodrigues de Faria	"do meu ordenado de enfermeiro desde o dia vinte e nove de Julho até vinte e sete de Agosto"	\$240
11	13	Setembro	1816	Fernando António de Magalhães	Enfermeiro-menor	4\$080	Cypriano Rodrigues de Faria	"de dezasete dias que vão de vinte e sete de Agosto até 13 de Abril de 1816 do meu ordenado de enfermeiro menor"	\$240
11	24	Julho	1828		Enfermeiro	8\$000	Cypriano Rodrigues de Faria	"do meu ordenado de enfermeiro desde o dia nove de Junho até 20 de Julho"	

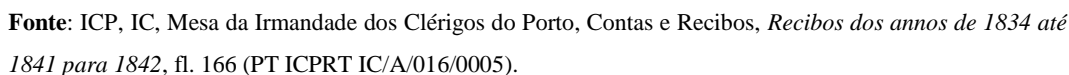
Anexo 4 Salários dos Ajudantes Enfermeiro que estavam noutros Recibos

Fólio	Recibo n.º	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Descrição da tarefa	Nota Adicional
77	63	22	Agosto	1796	Custódio da Silva	Não refere	1\$200	"da obrigação que me impôs de varrer e espanar a nossa Enfermaria e abrir as janelas, lavar os vidros da mesma, abrir as cortinas do Altar e toda mais roupa."	
77	67	19	Novembro	1796	Custódio da Silva	Não refere	Não refere	"ordenado de três meses de varrer o Hospital e lavar os vidros"	
78	72	15	Fevereiro	1797	Custódio da Silva	Não refere	Não refere	"ordenado de três meses de varrer o Hospital e lavar os vidros que findaram em 31 de Janeiro".	
79	86	14	Agosto	1797	Custódio da Silva	Não refere	Não refere	"ordenado de três meses de varrer o Hospital e lavar os vidros que findaram em trinta de Julho".	
80	94. Riscado e substituído por 5.	16	Novembro	1797	Custódio da Silva	Não refere	Não refere	"ordenado de três meses de varrer o Hospital e lavar os vidros que findaram em trinta de Outubro".	
80v	10	14	Dezembro	1797	Custódio da Silva	Não refere	Não refere	"ordenado de três meses de varrer o Hospital e lavar os vidros".	
82	25	15	Maio	1798	Custódio da Silva	Criado de Enfermaria	3600\$000	"três mil e seiscentos de Criado da Enfermaria"	"Recebeu seis mil réis do ordenado de sineiro e foleiro."
82v	31	23	Agosto	1798	Custódio da Silva	Moço de Enfermaria	3600\$000	"procedidos do quarto quartel"	
82v	3	14	Abril	1798	Custódio da Silva	Moço de Enfermaria	3600\$000	"procedidos do primeiro quartel"	
83v	16	15	Maio	1799	Custódio da Silva	Moço de	3600\$000	"na forma do costume"	

Fólio	Recibo n.º	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Descrição da tarefa
83v	16	15	Maio	1799	Custódio da Silva	Moço de Enfermaria	3600\$000	"na forma do costume"
84	24		Agosto	1799	Custódio da Silva	Moço de Enfermaria	3600\$000	
85	6	16	Novembro	1799	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"do primeiro quartel do Hospital"
87	28	15	Maio	1800	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"ordenado da Enfermaria"
89v	5	15	Novembro	1800	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"do meu ordenado da enfermaria primeiro quartel"
91	22	26	Fevereiro	1801	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"do meu ordenado da enfermaria segundo quartel"
92	31	16	Maio	1801	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"do meu ordenado da enfermaria terceiro quartel"
93	43	15	Agosto	1801	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"do meu ordenado da enfermaria"
93v	4	16	Novembro	1801	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"do meu ordenado da enfermaria"
94v	16	15	Fevereiro	1802	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"do meu ordenado da enfermaria"
96	28	15	Maio	1802	Custódio da Silva	Servente de Enfermeiro	3600\$000	
98	5	15	Novembro	1802	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"pelo primeiro quartel de meu ordenado de enfermeiro"
98v	14	15	Fevereiro	1803	Custódio da Silva	Não refere	3600\$000	"pelo segundo quartel de meu ordenado de enfermeiro"
102	1	3	Setembro	1803	Custódio da Silva	Não refere	4430\$000	"do meu ordenado da enfermaria"
102v	7	27	Novembro	1803	Gregório Luís	Enfermeiro Menor	2\$400	
103	16	29	Janeiro	1804	João José dos Anjos		1710\$000	"de pintar os caixilhos da Igreja Enfermaria dos Clérigos"
103v	22	19	Fevereiro	1804	Gregório Luís	Enfermeiro	3\$600	

Fólio	Recibo n.º	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Descrição da tarefa
104v	34	20	Maio	1804	Gregório Luís	Não refere	3\$580	"do meu ordenado da enfermaria"
105	37	31	Julho	1804	José Gonçalves		6\$400	"de compor os caixilhos da enfermaria, vidros e pintura"
105v	42	16	Agosto	1804	Gregório Luís	Enfermeiro Menor	3\$600	
106v	5	16	Novembro	1804	Gregório Luís	Enfermeiro Menor	3\$600	
108v	não refere	26	Maio	1805	Gregório Luís	Enfermeiro Menor	3\$600	
109v	não refere	19	Agosto	1805	Gregório Luís	Enfermeiro Menor	3\$600	"pelo primeiro quartel do meu ordenado de enfermeiro menor"
110	não refere	18	Novembro	1805	Gregório Luís	Enfermeiro Menor	3\$600	
112	não refere	15	Fevereiro	1806	Gregório Luís	Servente da Enfermaria	3\$600	
112v	não refere	15	Maio	1806	Gregório Luís	Servente da Enfermaria	3\$600	
113	não refere	16	Agosto	1806	Gregório Luís	Enfermeiro	3\$600	"do meu ordenado de Enfermeiro"
114v	não refere	16	Novembro	1806	Gregório Luís	Servente da Enfermaria	3\$600	"pelo primeiro quartel do meu ordenado de servente de Enfermaria"
115	não refere	16	Fevereiro	1807	Gregório Luís	Servente da Enfermaria	3\$600	"pelo segundo quartel do meu ordenado de servente de Enfermaria"
115	não refere	14	Maio	1807	Gregório Luís	Servente da Enfermaria	3\$600	"pelo terceiro quartel do meu ordenado de servente de Enfermaria"
115v	não refere	17	Agosto	1807	Gregório Luís	Servente da Enfermaria	3\$600	"pelo quarto quartel do meu ordenado de servente de Enfermaria"
116	não refere	15	Novembro	1807	Gregório Luís	Servente da Enfermaria	3\$600	"pelo primeiro quartel do meu ordenado de servente de Enfermaria"
Fólio	Recibo n.º	Dia	Mês	Ano	Nome	Função	Montante do Salário	Descrição da tarefa
116v	não refere	15	Fevereiro	1808	Gregório Luís	Servente da Enfermaria	3\$600	"pelo segundo quartel do meu ordenado de servente de Enfermaria"

Referência em 1837 a admitir internamento do Irmão Joaquim Jozé da Graça no Hospital da Irmandade dos Clérigos do Porto.



Anexo 6 Irmão Francisco Moreira de Carvalho. Súplica de 1841

Porto 9 de Novembro de 1841 *M. J. Presidente em M. Moreira*
Entreque-se ao M. J. M. Moreira
em favor de 94600 R\$ p.º administrar
ao Supp.º que lhe for preciso p.º seu Cautuário. Porto em Mesa de
Le J.º de 341
M. J. M. Moreira
Chantre - *Dir. Fran.º Mor.º de Carvalho, Irmão*
e de capelas duto Veneravel frond.º gle e hon
DD.º José Lorr.º de se no Estado d'Indigenia vna ai possivel p.º
2.º M.º José Lorr.º de se no Estado d'Indigenia vna ai possivel p.º
Substitui por estar no Estado de Minoridade e po
riço Respostas todos os dias segund o Estado
aque foi de obrigado. Portanto o Sup.º logo
em favor de as bonificas de V.ºs pelo fulto
se mais em que se acha de aboornir lora alguma
Emola p.º d'º Sup.º p.º cobir entido ou
importe o miuro ludo em f.º se acha fulto de
nospa ena poder saber fora lora V.ºs mither
se podera informar. pelo f
J.º M.º de Carvalho
Supp.º ao Sup.º com tas V.ºs
f.º m.º de Carvalho
Porto 9 de Novembro de 1841
Francisco Moreira de Carvalho.

Fonte: Fundo IC - Irmandade dos Clérigos do Porto, Secção A – Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Série 016 – Contas e Recibos, Documento composto 0005 –Recibos dos annos de 1834 até 1841 para 1842, (PT ICPRT IC/A/016/0005).

Imagem ampliada do diagnóstico realizado pelo Doutor Manoel Joaquim dos Santos

Formos, N. S. o M. S. o
D. Dr. Manoel Joaquim
J. da Silva e q. expõe,
estudo e sup. de S. S. S. S. S.
Chrical 24 de Fev. de 1824
Frm. da P. S. S. S. S.
Secretario. O
te M. S. S. S. S. S.
e não affecção
muito com q. de grave
eige seria tr. S. S. S. S.
F. S. S. S. S. S. S.
ho a informar.
Ho 22 de Fe.
riro del 1823 de M.
Luzes, diário

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, *Requerimentos Para escolas para admissão de Capellarias e varios objectos*. Fólio não numerado nem rubricado. (PT ICPRT IC/A/018/0004).

Anexo 8 Ofícios pelo Irmão Francisco Moreira de Carvalho.

Ator 30 de Maio de 1843 fale-
ceu o M. João M. J. Man-
cião Moreira de Carvalho
contado os sacramentos
foi tratado no nro hospi-
tal no m. Faleceu e foi en-
terrado no nro Cemiterio
Tem 800 missas
D. Faa. da Fia. Silva
Secretario

Satisfeitas
De Silva

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Documentos Particulares de Irmãos, *Óbitos*, fl. 5v
(PT ICPRT IC/A/0052).

Anexo 9 Ofícios Religiosos pelo Médico Manoel Joaquim dos Santos.

Off. pelo N.º 2.º Dr. Manoel
Joaq. dos S.ºs Medico da Irmd.
Em 22 d' Abril, 7.º de Maio
Alia.
Dr. M. Manoel Joaq. Freire Mathias
2.º
Dr. do Sr. Antonio Cardoso D. Thevedo Mathias
3.º
Dr. do Sr. Jose Vieira da Rocha, Mathias

Recibo de mto. Dr. Sr. Pe. Sec.
cretario aq. de mil trezen-
tos e trinta pro cedidos das
officias e missas supra.
Maio-22. de Maio de 1844
P. Joaq. M. Sec. P.
R. 1330-

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e Recibos, *Diversas contas e Recibos*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/016/0006).

Anexo 10 Retrato do Doutor Luís António Pereira da Silva



Fonte: LEMOS, Maximiano – **História do Ensino Médico no Porto**. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925. Página 135. Desenho da autoria do Professor Doutor Abel Salazar.

Anexo 11 Pedido formal de Admissão do Médico António José de Sousa.

Ilmo. e Ex.^{mo} Sr. Presidente e mais dignos
Membros da Mesa da Irmandade dos Clérigos.

Como requer. Em sessão de
Mesa de 22 de Fevereiro de 1866.

Vasconcellos
Pinto
Theodoro Salgado

António José de Sousa, Médico-Chirur.
gião formado pela Escola Médico-Chirur.
gica de Porto, Chirurgião Honorário do
Real Colégio e Facultade de Direito
Náutica e Mercantil, desigando con-
correr com os seus serviços a favor
dos Amigos pobres desta respeitável
Corporação com o menor estipendio
ou remuneração mais, que se possa
considerar honesta para todos os
effeitos, sem por isso respectivamente
pedir-vos para que vos digneis con-
ceder-lhe o que pertence; e por isso,

Porto 15 de Novembro de 1865
António José de Sousa

S. A. V. S. e a V. M. de
Miguel differeir da com
requer

Porto 15 de Novembro de 1865
António José de Sousa

S. A. V. S. e a V. M. de
Miguel differeir da com
requer

S. N. M. de

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, Diversos Offícios dirigidos à Mesa, fólio não numerado (PT ICPRT IC/A/018/0003).

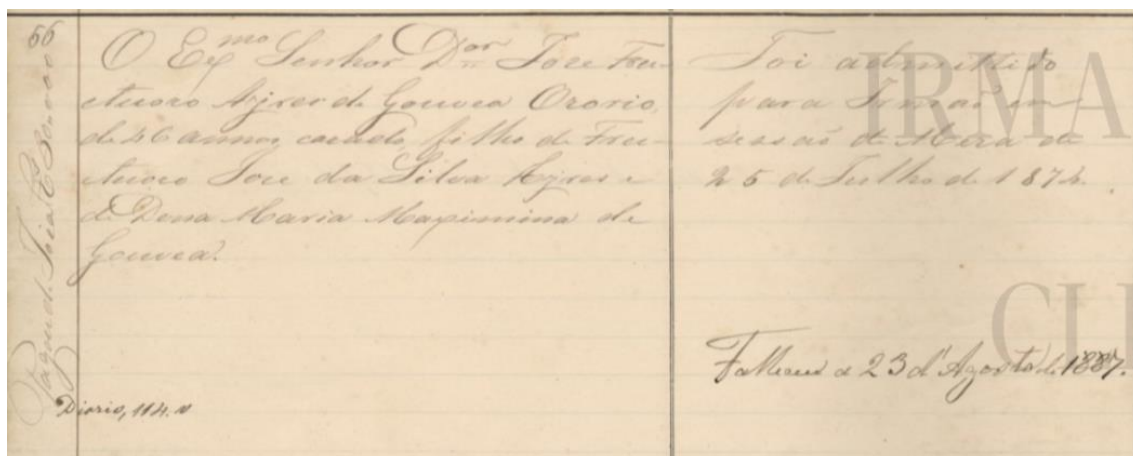
Documento da admissão de António José de Sousa como Irmão da Irmandade dos Clérigos do Porto

Admissão em 9 de março de 1794

No dia 10 de Novembro do anno de mil e oito centos e sessenta e seis, compareceu nesta nossa Secretaria o Ill.^{mo} Sr.^o Antonio José de Sousa, filho de Vicente Antonio de Sousa, natural desta Cidade do Porto, Medico-Cirurgião; Medico honorario da Casa Real, Cirurgião ajudante honorario do Exército; Cavalleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo e Cirurgião de diversas associações e hospitais desta mesma Cidade, e me apresentou um requerimento com despacho de Sesão de Mesa de 22 de Fevereiro deste mesmo anno de 1766 e seis pelo qual a Mesa mandava que o mesmo Sr.^o fosse admitido para Irmão desta Irmandade, sem pagar a jura que são obrigados os Irmãos Seculares, em attenção ao offerecimento que o mesmo fizesa de tratar gratuitamente os Irmãos desta Irmandade que estivessem no caso de os receber, e athen tendo em grande consideração mandava que se lavrasse o assento de nosso Irmão, o que effectivamente foi lavrado the este Termo, e lendo the o capi.^o 3.^o § 6.^o de nossos Estatutos, que elle acertou e prometteu cumprir e assignar o presente Termo com o Ex.^{mo} e Re.^{mo} Sr.^o D. João de Sousa e Castro, Bispo desta Diocese e actual Presidente desta Irmandade, comigo Antonio José Rodriguez Pereira Secretario.

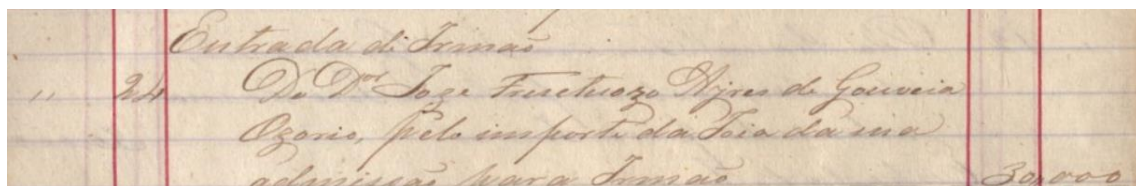
Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos, fl.223-223v (PT ICPRT IC/A/004/0002).

Anexo 12 Admissão do Doutor José Frutuoso Aires de Gouveia Osório como Irmão da Irmandade dos Clérigos do Porto.



Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, *Livro de Matrículas e Entradas*, fl. 34 registo 66 (PT ICPRT IC/A/004/0003).

Anexo 13 Pagamento da Jóia de Admissão pelo Doutor José Frutuoso Aires de Gouveia Osório.



Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Casas da Rua de Redemoinhos, *Admissão dos Irmãos*, fólio não numerado nem rubricado. (PT ICPRT IC/A/0097).

Anexo 14 Retrato do Doutor José Frutuoso Gouveia de Osório



José Frutuoso Aires de Gouveia Osório
(Segundo um retrato a óleo de F. J. Rezende, 1887)

Fonte: LEMOS, Maximiano – **História do Ensino Médico no Porto**. Porto: Tipografia a Vapor da «Enciclopédia Portuguesa», 1925. Página 153. Desenho da autoria do Professor Doutor Abel Salazar. Este desenho tem por base um retrato a óleo de F.J. Rezende do ano de 1887. O aspeto mais relevante deste desenho é provavelmente ter sido o último desenho realizado em vida do Doutor José Frutuoso Gouveia de Osório, porque veio a falecer em 23 de agosto de 1887.

Anexo 15 Pagamento de jóia e esmola para ser admitido como Irmão. Em 1771 pelo Médico natural do Brasil.

Aos nove de Agosto de mil setecentos e setenta e um annos
 Apresentou a sua p.^a Edespaço Alexandre Silvestre de Faria, Ir. Alex.
Silvestre de
 capto formado em Medicina Natural da freg.^a de S. Joze de Ter. Faria e freg.^a
 rmas de Tocantins, Bispo do Rio de Janeiro em nome da Entrada
 das Paisas freg.^a da Victoria desta Cid.^e requerendo queria aqui 2000000
 q^{ua}l termo de Irmão na forma dos seculares visto estar admiti. Cem mil
 do, e que alem dos duzentos mil reis dava de Esmola Cincoenta 500000
 mil reis, e que visto por mim, e entregue a ditas quantias menos a es-
 mola da Almsa, fiz este termo, em que seo obrigou ao Estatuto, e obito
 dos Irmãos seculares, que he foi declarado. Recebeu o d^o e m^o e as d^{as} e m^{as}
 em que declarou **Clayportado** desta Ig^{ra} e **fimindade** e he foi este
 ade **fortitativa** e m^o de Orl.^e de **clayportado** e **fimindade** de **clayportado**
 p. assignou Amos. **Frei**, e m^o Secretario **Francisco** **Barbosa**
J. M. Corr. de **Frei** **Barbosa**
Almeida
Frei
Alexandre Silvestre de Faria, e **clayportado**
Frei

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Entradas e Óbitos dos Irmãos, Livro das Entradas e Óbitos dos Irmãos, fl. 31 (PT ICPRT IC/A/004/0002).

Anexo 16 Recibos das obras de beneficiação do Hospital em 1856.

Agosto de 1856 - N.º 13. - Enfermaria
R\$ 84880

A Armandade dos Clerigos Deve
 Para a obra da Enfermaria
 Moias de fimo da 1.ª Qualidade. 408.70. 34600
 Oco de Linhaca. . . . 11 Cant 480. 53280
R\$ 88880
 Recebemos. Porto 25 de Agosto de 1856 -
 Francisco Moura V.º

Agosto de 1856 - N.º 11. Enfermaria
114130

Irmandade dos Clerigos Deves

Concerto de 3. lutos - a 950 -	2:220
Madrugada q. os dos	3:080
Trabalho do Contador	1:440
Concerto de 3. Caminhos	3:000
M. 3 - Coltonos - a 1600	1:600
Concerto de 1 discurso	600
M. 2. Corredos - e 2 - Muzas	2:400
	<u>15:000</u>

Re. conta assim Porto 22 -
de Agosto de 1856 -
Jose Luiz Dias

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e recibos, *Diversas Contas 1855 a 1856*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/016/0014).

Agosto de 1856 - A.º 9. Confirmação
Edificio e Enfermaria - 204320

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e recibos, *Diversas Contas 1855 a 1856*, fólio não rubricado (PT ICPRT IC/A/016/0014).

Conta do Paster na Expressão da Fiação dos
Clérigos

hum Official 26 dias	480	-	-	-	-	12480
hum Repreza 26 dias	240	-	-	-	-	6240
hum Official 2 dias	600	-	-	-	-	1200
hum Lito 1 dia	-	-	-	-	-	400
<i>Soma</i>						20320

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Contas e recibos, *Diversas Contas 1855 a 1856*, fólio não numerado nem rubricado (PT ICPRT IC/A/016/0014).

Anexo 17 Confirmação do montante total das obras de 1856

<i>Verbas de Misericórdia.</i>		
<i>Subsídios para as Almas falecidas.</i>	1.º	68,4790
<i>Torreões pecuniarios de Almas, e Clerigos necessitados</i>	2.º	86,6000
<i>Liquido do Lavar-pés, e S. Maria d'Alveiros.</i>	3.º	180,4140
<i>Reparos na Enfermaria.</i>	4.º	35,4010

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Contas de 1854 a 1867*, fl.7 (PT ICPRT IC/A/017/0011).

<i>" " da conta de Pesto, pela obra da Enfermaria e Edificio.</i>	N.º 9.	"	20,4320
<i>" " da conta da Enxada de madeira em todo o anno.</i>	N.º 10.	"	6,4955
<i>" " de tres Sapeiros, tres Sapeiros e tres Sapeiros de fora.</i>	N.º 11.	"	11,4130
<i>" " da conta de Lampadarias, obra da Enfermaria.</i>	N.º 12.	"	15,4000
<i>" " da conta de Encargos, todas p. a Enfermaria.</i>	N.º 13.	"	8,4880

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Diários e Caixa Geral, *Diário 3. 1841 até 1863*, fl. 148 (PT ICPRT IC/A/017/0009).

Anexo 18 Ofício emitido pela Irmandade dos Clérigos do Porto a argumentar a continuação da isenção do pagamento da décima de juro.

Porto, Secretaria Clerical 14 de julho de 1883.

Ex.ª António Barreiros de Sá
 Domingos de Laga Moreira Freire
 Frei Carlos Cardoso e Silva
 P.º Carminio de Barros
 João Antonio Pinto Guimarães
 Manuel Ferreira Coutinho de Almeida
 Testemunha P.º José Ferreira de Sá
 Antonio Ferreira de Sá



considerando de decima de juro.

por tanto, que as duas as fundamentos d'esta
 manifestação, se descompõem: 1.º por que como instituição
 de g. a recta de caridade e beneficencia, a Irmandade
 sua, a alma é destinada a soccorrer uma classe nos co-
 legiados das de indigencia, havendo por isso no Edi-
 fício da Irmandade um hospital ou al-
 bergue, destinado a recolher e tratar as ele-
 mentes e crianças pobres, mesmo que não sejam doentes,
 continuando e salvo quando estes prefizerem receber as so-
 ciedades das orras em seus clarecimentos; estando por in-
 stancia em favor da Irmandade protegida pelas leis que
 permite um isenção de decima de juro as capituas
 e respectiva casas hospitais e albergarias: 2.º por que
 supõe os rendimentos das capituas são applica-
 dos em parte, das a satisfação de encargos de piedades

Fonte: ICP, IC, Mesa da Irmandade dos Clérigos do Porto, Requerimentos, Diversos Officios dirigidos à Mesa, fólhos

não numerados nem rubricados (PT ICPRT IC/A/018/0003).